



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ADRIANA ANDRELA CAMPONEZ

**A POLITIZAÇÃO DO URBANO: A EXPERIÊNCIA DOS
MORADORES DO JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA NA
CONQUISTA DOS DIREITOS DE CIDADANIA E DA
CIDADE**

Londrina
2005

ADRIANA ANDRELA CAMPONEZ

**A POLITIZAÇÃO DO URBANO: A EXPERIÊNCIA DOS
MORADORES DO JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA NA
CONQUISTA DOS DIREITOS DE CIDADANIA E DA
CIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais (com concentração em Sociologia).

Orientador: Prof. Dr. Ricardo de Jesus Silveira

Londrina
2005

ADRIANA ANDRELA CAMPONEZ

**A POLITIZAÇÃO DO URBANO: A EXPERIÊNCIA DOS
MORADORES DO JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA NA
CONQUISTA DOS DIREITOS DE CIDADANIA E DA
CIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais (com concentração em Sociologia).

BANCA EXAMINADORA

Prof.Dr. Ricardo de Jesus Silveira

Profa. Dra. Maria José de Rezende

Profa. Dra. Ana Amélia da Silva

Londrina, 07 de Março de 2005.

Isto de querer ser exatamente aquilo que a gente é,
ainda vai nos levar além.

(Paulo Leminski)

À minha família.
Ao Valdir, companheiro de todas as caminhadas.

AGRADECIMENTOS

A Deus

Aos moradores do jardim União da Vitória, por seus riquíssimos relatos.

À Secretaria Municipal de Educação, por ter me concedido licença para estudo, período imprescindível para a conclusão deste trabalho.

Ao meu orientador, prof. Ricardo J. Silveira por me apresentar a uma nova possibilidade de pensar a questão urbana e, sobretudo por acreditar sempre em mim.

À Cris, que me emociona com sua dedicação e amizade.

Aos amigos Sônia e Marcos, pessoas especiais com as quais posso contar.

À Ivani. Como sempre, dando conta do recado.

À Clarice, presença suave no meio do turbilhão.

À Dayse. Por estar na mesma situação, nossas emoções andaram juntas.

Ao Vidal e a Sandra que, mesmo distantes se fizeram presentes.

Aos amigos que fiz no curso, especialmente, Luciana, Moisés e Mônica, por compartilharem durante esta trajetória as angústias e as alegrias.

À Malena, por me ajudar a transpor muralhas.

CAMPONEZ, Adriana Andrela. **A politização do urbano: a experiência dos moradores do jardim União da Vitória na conquista dos direitos de cidadania e da cidade.** 2005. 131f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a trajetória de luta dos moradores do jardim União da Vitória, no município de Londrina - Paraná, sob o ponto de vista dos direitos de cidadania, perspectiva que ressalta a participação das classes populares na cena pública como forma de reconhecimento de seus direitos enquanto sujeitos sociais e políticos. Para tanto, foi preciso recuperar a história do bairro, que teve início em 1985 com a ocupação do terreno, tendo sido este o primeiro grande conflito no qual se envolveram os moradores no sentido de integrar-se à cidade. Assim, faz-se a narrativa de como aquela comunidade, tendo garantido o direito à moradia e à infra-estrutura básica a ela associada, e munida de novas estratégias, novas formas de organização, mobiliza-se pela garantia de outros direitos fundamentais, como o direito de não ser discriminada, de ter acesso a emprego e transporte coletivo de boa qualidade. O trabalho aponta, ainda, as peculiaridades das lutas dos moradores desse bairro, que tornou-se referência para outros movimentos populares da cidade.

Palavras-chave: Movimentos sociais urbanos. Direitos de cidadania. Espaço público.

CAMPONEZ, Adriana Andreia. **The politicization of the urban population: the experience of the residents of the Jardim União da Vitória in the conquest of the citizenship and city rights**. 2005. 131f. Dissertation (Master Degree in Social Sciences) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2005.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the long time struggle of the inhabitants of the União da Vitória neighborhood, in the municipality of Londrina, Paraná state, Brazil. This analysis is based on the citizenship rights, from a perspective that highlights the participation of the lower class people in the public sector, with the purpose of having their rights recognized as political and social subjects. For that, it was recovered the history of this neighborhood, which started out in 1985 when the inhabitants occupied the land. That was their first conflict in order to get integrated with the city. Based on that, it is presented the narrative of how that community, having conquered their habitational and basic infra-structure rights, supplied with new strategies, new ways of organization, are mobilizing in order to have their other fundamental rights guaranteed as well. Among the other rights are: the right of not suffering any kind of discrimination, to have job access and high quality of public transportation. The present work also points out the peculiarities of the struggle of the inhabitants of that neighborhood, that had become a reference to other popular movements in Londrina.

Keywords: Urban social movements. Rights of citizenship. Public space.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS DIREITOS DE CIDADANIA NO BRASIL	14
1.1 OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS	14
1.2 MOVIMENTOS POPULARES URBANOS NO BRASIL: ALGUNS APONTAMENTOS	18
1.3 CIDADANIA: ELEMENTOS CONCEITUAIS	20
1.3.1 A Noção de Cidadania e os Novos Movimentos Sociais	22
1.4 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	24
1.5 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: UM NOVO TIPO DE INTERLOCUÇÃO NOS ANOS 90	25
1.6 ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	28
1.7 CONSELHOS	30
1.8 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	32
2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA: QUANDO A LUTA PELA CIDADANIA COMEÇA PELO DIREITO DE MORAR	34
2.1 COMO TUDO COMEÇOU	34
2.2 O DESPEJO	40
2.3 UM SUPOSTO CONJUNTO HABITACIONAL	44
2.4 NOVAS OCUPAÇÕES: A LUTA CONTINUAVA	46
2.5 UM BAIRRO DIVIDIDO EM VÁRIAS PARTES	50
2.6 A LUTA PELA CASA PRÓPRIA SOB O PONTO DE VISTA DOS DIREITOS DE CIDADANIA	52
3 OS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA	56
3.1 O JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA COMEÇA A SE DESENHAR	56
3.2 A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA ATRAVÉS DO PROGRAMA MORAR MELHOR	62

3.3 A IMPORTÂNCIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E DO CONSELHO REGIONAL DE SAÚDE DA ZONA SUL NA CONQUISTA DE EQUIPAMENTOS DE USO COLETIVO E SERVIÇOS NO JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA.....	66
3.3.1 A Experiência do Jardim União da Vitória no Orçamento Participativo	66
3.3.2 O Posto de Saúde do Jardim União da Vitória, o Consul e o ProUNI	68
3.4 ALGUMAS CONQUISTAS E FUTUROS DESAFIOS.....	72
4 A ORGANIZAÇÃO POPULAR NO JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA E SUAS SINGULARIDADES	75
4.1 PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO	75
4.2 JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA: PECULIARIDADES DE SUAS LUTAS	78
4.2.1 “‘Moro no União’ é a Senha Para Não Obter Emprego”	79
4.2.2 O “Transporte” da Luta na Luta pelo Transporte.....	84
5 A CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS ATRAVÉS DAS ASSOCIAÇÕES E DO CONSELHO DE ENTIDADES NO JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA	95
5.1 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA	95
5.2 ASSOCIAÇÃO DE MULHERES UNIÃO FAZ A FORÇA	98
5.3 ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS DO JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA	100
5.4 CONSELHO DE ENTIDADES E SERVIÇOS DO JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA.....	103
5.5 PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES: INSTRUMENTO FUNDAMENTAL DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS.....	118
ANEXO	129

INTRODUÇÃO

Londrina, situada no norte do estado do Paraná, conta, atualmente, com aproximadamente 470.000 habitantes, o que lhe garante o terceiro lugar em população entre as cidades da região Sul do Brasil. Fundada oficialmente em 1934, fruto de um importante empreendimento colonizador inglês realizado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), subsidiária brasileira da companhia inglesa Parana Plantations Ltda., foi idealizada para ser uma “pequena Londres”, uma cidade-jardim, com alamedas, praças arborizadas, arquitetura tipicamente européia e uma população de 25 mil habitantes. Também foi pensada para ser limpa, higiênica e moderna, segundo os moldes da burguesia inglesa do começo do século XX, e teve seu foco voltado para a propriedade e para o “progresso”, às margens dos quais ficaram aqueles que não possuíam os pré-requisitos exigidos para ser considerados “civilizados”, ou seja, a grande massa popular que não fazia parte da “família pioneira” (PREFEITURA DE LONDRINA, 2003).

Hoje Londrina é um importante centro econômico e cultural, e exerce influência sobre uma região com cerca de 4,5 milhões de habitantes, do norte do Paraná, sul de São Paulo e sul do Mato Grosso do Sul, e é sede de uma região metropolitana com cerca de 700.000 habitantes. Porém, há um vasto contingente de pessoas vivendo às margens desse grande progresso.

Foi a partir da década de 80 que os movimentos populares surgidos na periferia de Londrina “entraram em cena”. Num primeiro momento, esses movimentos foram mais intensos na região Norte da cidade. Entretanto, à medida que esta se expandia, outras regiões passaram a se mobilizar por bens e serviços necessários à sobrevivência cotidiana, ampliando a luta para além da esfera reivindicativa. Assim, os movimentos populares empenham-se na garantia efetiva de direitos sociais, traduzida pela ocupação dos espaços políticos.

Atualmente, a região Sul de Londrina, onde se localiza o jardim União da Vitória¹, abriga aproximadamente 96.000 habitantes. É uma das regiões que mais tem bairros carentes e a que apresenta a mais intensa mobilização e organização popular. Foi precursora na

¹ Neste trabalho, no corpo do texto (excetuando-se os títulos), denominado de União da Vitória.

criação de conselhos populares, como o Conselho Regional de Saúde da Região Sul (Consul) e o Conselho Regional de Educação da Região Sul (Cresul).

Este trabalho tem por objetivo analisar a participação dos moradores do União da Vitória na vida política do bairro e na da cidade e verificar em que medida sua experiência de luta pela moradia e sua organização em associações possibilitou a conscientização dos direitos de cidadania. Para tanto, num primeiro momento são abordados os “novos movimentos sociais” do final da década de 70 e início dos anos 80 — os quais eram marcados por uma nova concepção política, cujo aspecto central consistia na consciência do direito a ter direitos — e acompanhar as mudanças ocorridas, a partir da década de 90, nos espaços públicos de negociação e interlocução entre a sociedade civil organizada e o Estado. Tendo ao fundo esse panorama teórico, passa-se à análise do material coletado para (re)construir a história das principais lutas dos moradores do União da Vitória pela conquista do direito de fazer parte da cidade.

A história desse bairro se confunde, em termos econômicos e sociais, com centenas de bairros periféricos espalhados pelo país. No entanto, o enfrentamento de suas condições adversas, através da organização popular, desperta atenção e pede um olhar mais atento sobre a experiência política de seus moradores.

Este estudo de caso é relevante para avaliar em que medida a luta dos moradores do União da Vitória foi desenvolvida na perspectiva dos direitos de cidadania, e dimensionar os reflexos dessa experiência no modo como os moradores têm conduzido a política no cotidiano. No intento de antecipar algumas respostas, estas foram as hipóteses formuladas: a) a intervenção estatal, na urbanização do União da Vitória, se deu a partir da pressão e da organização popular existente no bairro; b) a urbanização não contribuiu para o fim do estigma sobre o bairro e sobre os seus moradores; c) a participação dos moradores no processo de luta pela moradia e pela urbanização do bairro possibilitou a consciência do direito a ter direitos.

O interesse em estudar a organização popular dos moradores do União da Vitória veio da vontade de compreender as razões que os tornavam tão visíveis nos meios de comunicação e tão temidos pelos órgãos públicos. Além de o bairro ser considerado a maior “favela” de Londrina e apresentar uma multiplicidade de manifestações na cena pública da cidade.

Meu primeiro contato com os seus moradores se deu através de uma visita ao bairro, em 28 de setembro de 2003, data da eleição da nova diretoria da sua associação de

mulheres, a Associação de Mulheres União Faz a Força. O momento não poderia ter sido mais propício, pois a comunidade estava reunida e todas as lideranças e presidentes das associações do bairro estavam lá. Aproveitei para me apresentar e explicar o objetivo da minha pesquisa, e pedi para acompanhar aquela eleição. Desta forma, minha presença não ficou atrelada a uma pessoa ou a um grupo. Aproveitei, também, para conversar com todos: com as candidatas, com as mulheres que estavam votando, com as pessoas que foram apontadas como líderes comunitários, com os presidentes das outras associações do bairro e com o presidente do Conselho de Entidades e Serviços do Jardim União da Vitória (ou, simplesmente, Conselho de Entidades). Esclareci que voltaria muitas vezes e que entrevistaria algumas pessoas. Saí com uma “lista-chave” contendo nomes dos moradores mais antigos, dos presidentes e das pessoas consideradas lideranças.

Durante três meses fui freqüentemente ao bairro, participei de reuniões, festas, falei com as pessoas na rua, no ponto de ônibus, visitei o comércio local, o posto de saúde, as escolas, conversei com alguns idosos sobre a Associação dos Idosos do Jardim União da Vitória (mais conhecida como Grupo da Terceira Idade). Cada vez que surgia uma oportunidade para falar sobre o bairro, lá estava eu.

Uma vez tendo elementos suficientes para definir quais seriam os entrevistados, passei à elaboração do roteiro das entrevistas, dividindo-o em quatro pontos distintos, porém interligados: o histórico da ocupação do bairro, seus processos de urbanização e regularização fundiária, a organização política da comunidade e o surgimento das associações e do Conselho de Entidades e sua importância para o bairro.

Foram escolhidas dezesseis pessoas para as entrevistas, e sua escolha foi feita de acordo com os seguintes critérios: a) terem participado, em 1985, da ocupação que deu início ao bairro; b) moradores que participam dos movimentos ou das associações do bairro, moradores que já participaram e atualmente não participam desses movimentos e associações, e moradores que até então nunca tinham se envolvido neles; c) presidentes das associações mais expressivas do bairro e do Conselho de Entidades. As pessoas escolhidas prontamente se dispuseram a dar as entrevistas e não se opuseram a ter seus nomes divulgados, assinando um termo de consentimento e de responsabilidade.

Outra fonte de pesquisa de suma importância foram os dois jornais existentes na cidade, Folha de Londrina e Jornal de Londrina, em cujas matérias pude constatar os problemas, as manifestações, as lutas dos moradores do União da Vitória. Das matérias foram

retiradas as informações necessárias ao preenchimento das lacunas deixadas nas entrevistas; elas serviram especialmente para situar os fatos no tempo. Foram pesquisados dezoito anos na Folha de Londrina (de agosto de 1985 a maio de 2004) e quatorze no Jornal de Londrina, que surgiu em 1989. Documentos e depoimentos dos funcionários da Companhia de Habitação de Londrina (Cohab-LD²) também foram utilizados no desenrolar da pesquisa.

A discussão que se propõe é apresentada em cinco capítulos. O primeiro capítulo aborda o legado dos novos movimentos sociais, particularmente dos movimentos sociais urbanos, e a discussão em torno dos direitos de cidadania. O segundo apresenta o histórico da luta pela moradia ocorrida no União da Vitória. O terceiro analisa a forma como se deram os processos de urbanização e regularização fundiária do bairro. O quarto tem por objeto as estratégias e algumas peculiaridades das manifestações coletivas dos moradores. O quinto discute o papel das principais associações do bairro e do seu Conselho de Entidades, apontando os alcances, os conflitos e os limites existentes nesses espaços.

2 Denominada apenas Cohab no decorrer deste trabalho.

1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS DIREITOS DE CIDADANIA NO BRASIL

“Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças” Hannah Arendt ¹

1.1 Os Novos Movimentos Sociais

O objetivo deste capítulo é revisitar o modo como os movimentos sociais se configuraram na cena pública no final dos anos 70 e início dos 80 e avaliar seus desdobramentos na luta pelos direitos de cidadania através da construção e ampliação dos espaços públicos² no Brasil, principalmente a partir das mudanças ocorridas nas relações entre as instâncias governamentais e a sociedade civil organizada na década de 90.

Os movimentos sociais têm um papel importante na construção dos espaços públicos. Entretanto, ao se discutir movimentos sociais é importante ressaltar que nem todo movimento ou manifestação coletivos podem ser definidos como movimento social. De acordo com Gohn (2000a, p. 13),

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesse em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo³ (grifos da autora)

1 ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998, p.21.

2 A discussão teórica sobre espaço público é por demais abrangente e prolífica. Por ser tão complexa, existem múltiplas definições desse conceito, da mesma forma que muitos são os autores que se propõem a discuti-lo. Aqui, espaço público refere-se àqueles espaços ou locais onde a política se exerce e se realiza de modo mais contundente e pleno. Em outros termos, são os espaços nos quais a sociedade estabelece suas relações políticas, especialmente no que tange a seus interesses coletivos e públicos, de tal modo que se tem o fortalecimento da experiência de pertencimento e a participação coletiva e comunitária de cada indivíduo ao meio social, no qual se tem o processo de organização e da ação política livre. Para um maior aprofundamento sobre a questão de espaço público, ver, Silveira (1997), Arendt (1992), Habermas (1984) e Paiva (2000).

3 Quanto ao conceito de Maria da Glória Gohn, cabe observar que abrange todos os movimentos, inclusive os conservadores, porém a perspectiva que se quer enfatizar neste trabalho, a respeito dos movimentos sociais, está

São muitos os exemplos de conflitos, lutas e resistências que se destacaram no Brasil desde o período colonial⁴. No entanto, foram os chamados “novos movimentos sociais”, que emergiram na cena política brasileira no final dos anos 70 e início dos 80, que trouxeram uma cultura política fundada em uma nova concepção de cidadania, na qual a reivindicação em torno dos direitos ocupava um lugar central. Segundo Paoli (1995, p. 34-35), “Os direitos — e o direito a tê-los — impuseram-se nestes anos como a pedra angular que referenciava a novidade do ator popular no contexto da cultura política autoritária brasileira [...]”.

A década de 70 foi marcada por uma crise de legitimidade do regime militar, além de ter sido um período de profundas transformações econômicas e políticas na sociedade brasileira⁵. Com efeito, o descompasso entre o processo de industrialização, o desenvolvimento econômico e a repressão política negava, para muitos, o direito à cidade e a cidadania⁶. Nesse contexto surgiram mobilizações locais de moradores pobres das cidades brasileiras, que lutavam contra a carestia, pela abertura de creches; e movimentos por saúde, luz e água nos bairros periféricos e nas favelas. “[Esses movimentos] formariam os ‘movimentos sociais urbanos’, tão importantes (no mundo inteiro) que chegaram a confundir-se com a própria designação de ‘novos movimentos sociais’” (PAOLI, 1995, p.32).

Os grupos organizados que se formaram nesse período eram marcados pelo espontaneísmo e buscavam a ruptura com a cultura política autoritária brasileira. Ao final da década os movimentos sociais avançaram para uma articulação crescente, tendo como pano de fundo a retomada do processo democrático no país.

ligada às ações políticas pautadas no reconhecimento de direitos — para além das prerrogativas e garantias demandadas como conquista de cidadania — que ampliam os horizontes da invenção política e diversificam campos de experiências possíveis da vida em sociedade.

4 Para uma relação dos mais importantes conflitos ocorridos no Brasil desde a fase colonial até os dias atuais, ver Gohn (2000a).

5 Conforme Taschner (1992), alguns fatores contribuíram para essas mudanças: altas taxas de crescimento da população como um todo, bem como sua alta mobilidade espacial, concentração dos fluxos migratórios na região Sudeste, a expansão da fronteira agrícola seguida da mecanização do campo — aproximadamente 30 milhões deixaram a área rural, deslocando-se para as cidades —, multiplicação do número de cidades, forte aumento do grau de urbanização e crescente industrialização. As transformações ocorridas no cenário urbano, dos anos 40 até o final dos 70, foram radicais mas não conseguiram conciliar desenvolvimento e equidade social. Dessa forma, o Brasil tornou-se um país “moderno” a partir da combinação paradoxal entre rápido desenvolvimento capitalista, desigualdade econômica crescente, falta de liberdade política e desrespeito aos direitos dos cidadãos.

6 O conceito de cidadania aqui utilizado diz respeito “a destinos e projetos historicamente compartilhados, a processos de conquista coletivos, ao princípio de alteridade baseado numa concepção de universalidade cujo fundamento é o direito a ter direitos: cidadania faz apelo à condição de coisa pública” (KOWARICK, 1991, p. 8).

A partir da década de 80 surgem relevantes estudos acadêmicos sobre os movimentos sociais, distinguindo-os das formas tradicionais de organização social, caracterizadas pelo atrelamento ao Estado. O que os diferenciava eram as práticas sociais, os esforços de organização participativa e a questão da autonomia: o novo modelo de sociedade que começou a se constituir visava a autonomia, em oposição às sociedades pautadas pela heteronomia que, no limite, restringe a liberdade e ordena o comportamento dos indivíduos — o que impede o reconhecimento dos direitos e da alteridade. Essa falta de autonomia está presente na sociedade brasileira desde a sua formação, que, segundo Chaui (1986, p.48), “estrutura-se de modo fortemente hierárquico, e, nela, não só o Estado aparece como fundador do próprio social, mas as relações sociais se efetuam sob a forma da tutela e do favor (jamais do direito)”.

Os novos movimentos sociais caracterizavam-se pela participação direta das bases, por defenderem sua autonomia frente ao Estado e aos partidos políticos — com o intuito de romper com as práticas populistas — e pela presença dos setores populares no espaço público como atores políticos. Segundo Silveira (2000, p. 89),

Um dos indicadores da novidade dos movimentos dos anos 70-80 era que eles surgiram nos locais de moradia e nos locais de trabalho organizados e mobilizados à revelia do Estado e da tutela das instituições e dos correspondentes canais tradicionais de manifestação social e política, como os partidos e os sindicatos. E esse era um dado novo que distinguia os movimentos daqueles anos como “novos movimentos sociais”, diferenciando-os dos movimentos de antes de 64, cuja característica marcante era a submissão ao controle político das instituições tradicionais.

Assim, o que esses movimentos sociais trouxeram de novo foi o reconhecimento da existência de sujeitos que não se encaixavam na luta tradicional da classe operária (que tinha como objetivo a superação das contradições geradas pelo sistema capitalista). Para Chaui (1988), a novidade dos movimentos sociais era tríplice, já que eram marcados pela constituição de um novo sujeito (coletivo), por lugares políticos novos (a experiência do cotidiano) e por uma prática nova (a criação de direitos, a partir da consciência de interesses e vontades próprias).

O debate que se travou, principalmente nesse período, em torno dos movimentos sociais (e a importância destes), se deu, segundo Paoli e Telles (2000, p. 105-106),

Não porque foram portadores de alguma virtude política intrínseca, mas pela constituição, no terreno conflituoso da vida social, de arenas públicas nas quais os conflitos ganham visibilidade como acontecimentos, no qual os sujeitos coletivos se constituem como interlocutores válidos e nas quais os direitos estruturam uma linguagem pública que baliza os critérios pelos quais demandas coletivas são problematizadas e avaliadas nas suas exigências de equidade e justiça.

Segundo Scherer-Warren (1987), a construção da identidade dos novos movimentos sociais se deu pelo que denomina de fato estrutural e fato cultural. O primeiro está relacionado ao alargamento ou à flexibilidade do terreno de lutas, num sentido mais abrangente do que o de classe proletária. Essa identidade encontra-se, sobretudo, nos movimentos ecológicos, pacifistas e feministas. Já o fato cultural diz respeito a uma cultura crítica construída como forma de resistência contra as formas de opressão e autoritarismo. Desta maneira, “o fato cultural é que dá a forma da organização e da práxis dos movimentos. É justamente aí que se encontra a maior identidade entre os ‘novos movimentos sociais’. É justamente isso que dá o caráter ao que se denomina ‘novo’ nesses movimentos” (SCHERER-WARREN, 1987, p.40).

No Brasil, no início dos anos 80, entre os movimentos que foram considerados novos estavam as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), vinculadas à Igreja Católica e pautadas na Teologia da Libertação⁷; o novo sindicalismo, que propunha uma nova forma de organização mobilizada pelas bases, com negociações diretas entre patrões e empregados, efetivando a autonomia sindical frente ao Estado; o movimento feminista, que se destacou pelo caráter libertário, pois buscava a igualdade entre homens e mulheres e também lutava por uma sociedade democrática; o movimento ecológico, que surgiu em razão dos efeitos devastadores da sociedade industrial moderna e que pretendia desenvolver um novo modo de vida, baseado no equilíbrio ambiental; e os movimentos sociais urbanos, que se firmaram na luta pela ampliação dos direitos sociais e pela melhoria da qualidade de vida nas cidades. Outros movimentos, como Custo de Vida, Movimento de Saúde (na periferia leste de São Paulo) e Oposição Metalúrgica de São Paulo, também contribuíram para mudanças no modo de entender e interagir com a política⁸.

7 Sobre a Teologia da Libertação, ver Boff (1996).

8 Dentre os diversos movimentos surgidos nas décadas de 70 e 80, serão analisados, aqui, apenas os movimentos populares urbanos, pois não é objetivo deste trabalho destacar as características de cada um dos movimentos sociais mencionados. Para uma leitura mais detalhada sobre cada movimento, ver Sader (1988) e Gohn (2003).

1.2 MOVIMENTOS POPULARES URBANOS NO BRASIL: ALGUNS APONTAMENTOS

Nesta análise, serão considerados movimentos populares urbanos aqueles movimentos que, por meio de protestos e reivindicações, estão voltados para o acesso a bens e serviços públicos que ocorrem no espaço urbano, bem como para a politização da vida urbana⁹. O caráter urbano desses movimentos é bem elucidado por Kowarick (2000, p. 63):

o despertar da questão urbana como problema político decorre de ações reivindicativas de várias ordens e matizes que numerosos grupos desenvolvem no cenário de nossas cidades: associações de bairro, juntas de vizinhos, clubes de mães, grupos de base os mais díspares, que lutam por água, iluminação, pavimentação, saneamento, creches, postos de saúde ou policiamento, contra a alta dos aluguéis, pela legalização ou ocupação da terra, despontam em todos os cantos. Têm, direta ou indiretamente, o poder público como alvo de reivindicação, que é levada adiante por um conjunto díspare de trabalhadores pauperizados, que se percebem como espoliados em elementos básicos para sua reprodução como moradores urbanos. Mas esse emaranhado de situações torna necessário delimitar o que vem a ser luta urbana, sob pena de que toda reivindicação que se processe nas cidades venha cair debaixo desta designação. [...] A luta poderá ser caracterizada como urbana na medida em que, ocorrendo numa base territorial circunscrita às cidades, coloque em xeque a questão da terra, habitação ou dos bens de consumo coletivo.

Os movimentos populares urbanos, ao lutar por uma gestão igualitária dos serviços públicos, explicitam os problemas gerados pelo crescimento desordenado das cidades brasileiras, que sempre se deu com a exclusão social, como se pode ver pelas condições de vida da maior parte da população. Os sujeitos coletivos que participam desses movimentos passam a perceber que os direitos de cidadania vão além do que é garantido por lei, descobrindo-se portadores de outros direitos, legítimos, que nem sempre são reconhecidos pela sociedade, o que a leva a classificar aqueles como transgressores. Como observa Barreira (1992, p. 12),

Os movimentos urbanos [...] por serem signatários dos tempos de abertura [política] explicitaram o fosso entre o reino da legalidade, frágil para conter ou acolher o conjunto das reivindicações e o da legitimidade, fundamentado em

9 De acordo com Barreira (1992, p.48), “O que se entende por politização da vida urbana diz respeito à criação de formas de organização e mobilização que se efetiva ou não por meio de canais institucionalizados, tendo como referente o campo de forças caracterizado pela forma de dominação econômica e política”.

práticas e percepções diferentes das relações tradicionais. O direito à moradia, independente da posse formal da terra, e o direito à participação em planos governamentais são alguns dos exemplos que atestam a vigência de outros referentes interpretativos na formulação de critérios de cidadania.

O que, antes, era considerado necessidade, passa a ser pensado como direitos ou justiça social:

Se o que mobiliza os sujeitos em torno de suas carências, necessidades e insatisfações se constrói no cotidiano de suas vidas, principalmente no âmbito da família, do bairro ou do trabalho, estas motivações se transformam em motor de comportamentos político-culturais ao transpor os limites, sempre opacos, do mundo privado [...], para o mundo público, onde se coletivizam. (CARVALHO; LANIADO, 1993, p. 118)

Um ponto ressaltado no debate sobre os movimentos populares urbanos — e que está presente em todos os outros movimentos sociais — é a ausência de uma linearidade dedutiva entre o seu surgimento e a pobreza. Partindo desse pressuposto, Kowarick (2000, p. 57) afirma que não existe “uma relação direta entre a precariedade de vida nas cidades e o tipo de luta levada adiante pelos contingentes por ela afetados”. Ainda segundo o autor,

Tudo leva a crer que o peso desse cotidiano funciona, no mais das vezes, como elemento desmobilizador, na medida em que a participação tem um custo imediato imensamente maior do que os resultados que se pretende atingir, sempre demorados e freqüentemente não obtidos. Contudo, a descrença e o cansaço presentes nas rotinas dos dias que se sucedem entre a casa e o trabalho não impedem o surgimento de aglutinações que, em certos momentos, se transfiguram em mobilizações de maior vigor reivindicativo. (KOWARICK, 2000, p. 76-77)

É preciso salientar que uma das críticas mais comuns aos movimentos populares urbanos diz respeito justamente ao caráter pontual e episódico que muitos deles apresentam, com descontinuidades no processo de mobilização logo após a conquista de uma determinada demanda.

Um outro elemento que aparece com freqüência na discussão sobre movimentos sociais é o da perda de vigor em razão dos processos crescentes de burocratização e

institucionalização. Segundo Nascimento (1993), duas hipóteses poderiam explicar os momentos de refluxo pelos quais passam alguns movimentos sociais, particularmente os urbanos. A primeira é uma certa apatia política, resultante de sucessivas derrotas, as quais tenderiam a levar à desmobilização e à individualização na busca de resolução dos problemas. A outra aponta para uma mudança dos espaços de negociação e interlocução dos movimentos sociais com o poder público e com entidades privadas.

Os movimentos populares urbanos passaram a ter maior visibilidade na cena política brasileira no final dos anos 70, enquanto força social na luta por direitos de cidadania, nas reivindicações por melhores condições de vida dos moradores da periferia. E é por essa razão que, na literatura sobre os novos movimentos sociais, a questão dos direitos de cidadania aparece como elemento essencial. Como cidadania é um conceito-chave desta discussão, é importante que seja abordado mais detalhadamente.

1.3 CIDADANIA: ELEMENTOS CONCEITUAIS

Reis (1999) apresenta uma breve reflexão sobre o conceito de cidadania, considerando sua evolução histórica, nas teorias sociais que o tematizam¹⁰. Segundo a autora, nas diferentes abordagens teóricas existem quatro aspectos recorrentes na discussão desse conceito. O primeiro aspecto diz respeito às suas raízes históricas: suas raízes mais remotas estão “nas antigas religiões, na civilização grega, no Império Romano” (REIS, 1999, p.12). De acordo com a autora,

Com os gregos, já são incorporados os ideais que remetem à noção de liberdade, de valores republicanos, constituindo o germe do conceito de cidadania. E mesmo antes dos gregos as referências abstratas à noção de igualdade na doutrina das religiões antigas já introduzem alguma noção de igualdade. A noção de que os seres humanos são idênticos perante Deus, perante alguma divindade, constitui uma inovação nesse sentido. De qualquer forma, pode-se dizer que, no contexto da *polis* grega, as noções de liberdade e igualdade adquirem, diferentemente das religiões antigas, um conteúdo político. (REIS, 1999, p.12)

10 Em relação ao aspecto histórico da discussão de cidadania, ver Pinsky e Pinsky (2003).

O segundo aspecto tem a ver com “a referência imediata que o conceito faz à idéia de inclusão *versus* exclusão” (REIS, 1999, p.12), que relaciona a noção de cidadania à idéia mais geral de pertencimento a um Estado-nação, por conseguinte garantindo determinados direitos decorrentes dessa pertença. Numa frase, “Ser cidadão é ser membro de um corpo mais amplo, é pertencer a alguma unidade” (REIS, 1999, p. 13).

Outro aspecto é a tensão presente entre cidadania como *status* e cidadania como identidade. Ser cidadão significa ter direitos e obrigações, mas também há outra dimensão, notadamente valorizada, segundo a autora, pelas teorias sociológica e política. Trata-se da cidadania enquanto identidade compartilhada, de cultura e de pertencimento a um Estado-nação. E, por último, Reis identifica a existência de um conflito entre a cidadania entendida como “repertório de virtudes cívicas” e a cidadania como um contrato de direitos e deveres.

Com base nessa caracterização conceitual da cidadania, Reis retoma T. H. Marshall, em sua obra *Cidadania e classe social* (originada de uma conferência feita pelo autor em 1949), como ponto de partida para o moderno entendimento de cidadania. Muitas são as críticas dirigidas a Marshall — que via a “separação entre direitos civis, políticos e sociais [...] como o resultado da diferenciação institucional por que passa a sociedade” (REIS, 1999, p.14) —, apontando-lhe limites ou aspectos que negligenciou. Embora muitas dessas críticas tenham partido de preocupações de momentos posteriores à sua construção do conceito, e que, por isso mesmo, Marshall não poderia considerar os tais aspectos negligenciados — já que não os viveu —, elas permitem a Reis resumir o que chama de “vetores contemporâneos da discussão da cidadania” (REIS, 1999, p.15), ou seja, a questão de gênero, dos direitos da criança e do idoso, que trazem a idéia do direito à diferença¹¹. A autora observa que, embora a sociedade civil esteja mobilizada, que exista uma demanda por cidadania no Brasil, ignora-se, freqüentemente, a pluralidade dos diversos movimentos sociais, e chama atenção para o perigo de se universalizar o que é excludente. É fundamental não perder de vista que a sociedade é plural, não formando um todo único, com os mesmo direitos, deveres e demandas, sendo que, algumas vezes, estes são até conflitantes. Neste sentido, um dos aspectos fundamentais da questão da cidadania, a saber, a

¹¹ Acerca do direito à diferença, Dagnino (1994, p. 114) ressalta que “a diferença está sempre ligada à reivindicação de que ela possa simplesmente existir como tal, o direito de que ela possa ser vivida sem que isso signifique, sem que tenha como consequência, o tratamento desigual, a discriminação. Não fora a desigualdade construída enquanto discriminação à diferença, ela não existiria como reivindicação de direito. Concebido nessa perspectiva, me parece que o direito à diferença específica, aprofunda e amplia o direito à igualdade”. Sobre essa temática, ver, também, Pierucci (1999).

dialética da contradição inclusão/exclusão, se mostra bem mais complexa, visto que não é uma “simples” relação decorrente da relação Estado/sociedade civil, já que não se pode perder de vista que sociedade civil designa várias relações sociais, vários grupos sociais, que reclamam, cada um, algum tipo de demanda — moradia, saúde, educação, cultura, dentre outras — como *seu* direito de cidadania.

A despeito da complexidade da questão, Reis resgata o sentido emancipacionista do conceito de cidadania — ainda que tanto esse conceito quanto o de emancipação sejam variáveis e múltiplos —, porquanto é capaz de mobilização social de sujeitos coletivos dotados de autonomia, capazes de competir e divergir entre si, defendendo seus interesses e direitos, consolidando, assim, seus respectivos exercícios de cidadania e contribuindo também para a consolidação democrática da sociedade e do Estado.

1.3.1 A noção de cidadania e os novos movimentos sociais

Para Dagnino (1994), a noção de cidadania que emergiu a partir da década de 80 — e que estava estritamente vinculada aos novos movimentos sociais — já indicava alguns parâmetros teóricos e políticos do significado inovador que o conceito adquiriu contemporaneamente, em contraposição a uma visão liberal. A *nova cidadania* (ou *cidadania renovada*), trabalha com uma redefinição da idéia de direitos, cujo ponto de partida é a concepção do “direito a ter direitos”¹². E isto significa o reconhecimento do direito como valor da dignidade humana e que, por isso mesmo, não pode estar preso a interesses de grupos e a conquistas legais. Segundo Dagnino (1994, p.108),

a nova cidadania, ao contrário da concepção liberal, não se vincula a uma estratégia das classes dominantes e do Estado para incorporação política progressiva dos setores excluídos, com vistas a uma maior integração social, ou como condição jurídica e política indispensável à instalação do capitalismo. A nova cidadania requer (e até é pensada como sendo esse processo) a constituição

12 “O que Hannah Arendt estabelece é que o processo de asserção dos direitos humanos, enquanto invenção para convivência coletiva exige um espaço público. [...] A este espaço só se tem acesso pleno por meio da cidadania. É por essa razão que, para ela, o primeiro direito humano, do qual derivam todos os demais, é o direito a ter direitos” LAFER, Celso. (2001,p.166)

de sujeitos sociais ativos, definindo o que eles consideram ser os seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento. Nesse sentido, ela é uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania “de baixo para cima”.

Essa noção de cidadania deriva da experiência concreta dos novos movimentos sociais, que lutavam por direitos à igualdade e, também, pelo “direito à diferença”.

Segundo Chauí (1986), a nova cidadania contribuiu para promover mudanças na forma paternalista e tutelar que caracterizava a relação Estado e sociedade civil, uma vez que a prática política enraizada na sociedade brasileira sempre considerou a cidadania como privilégio das classes dominantes e os direitos das classes populares como benesses do Estado ou como concessão daquelas. Essas características remetem à idéia de cidadania concedida — condição do homem pobre, que depende da concessão dos favores do senhor, detentor do monopólio privado de mando, para ter direitos básicos da cidadania civil¹³ —, tirando a dimensão de luta, anulando a perspectiva da nova cidadania e a dinâmica da sociedade civil, contrariando o próprio conceito de cidadania.

Longe de serem tutelados, os novos movimentos sociais se colocaram como sujeitos atuantes, com o objetivo de garantir formas legítimas de democratização e de direitos de cidadania. A noção de cidadania defendida por esses movimentos implicava na idéia de autonomia e de *liberdade positiva*, que é pautada na vontade coletiva e na dimensão política da ação¹⁴.

De acordo com o que foi apresentado até aqui, percebe-se que a grande herança dos novos movimentos sociais foi a politização da vida social, verificada pela presença, nesta, dos setores populares com reivindicações diversas, que se reconheceram como sujeitos capazes de interlocução pública. Como consequência, houve uma considerável mudança de mentalidade em relação à cultura da tutela e do favor, a difusão da “consciência do direito a ter direitos” e uma nova proposta de sociabilidade, com características mais igualitárias e mais democráticas. Assim,

13 Sobre a noção de *cidadania concedida*, ver Sales (1994).

14 Segundo Lara (1997, p. 117-118), “la libertad positiva se refiere a la idea de voluntad, es decir, a que el sujeto es libre de orientar su voluntad hacia un objetivo determinado, así como también es libre de tomar sus decisiones sin hallarse determinado por la voluntad de otros ciudadanos. Esta definición se encuentra en el centro del concepto de autonomía, pues la referencia a la libertad se traza no desde lo que hay, sino desde lo que falta, y eso sólo es posible cuando somos capaces de autodeterminarnos sin depender de las decisiones de otros o ser determinados por otros”.

Ter consciência da necessidade de se ter consciência, para buscar conhecer os direitos e de exigir o direito de ter direito, e entender que essa consciência não se compra, não se vende, não se barganha nem se acha na rua, ao contrário, se constrói — este é o ponto mais alto da cidadania. Os sujeitos são construídos no mesmo ambiente em que vivem, convivem e produzem. Ser cidadão, ou cidadã, é poder ter condições de romper as barreiras da ignorância moral, espiritual e intelectual. É ter a capacidade de pensar e refletir a vida política, econômica, cultural e social em que vive, local e globalmente. Ser capaz de adquirir, e ter sempre presente em si, uma consciência histórica, democrática e internacional, cuja plataforma seja o direito de igualdade de oportunidade, a tolerância, a solidariedade, o respeito, a paz e a justiça. A construção da consciência se dá na sensibilização e na capacidade de perceber e sentir na pele o que está acontecendo ao nosso redor. Entretanto, não podemos ficar apenas sentindo o frio à flor da pele e esquecer o calor que há dentro de nós. Nossa reação já será a manifestação da cidadania. (SOUZA, 2004, p. 50-51).

1.4 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Em meados da década de 80 o país se mobilizou por uma nova Constituição, que, promulgada em 1988, trouxe grandes avanços para a democracia brasileira, e, nela, os movimentos sociais que haviam surgido nos anos 70 tiveram muitas de suas reivindicações inscritas.

O processo de aprovação da Constituição Federal passou pela implantação da Assembléia Nacional Constituinte, que no seu regimento aprovou espaços e canais de participação, tais como a possibilidade de qualquer entidade associativa apresentar sugestões a subcomissões específicas, audiências públicas abertas a representações da sociedade civil e indicação de emendas populares. Dessa forma, cento e vinte e duas emendas populares foram apresentadas por diversos grupos e movimentos populares, das quais oitenta e três foram contempladas na Carta constitucional. Através desse processo, lutas antigas de muitos movimentos sociais foram finalmente inscritas em lei (COUTO, 2004).

Vários autores, entre eles, Gohn (2000a), Paoli e Telles (2000), Weffort (1992) e Silveira (1997, 2000), consideram a Constituição de 1988 a principal base institucional da nova democracia brasileira e, conseqüentemente, um marco na história dos movimentos sociais no Brasil. De acordo com Silveira (2000, p.79),

Nos últimos trinta anos vivemos a experiência de um regime autoritário de governo e a sua superação com a passagem para um regime de democracia representativa. Nessa mudança de regime político, que culminou com a Carta Constitucional de 1988, os movimentos sociais foram, sem dúvida, os grandes atores desse processo que se caracterizou simultaneamente como resistência e negação à ordem autoritária e como proposição e instituição de uma ordem democrática fundada no reconhecimento dos direitos de cidadania.

Ora, isso não foi nada pouco para ser desconsiderado. Se tomarmos a Constituição de 1988 como o coroamento desse processo, no qual os movimentos sociais ocuparam a cena pública, vamos perceber que os valores democráticos, nela inscritos, são inéditos como experiência de sociedade e não seria exagero dizer que a sociedade brasileira de antes de 1964 não se reconheceria na Carta de 1988, o que equivale a dizer que o processo vivido nesses anos recentes logrou estabelecer os fundamentos de uma nova sociedade, marcada, especialmente, pelo reconhecimento dos direitos de cidadania que a sociedade passou a atribuir-se através dos seus movimentos.

A Constituição de 1988 é considerada referência fundadora de um novo horizonte democrático porque reconhece os direitos de cidadania e propõe mecanismos de participação da sociedade civil na gestão e no controle das atividades públicas, permitindo, assim, a interferência direta da sociedade na política.

A incorporação desses instrumentos legais foi decisiva para as ações propositivas e associativas dos anos 90, que despontaram no espaço público ganhando visibilidade e importância (como será analisado adiante). Contudo, observa Maricato (2001, p.74),

Após a Constituição brasileira de 1988, uma verdadeira enxurrada de figuras jurídicas tais como conselhos, iniciativas populares, audiências públicas foram incorporadas às leis orgânicas municipais. Elogios e boas formulações técnicas legais não garantem, entretanto, que a democratização das relações sociais vá ocorrer. Para tanto, a proposta deve ser operacionalizada e isso implica em ação e enfrentamento de conflitos.

1.5 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: UM NOVO TIPO DE INTERLOCUÇÃO NOS ANOS 90

A década de 90 também marcou os movimentos sociais, mas de forma distinta dos anos 70 e 80. Dos anos 90 em diante os movimentos populares sofreram certo refluxo frente

às mudanças na reestruturação produtiva no país, influenciadas pela chamada globalização¹⁵, que tiveram como reflexo a descentralização dos processos produtivos, a internacionalização do capital financeiro, a desregulamentação das leis trabalhistas, a flexibilização da jornada de trabalho e o enfraquecimento do papel sindical, entre outros.

Sobre a conjuntura social e política brasileira dos anos 90, ressaltam Paoli e Telles (2000, p.104):

Entramos nos anos 90 com uma democracia consolidada, aberta ao reconhecimento formal dos direitos sociais, garantias civis e prerrogativas cidadãs reivindicados, mas que convive cotidianamente com a violência e a reiterada violação dos direitos humanos — um mundo que encena o avesso da cidadania e das regras da civilidade, um mundo que dá a medida do que O’Donnell (1993) define como “legalidade truncada” que garante os direitos políticos democráticos, mas não consegue fazer vigorar a lei, os direitos civis e a justiça no conjunto heterogêneo da vida social, subtraídos que são por circuitos paralelos de poder que obliteram a dimensão pública da cidadania, repõem a violência e o arbítrio nas esferas das relações privadas, de classes, gênero e etnia, e tornam o Estado cada vez mais ineficaz em tornar efetivas suas próprias regulações.

É nessa conjuntura que surgem paradoxos que colocam em foco as questões clássicas dos direitos, da justiça e da igualdade, e que servem de indicativo para o entendimento das transformações que os movimentos sociais sofreram no período.

Nesse contexto de crise, marcado por um futuro incerto, uma série de movimentos populares, sindicais, de defesa de direitos humanos, entidades de assessoria aos movimentos populares, ONGs, ou seja, os “movimentos sociais novos”, tem formado uma rede de agentes sociais, a qual tem contribuído para a mudança do papel desempenhado pela sociedade civil, bem como para a ocupação das arenas públicas de negociação.

Na década de 90, a questão da autonomia, defendida veementemente nos anos 80 pelos novos movimentos sociais, é repensada, em razão das relações de parceria que começaram a ser estabelecidas com o Estado.

15 Embora sejam duas das grandes responsáveis pelas metamorfoses do mundo atual e incidam diretamente sobre os movimentos sociais, a reestruturação produtiva e a mundialização do capital não serão aqui discutidas. A respeito dessas mudanças, ver Alves (1996), Antunes (1997) e Teixeira (1996).

Como exemplos das novas relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil¹⁶ destacam-se a atuação das ONGs, dos conselhos gestores de políticas públicas, dos fóruns temáticos e a experiência do orçamento participativo. Com efeito,

Esses espaços, apesar de todos os problemas e dificuldades enfrentados, foram conquistas de movimentos sociais brasileiros que lutaram para que suas demandas fossem incorporadas de alguma forma nas políticas governamentais. Foram também formas, especialmente no nível municipal local, de abertura por parte de alguns governos e tentativa de construção de uma gestão pública mais democrática. (TEIXEIRA, 2002, p. 107)

Em síntese, a abertura desses espaços institucionais teve por objetivo alterar e democratizar o planejamento e a execução de políticas públicas no Brasil, uma vez que políticas participativas inovadoras proporcionariam maior transparência e eficiência no resultado esperado. Entretanto, tem se tornado bastante freqüente a constatação de diversos problemas quanto à condução das atividades preconizadas nessas práticas, a saber, malversação dos recursos, cooptação institucionalizante e, por conseguinte, o engessamento das práticas de mobilização e o comprometimento da autonomia social, criando um distanciamento entre o objetivo que instiga a mobilização e o exercício efetivo dos trabalhos.

Ainda que os desafios para a consolidação desses espaços de participação popular sejam muitos, não é objetivo nesse trabalho um maior detalhamento desses problemas.

1.6 ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Segundo Gohn (2000b), durante a década 90, a diminuição dos movimentos sociais organizados foi proporcional ao aumento do número de ONGs, e estas adquiriram grande visibilidade no cenário brasileiro, com uma demanda muito diversificada, abrangendo temas de

16 Segundo Scherer-Warren (1993, p. 50), Estado é “o campo da política institucional: do governo, dos partidos e dos aparelhos burocráticos de dominação”, e sociedade civil, “o campo da organização social que se realiza a partir das classes sociais ou de todas as outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado enquanto aparelho”.

interesse coletivo (meio ambiente, saúde, deficientes, gênero, raça, etc.). De acordo com a autora, as ONGs podem ser classificadas em caritativas, desenvolvimentistas, cidadãs e ambientalistas.

As ONGs caritativas estão voltadas para categorias como crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, mulher e idoso, e, no Brasil, muitas estão ligadas a seitas e religiões, intervindo diretamente nos bairros e locais de moradia por meio de creches e centros comunitários pertencentes às Igrejas, onde prestam serviços. As desenvolvimentistas têm por objetivo a defesa do meio ambiente; espalhadas pelo mundo, suas ações visam o desenvolvimento auto-sustentável. As cidadãs atuam em defesa dos direitos de cidadania e preocupam-se com as minorias discriminadas; através de redes de solidariedade, promovem e/ou participam de programas e serviços sociais básicos (as campanhas educativas e as denúncias da violação dos direitos sociais estão entre suas principais estratégias de luta). As ambientalistas, também chamadas de ecológicas, defendem (assim como as desenvolvimentistas), por meio de campanhas, estudos e diagnósticos, o progresso auto-sustentável, e contam com cooperação internacional.

É muito comum associar movimentos sociais a ONGs e vice-versa, mas, embora estejam, muitas vezes, atrelados, apresentando muitas semelhanças, são bastante distintos, conforme assinala Gohn (2000b, p. 49):

As organizações são institucionalizadas, os movimentos não. Elas podem ter sistemas de relações internas informais, pouco burocratizadas, mas precisam ser, no mínimo, eficientes. Elas têm de se preocupar com a perenidade para sobreviver, e ter um cotidiano contínuo. Os movimentos não; eles têm fluxo e refluxo, não são exatamente estruturas funcionais. São aglomerados polivalentes, multiformes, descontínuos, pouco adensados, não necessitam compromisso com a eficácia operacional, a não ser algum tipo de resultado para suas bases. Eles não têm de fazer balancetes, prestar contas ou pagar funcionários. As ONGs têm tudo isso no seu cotidiano; seus orçamentos ocupam a maior parte do tempo dos dirigentes. Em síntese, a lógica que preside as ONGs têm de se basear na ação racional. Os movimentos são um misto de não-racional/racional e até de irracional em certos momentos.

O denominador comum entre as ONGs é a sua natureza de fins não-lucrativos, e sua esfera de atuação é, por excelência, a sociedade civil. São as entidades escolhidas para mediar as políticas de parceria entre o governo e a comunidade organizada. Conforme Teixeira (2002), elas se relacionam basicamente com agências de financiamento internacional, com os movimentos sociais e o Estado.

O sucesso da parceria entre as ONGs e o governo depende de alguns fatores: o projeto político presente nessa relação, o poder efetivo de cada uma das partes no momento do encontro e o grau de empenho por parte das pessoas envolvidas. Considerando que os contatos estabelecidos entre ONGs e órgãos governamentais geram expectativas em ambos, a autora afirma:

As maiores expectativas das ONGs em relação aos órgãos de governo são de que eles sejam transparentes, abertos, partilhem o poder de decisão sobre os rumos dos projetos, sejam capazes de formular políticas públicas que incluam as perspectivas das organizações, sejam ágeis e que tenham confiança ao repassarem recursos. Por parte do Estado, espera-se das ONGs que ela sejam eficazes, com boa capacidade interna de organização, com quadros profissionais bem qualificados, que estabeleçam uma relação de confiança com o governo e estejam em sintonia com os objetivos do programa a ser implementado. (TEIXEIRA, 2002, p. 127)

Entretanto, há que se considerar que os avanços político-sociais — dever do Estado e direito dos cidadãos — e as definições das diretrizes macroeconômicas têm refletido diretamente na relação entre o Estado e as ONGs. Aquele, cada vez mais, repassa a estas a competência pelo desempenho de políticas sociais de sua responsabilidade, através de parcerias. E as ONGs muitas vezes assumem responsabilidades do Estado sem garantias de cobertura financeira suficiente para atender efetivamente as demandas.

Embora as ONGs sejam a experiência mais visível e mais estruturada das formas de relação entre Estado e sociedade civil, existem outras experiências criativas e inovadoras, entre elas “os conselhos existentes na esfera pública”, que realizam “uma mediação entre a sociedade civil e a sociedade política” (GOHN, 2000b, p.18), e o orçamento participativo.

1.7 CONSELHOS

A Constituição de 1988 introduziu, do ponto de vista da participação popular, uma grande inovação, sobretudo no que diz respeito às deliberações, à gestão e ao controle das políticas sociais, instituindo o modelo descentralizado e participativo na sua condução. A partir

da Constituição de 1988, todas as legislações complementares das políticas sociais, tais como as leis orgânicas da Saúde e da Assistencial Social, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso, instituíram a existência de conferências e conselhos deliberativos em cada esfera de governo.

De natureza pública, tais conselhos, de organização tripartite ou paritária (governo e sociedade civil), têm, como principal função, deliberar sobre o planejamento, o funcionamento e a avaliação da política social na sua área de abrangência.

Com efeito, esses novos espaços de atuação das camadas populares na gestão da coisa pública foram criados em muitas cidades do Brasil, sendo exemplos de gestão co-participada os conselhos populares, os comunitários e os institucionalizados.

Em relação aos conselhos populares, pode-se dizer, segundo Gohn (2000b), que tinham, em seu início, a democracia como norteadora de suas ações. Surgiram a partir dos movimentos sociais das décadas de 70 e 80, voltados, basicamente, para as áreas de saúde e habitação.

Os conselhos comunitários, criados ainda no regime militar, são espaços de negociação envolvendo movimentos populares e o governo; têm sido mais consultivos do que deliberativos. De caráter duvidoso, geralmente apresentam práticas de cooptação e estão atrelados ao partido político que está no poder.

Os conselhos temáticos institucionalizados lutam pela efetivação dos direitos previstos na Constituição de 1988. Sua forma mais conhecida são os conselhos tutelares.

Segundo Gohn (2000b), os conselhos podem apresentar outras variações: os conselhos gestores e os conselhos tarifários. Os gestores estão ligados às questões tradicionais da administração pública, como transporte, habitação, saúde, lazer, educação, etc. Ao participar das políticas de gestão, atuam como agentes controladores e fiscalizadores do Poder Executivo. Os tarifários buscam participar do estabelecimento de tarifas em geral, com presença nas instâncias decisórias.

Os conselhos institucionalizados apresentam grande complexidade, pois

não dependem da capacidade de mobilização da população, como os Conselhos Populares, e atuam em parceria com o poder público, tal como os Conselhos Comunitários. Seu processo de implementação é difícil e lento, devido à necessidade de normatizações. São espaços de democratização da coisa pública e de exercício da cidadania pela população. Mas não basta uma boa engenharia social para implementá-los. São negociações, políticas, acordos, lutas e tensões que poderão garantir sua

existência. São necessárias práticas democráticas, que esbarram nas dificuldades [...] da não-cultura política democrática e da força do autoritarismo e do patrimonialismo. (GOHN, 2000b, p. 20)

Tatagiba (2002) aponta, ainda, os conselhos administrativos, que estão voltados ao gerenciamento direto e participativo das unidades prestadoras de serviços como escolas, creches, hospitais, mas que não podem influenciar a direção das políticas públicas a elas relacionadas.

1.8 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Devido a quatro gestões consecutivas do Partido dos Trabalhadores, Porto Alegre é a cidade mais citada quando se fala em orçamento participativo. Experiência ímpar da inter-relação entre Estado e sociedade civil, ele foi implantado nessa cidade¹⁷ desde a primeira gestão do PT (1989-1992)¹⁸.

Por seu caráter mais democrático e transparente, o orçamento participativo tem rompido com o clientelismo arraigado na política brasileira e se constituído num forte instrumento de alocação dos recursos financeiros no que diz respeito à gestão dos bens públicos. Nele, através das assembléias temáticas, organizadas por regiões administrativas, os moradores decidem as prioridades agrupadas nas suas áreas de interesse.

Para Sánchez (2002, p.17), “a implantação de orçamentos participativos testa profundamente a eficiência, a eficácia e o discurso das administrações que os aplicam”. Nesse sentido, segundo Avritzer (2002, p.40),

17 Segundo Avritzer (2002, p. 20), “O Orçamento Participativo em Porto Alegre consiste em um processo de decisão pela população sobre as prioridades de obras da prefeitura do município. Esse processo envolve duas rodadas de assembléias regionais intercaladas por uma rodada de assembléias em âmbito local. Em uma segunda fase, dá-se a instalação do Conselho do Orçamento Participativo, um órgão de conselheiros representantes das prioridades orçamentárias decididas nas assembléias regionais e locais”.

18 A prática do orçamento participativo evidentemente não se limita a Porto Alegre, pois todas as cidades de administrações petistas implantaram esse mecanismo de gestão democrática e participativa das políticas públicas para decidir sobre a aplicação dos recursos governamentais (SÁNCHEZ, 2002).

Uma avaliação do Orçamento Participativo mostra que, enquanto prática, ele democratiza a relação entre a sociedade civil e o poder local. Ainda mais relevante, uma avaliação do OP mostra que a forma de deliberação pública é superior às outras formas institucionais existentes, em virtude da sua capacidade de criar mais eficiência administrativa e maior equidade.

Considerando o histórico de práticas políticas marcadas pelo centralismo ineficaz e pela corrupção, administrações governamentais com participação social, deliberação pública e transparência são experiências que tendem a ser cada vez mais valorizadas. Assim, a implantação do orçamento participativo se apresenta como uma importante referência, talvez a maior, entre as novas práticas capazes de ampliar o exercício da democracia. Nele, o processo participativo é rico porque engendra novos sujeitos políticos no que diz respeito a pensar e decidir demandas sociais, e não porque atende às necessidades básicas da população carente.

2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA: QUANDO A LUTA PELA CIDADANIA COMEÇA PELO DIREITO DE MORAR

“Nós temos que ter um lugar em algum lugar, porque nós fazemos parte desta cidade.” (Erineusa Tenório)

2.1 COMO TUDO COMEÇOU

O União da Vitória, localizado no km 9, na região Sul de Londrina, surgiu oficialmente em 1988 e é, hoje, o maior bairro da cidade, com aproximadamente 16.000 habitantes. Além de impressionar pelo tamanho, pois em números populacionais é maior do que mais de trezentos municípios paranaenses¹, o bairro ganhou, logo em seu início, grande projeção na cidade em razão da forma como foi ocupado, e, mais tarde, visibilidade nacional, pelos inúmeros problemas que já enfrentou e pela mobilização dos seus moradores para superar as dificuldades. Tornou-se, por isso, objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento e assunto freqüente na mídia londrinense.

O local onde está instalado era uma extensa área rural (46 alqueires), adquirida pela Cohab em 1977. Na época sua aquisição foi bastante criticada, pois é uma região de solo rochoso, inapropriada para a construção de moradias. A compra, no entanto, teve maior repercussão devido à denúncia de que o valor pago foi muito acima do que a área valia, resultando em um dos maiores escândalos envolvendo a companhia. Foi, inclusive, instaurada uma auditoria, que comprovou que houve fraude na negociação, que envolvia o seu então presidente, Edson Rispoli, e seu ex-diretor financeiro, Vicente Januzzi Neto (COHAB garante..., 1985, p. 4).

Em 16 de agosto de 1985, quinze famílias, oriundas das favelas londrinenses Nossa Senhora da Paz (antiga Caixa Econômica), Marisa e Franciscato, ocuparam esse terreno da Cohab. Eram famílias compostas por “ex-agricultores que, sem condições de permanecer na zona rural, vieram para a cidade em busca de trabalho” (COHAB garante..., 1985, p. 4), e, como tantas

¹ Ver IBGE (2000). Este dado é freqüentemente apontado sobre o bairro nos jornais e nos documentos da Cohab.

outras, tiveram por destino as favelas, devido a impossibilidade de ocupar um lugar na *cidade legal*².

A área ocupada era conhecida como km 9, Terreno do Salvador Rico (nome do seu antigo proprietário) e Gleba Ribeirão Cafezal (depois da ocupação, passou a ser conhecida, também, como Sem-Terra). Embora pertencesse à Cohab, estava arrendada, havia algum tempo, ao pecuarista José Fernandes, que, por sua vez, subarrendava parte dela para outras duas famílias (JUIZ concede..., 1985, p. 4).

O episódio gerou um processo judicial de reintegração de posse, requerida pela Cohab. Enquanto aguardavam a decisão do juiz, acampados e Cohab tentavam chegar a um acordo. Aqueles alegavam que o desemprego e a situação de miséria em que se encontravam os havia levado a ocupar o terreno: “Não temos líder, o que nos trouxe aqui foram a fome e a carestia que vêm matando nossas famílias aos poucos”, declarou, na época, Manoel Francisco da Silva, chefe de uma das famílias, ao jornal Folha de Londrina (apud COHAB garante..., 1985, p.4). Nilo Dequech, então presidente da Cohab, enfatizava que o terreno, devido a sua formação rochosa, era inviável para a construção de um conjunto habitacional (COHAB pode..., 1985, p. 4) — afirmação que atestava a falta de compromisso e de objetividade, por parte do poder público, na sua aquisição.

Os ex-agricultores garantiam que, mesmo a área sendo geograficamente muito acidentada e não apropriada para a agricultura na sua totalidade, era adequada para o plantio na maior parte de sua extensão (COHAB garante..., 1985, p. 4), e asseguravam que, se contassem com ajuda técnica, poderiam colher boas safras ali (COHAB pode..., 1985, p. 4).

Com o propósito de não abandonar a área, de lutar por um pedaço de terra e diante da ameaça de despejo o posicionamento dos acampados foi enfático, como se pode ver pela declaração de Pedro Borges Severiano à Folha de Londrina: “Queremos a terra para trabalhar. Já que estamos aqui não vamos sair sem mais nem menos. A Polícia só vai tirar a gente se arrastar um por um. Não faz diferença morrer na mão da Polícia, para quem já estava morrendo de fome na favela” (apud COHAB pode..., 1985, p.4).

² Sobre a distinção entre *cidade legal* e *cidade ilegal*, Maricato (2000) argumenta que, no Brasil, tanto o planejamento quanto a legislação urbanística não estão comprometidos com a realidade concreta, mas apenas com uma parte da cidade. Segundo a autora, para a cidade ilegal, que corresponde às favelas e aos loteamentos clandestinos, não há planos nem ordem. “Aliás, ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das idéias” (MARICATO, 2000, p. 121).

Concedida a liminar de reintegração de posse à Cohab no dia 21 de agosto de 1985, nesse mesmo dia dois oficiais de justiça foram até a área e exigiram a saída dos acampados, que se recusaram a deixar o local (JUIZ concede..., 1985, p. 4). Os oficiais, então, anexaram ao processo certidão informando a recusa e solicitaram “ordens de arrombamento de bem e de reforço policial” — restava à Cohab peticionar pedindo que fossem deferidas (COHAB decide..., 1985, p. 4). Ao saber que a reintegração de posse havia sido concedida, os acampados não pouparam críticas ao governo:

Tá se falando muito na reforma agrária, mas até agora seus benefícios não chegaram para os ex-agricultores que hoje estão nas favelas. O presidente Sarney disse que a reforma agrária deve começar pelas terras do Estado e é o que estamos fazendo. Este terreno é da Cohab, o que é da Cohab é do Governo e o que é do Governo é nosso. (SEVERIANO apud JUIZ concede..., 1985, p. 4)

Nilo Dequech, alegando que doar terras não era competência da Cohab e nem do município, antes de solicitar o reforço policial para efetivar o despejo propôs, em 22 de agosto, a uma comissão que representava os acampados, que estes deixassem o terreno, oferecendo-lhes, em troca, áreas públicas de fundo de vale para cultivarem, com a condição de que voltassem para seus antigos barracos — a terra cedida deveria ser utilizada apenas para plantar. Durante a reunião com a comissão, Dequech deixou claro que não permitiria que permanecessem no terreno (COHAB decide..., 1985, p. 4). Ao saber da proposta, a reação dos acampados foi de não aceitá-la.

O conflito começou a repercutir fortemente na cidade³. Vários segmentos da sociedade, como a Federação de Assentamentos e Favelas de Londrina, o Movimento Estudantil Universitário, a Pastoral Operária, a Pastoral da Terra, além da Câmara de Vereadores e de líderes de outras entidades de classe, tentavam encontrar uma solução satisfatória para essa ação popular organizada. Os acampados receberam, também, o apoio de um grupo de bóias-frias de Tamarana (na época distrito de Londrina) e de moradores dos Cinco Conjuntos (ibidem). A comunidade londrinense em geral se solidarizou e passou a ajudá-los com gêneros alimentícios

³ Merece destaque o fato de que a ocupação — um dos conflitos mais importantes envolvendo assentamentos urbanos em Londrina —, desde o primeiro dia até o seu desfêcho, teve, inúmeras vezes, espaço de página inteira na Folha de Londrina, único jornal existente na cidade naquele período.

(COHAB pode..., 1985, p.1,4; JUIZ concede..., 1985, p.4; COHAB decide..., 1985, p.4; ADIADA decisão..., 1985, p.4).

Na tentativa de ajudar a resolver o conflito, a Câmara Municipal, na sessão de 22 de agosto, aprovou, por unanimidade, a indicação ao então prefeito, Wilson Moreira, para que interviesse na questão e impedisse qualquer tipo de violência contra os acampados. De acordo com o documento, de autoria do vereador Tadeu Felismino, a Câmara solicitava ao prefeito que fosse assegurada

solução condigna para o impasse surgido, garantindo a estes trabalhadores oportunidade e direito ao trabalho e à vida, pois entendemos que a ocupação em questão, embora abrupta, enquadra-se nas orientações práticas do Governo Federal para o plano nacional da reforma agrária, uma vez que se trata de terreno público e sem utilização. (apud COHAB decide..., 1985, p. 4)

Argumentando em defesa do patrimônio público e do compromisso com a comunidade, Wilson Moreira avaliava a ocupação como reflexo da promessa feita pelo Governo Federal anterior, de resolver o problema da habitação no Brasil, e do plano de reforma agrária proposto pelo Governo Sarney (1985-1988; PMDB). Segundo o prefeito, isso “criou uma expectativa junto ao trabalhador de que, vindo para a cidade, pelo menos casa ele teria. [...] E o cidadão, achando que o problema pode ser resolvido assim, como num passe de mágica, começa a invadir” (MOREIRA apud ADIADA decisão..., 1985, p. 4).

Na declaração de Wilson Moreira⁴ fica clara a crítica à política habitacional adotada durante o regime militar⁵ e à expectativa, gerada na população pelo Governo Sarney, de se avançar na questão da distribuição de terras no país. (Em meados da década de 80, após um longo período de repressão e conservadorismo, a sociedade brasileira parecia descortinar novos horizontes com a abertura política processada no Governo Sarney; embora com um passado de

4 Vale ressaltar que Wilson Moreira, prefeito de Londrina na gestão 1985-1988, era um legítimo representante da elite local, e durante todo seu mandato se pautou pelo “cumprimento da legislação”, demonstrando resistência aos movimentos populares ou a qualquer manifestação política organizada. Deve-se observar que sua opinião marca uma posição comum não só da elite local, mas da elite brasileira de modo geral quanto ao local destinado àqueles que não têm poder de compra. Sobre o posicionamento político e administrativo de Wilson Moreira, ver SILVEIRA (1997).

5 Em 21 agosto de 1964, pela lei n^o 4.380, foram criados dois órgãos que tinham por incumbência “solucionar” a crise de habitação no país: o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Porém, não lograram resultados positivos e se deterioraram ao longo do tempo, sendo que o BNH foi extinto em 1985.

estreita ligação com o regime militar, Sarney representava, naquele momento, o presidente da redemocratização, o que alimentou sonhos em milhares de trabalhadores brasileiros, os quais já haviam entrado em cena no final da década de 70, com a efervescência dos movimentos sociais, com destaque para o Movimento dos Sem-Terra-MST, que avançava no Sul do país.)

Sobre a reintegração de posse do terreno à Cohab, Wilson Moreira entendia que

A retirada dessas famílias do terreno da Cohab resolve o principal problema delas, que é habitação, porque elas voltam para os barracos que possuem nas favelas, construídas em terrenos públicos. Agora, eu não sei o que estão pondo na cabeça deles. Mas se eles na verdade querem um terreno de graça, nem o Município nem a Cohab têm para dar. (MOREIRA apud ADIADA decisão..., 1985, p. 4)

Além disso, era da opinião de que “algumas lideranças” estavam por trás dessa ocupação, como declarou à Folha de Londrina em 24 de agosto de 1985: “‘basta ser inteligente para perceber’ que o problema das 15 famílias que invadiram a área da Cohab [...] ‘não é desses favelados, mas de algumas pretensas lideranças que estão querendo insuflar esse pessoal’” (ADIADA decisão..., 1985, p. 4, citando Wilson Moreira).

Em relação à volta das famílias para seus barracos, apontada como “solução” para o seu problema de moradia, Wilson Moreira, ao considerar a existência de um barraco na favela como algo aceitável em termos de habitação, revelava sua falta de compromisso com o direito à moradia digna. Quanto à insinuação de que alguém ou algum movimento estivesse por trás da ação de ocupação, pode-se inferir que ele se referia a seus adversários políticos ou a uma articulação política maior como os movimentos sociais. Percebe-se que seu posicionamento representava, fundamentalmente, uma visão conservadora.

Durante as negociações, a proposta dos acampados foi de permanecerem no terreno até conseguir do governo uma área para assentamento. A contraproposta da Cohab foi que desocupassem a área e, assim, custearia passagens para a comissão que os representava ir a Brasília, onde reivindicariam terras ao governo. Diante da contraproposta, pediram prazo para avaliá-la, “com a condição de que a Cohab não encaminhasse o pedido de reforço policial para desalojá-los do local” (PROSSEGUE impasse..., 1985, p. 1; ADIADA decisão..., 1985, p. 4).

Depois de muitas discussões e sem uma posição definida, a comissão de representantes voltou a se reunir com a Cohab em 26 de agosto, quando Nilo Dequech

estabeleceu as 10 horas da manhã seguinte como último prazo para que os acampados deixassem a área pacificamente, caso contrário encaminharia o pedido de reforço policial para efetuar o despejo. Os membros da comissão,

Apesar de demonstrarem-se bastante contrariados, [...] ficaram de levar novamente até o acampamento, para discussão, a proposta de desocuparem o local para posteriormente um grupo deles ir a Curitiba ou a Brasília, acompanhados de Nilo Dequech, tentar conseguir terras para assentamento das 15 famílias de favelados. (COHAB e acampados..., 1985, p. 4)

Segundo informou a comissão à imprensa (ao sair da reunião), eles haviam decidido ir a Curitiba pedir o apoio do então governador, José Richa, nas negociações com a direção do Inbra, em Brasília⁶. E, na manhã do dia 27, a comissão informou à Cohab que os acampados não sairiam do terreno, “pelo menos dentro dos próximos dez dias [...] prazo solicitado pela comissão para que pudesse ir a Curitiba ou a Brasília” (DESPEJO de favelados..., 1985, p. 4) — o que acabou não acontecendo, pois Dequech, entendendo que “a autorização para que os favelados permanecessem na área abriria precedentes para que outras famílias tomassem medidas semelhantes”, solicitou força policial para retirar os acampados, a qual foi deferida nesse mesmo dia (DESPEJO de favelados..., 1985, p. 4).

6 Segundo matéria da Folha de Londrina publicada em 27 de agosto, no dia anterior, após a reunião com a diretoria da Cohab, a comissão de representantes, junto com líderes de entidades de classe, foi para a Câmara de Vereadores, onde participou de uma reunião que “transcorreu de forma bastante polêmica devido à presença de líderes de entidades de classe da cidade que tentavam defender a causa das 15 famílias de ocupantes”, e na qual, “Diante das insistentes cobranças dos líderes de entidades de classe da necessidade dos vereadores se posicionarem decisivamente do lado dos acampados, alguns alegavam que não podem fazer nada diante da posição da Justiça, que concedeu liminar de reintegração de posse. Depois de mais de duas horas de discussão os vereadores se comprometeram a tentar pôr a comissão dos favelados em contato com o prefeito [...]. Afirmaram ainda que irão até a Cohab no horário estabelecido para que os ocupantes anunciem se deixam ou não a área, com a finalidade de impedir, se necessário, a ação de despejo”. Ainda segundo a matéria, o vereador Antenor Ribeiro teria informado que a orientação de José Richa a Wilson Moreira era a de que, caso fosse preciso, se utilizasse força policial para efetuar o despejo; e lembrou, também, que o juiz Ary Dorival Mazer, da 7^a Vara Cível de Londrina, que deferiu a reintegração de posse à Cohab liminarmente, teria recebido comunicado do Tribunal de Justiça do Paraná para cumprir a liminar assim que a Cohab entrasse com o pedido de reforço policial (COHAB e acampados..., 1985, p. 4).

2.2 O DESPEJO

No Brasil, não é difícil imaginar uma cena de despejo, pois geralmente essas cenas são muito freqüentes e semelhantes. O caso dos acampados do km 9 não foge à regra, mas possui algumas peculiaridades. Para a sua retirada, que ocorreu em 28 de agosto de 1985, os oficiais de justiça solicitaram cinquenta policiais militares, a presença de uma assistente social e de enfermeiras, para eventuais atendimentos. No local também estavam presentes alguns funcionários da Cohab, jornalistas e representantes de movimentos populares.

Os acampados não aceitaram passivamente esse ato de violação dos seus direitos humanos. Como forma de resistência, se recusaram a voltar para as favelas das quais tinham saído e também a indicar os pertences de cada família. Um dos barracos pegou fogo, causando grande tumulto (ninguém foi surpreendido ou assumiu a autoria do ato). De acordo com Nelson Cardoso⁷, que pertencia ao grupo que invadiu o terreno e um dos entrevistados nesta pesquisa, o despejo (e a forma como as famílias reagiram a ele) se deu da seguinte forma:

Num primeiro momento não houve uma reação das famílias, de estar partindo pra cima dos policiais, mas aconteceu o seguinte: as famílias eram carregadas, porque as pessoas ficaram sentadas. Era esse o trato, que a gente sabia que não teria o número de pessoas suficiente e condições de estar indo para um embate, pra uma batalha ali. Então se manteve esta posição: nós não vamos sair andando, nós não vamos sair com nossas próprias pernas. Então, o que aconteceu? Foi um momento assim: os policiais, por ordem de seus superiores, pegavam pessoa por pessoa — idosos, mulheres, homens —, pegavam no colo e levavam até o ônibus. Juntavam dois, três policiais e iam transportando e colocando as pessoas no ônibus.

Durante o despejo, o momento de maior tensão aconteceu quando o presidente da Federação dos Assentamentos e Favelas de Londrina, Hércio Pedro dos Santos, percebendo

⁷ Nelson Cardoso foi vice-presidente da associação de moradores do União da Vitória em 1995, tendo assumido o cargo de presidente por aproximadamente 10 meses, porque o presidente eleito teve que se mudar do bairro; foi membro do conselho fiscal da associação de moradores; coordenador do Conselho de Entidades durante dois mandatos; presidente da Associação de Pais e Mestres do Centro de Atendimento Integrado à Criança (Caic); coordenador do Conselho Local de Saúde do Jardim União da Vitória; presidente do Consul por duas vezes; secretário do Consul; delegado da Sul II (região do orçamento participativo) por duas vezes. Na atual gestão municipal (2000-2004), ocupou a coordenação do Núcleo de Participação Popular; atualmente ocupa uma cadeira na Câmara de Vereadores de Londrina, no lugar de Márcia Lopes.

que a maioria das pessoas já havia sido transportada para o ônibus da PM, jogou-se na frente do veículo, numa tentativa de retardar a desocupação. Aí teve início um processo de pancadaria e de agressões mútuas, resultando na prisão de oito pessoas: o próprio Hércio, Maria Giselda de Lima e Rosicler Moreira Fonseca (integrantes da União Geral dos Moradores⁸), “os favelados José Eno e Ezequiel Nascimento, além de Antonio Roberto Correia, presidente do Diretório Municipal do PT; Nelson Cardoso, militante do PT, e Juscelino de Souza, da Pastoral da Juventude” (ACAMPADOS saem..., 1985, p. 1; POLÍCIA retira..., 1985, p. 4).

Como se recusaram a voltar para seus antigos barracos, os acampados foram levados provisoriamente para um albergue, e as pessoas que haviam sido detidas foram soltas na tarde daquele mesmo dia. Reunidos novamente e junto com os comitês de apoio ao movimento, os desabrigados foram para a Concha Acústica⁹, no centro de Londrina — local freqüentemente utilizado para manifestações —, onde passaram a noite (NO SOS..., 1985, p. 5).

Decididos a não retroceder em seus propósitos, no dia seguinte acamparam em um terreno particular, nas proximidades da prefeitura, como forma de pressão. Um dos desabrigados declarou à Folha de Londrina: “Não pretendemos ficar aqui de vez. É só um lugar de protesto” (FAMÍLIAS expulsas..., 1985, p. 4). Até a solução do problema, permaneceram acampados naquele terreno.

O acordo entre as partes só aconteceu quando o grupo, aproveitando a presença de José Richa em uma solenidade em Apucarana (cidade próxima a Londrina), decidiu ir até lá e expor a ele a situação. Wilson Moreira, que também estava em Apucarana, foi orientado por Richa a encontrar uma solução para o problema até que o Incra os assentasse (FAVELADOS assinam..., 1985, p. 5). Na entrevista, Nelson Cardoso enfatizou a importância desse encontro com o governador:

Nós ficamos ali [no terreno próximo à prefeitura] mais ou menos um mês. Durante esse período descobriu-se que o governador estaria vindo aqui para o Norte do Paraná, para uma solenidade em Apucarana. Aí a gente levantou a infra-estrutura necessária, as condições pra ir até Apucarana. Estava lá o prefeito

8 A União Geral dos Moradores foi uma organização que surgiu na década de 80, na região Norte da cidade, com o objetivo de articular os moradores dos diversos bairros, principalmente em defesa da moradia digna. A respeito dessa organização, ver LIMA (1995).

9 Segundo a Folha de Londrina, “o médico Luiz Eduardo Cheida, integrante da CUT [foi autorizado pela assistente social do SOS] a dirigir a Kombi da entidade, transportando os desabrigados para a Concha Acústica [...]” (NO SOS..., 1985, p. 5). Cheida, posteriormente, se elegeu prefeito de Londrina pelo PT.

daqui de Londrina, e essa comissão conseguiu abordar o governador e colocar a situação. Ao colocar a situação, o governador pediu para o prefeito Wilson Moreira tomar uma providência. Dali nasceu a negociação.

Vendo-se obrigado a negociar, Wilson Moreira lhes fez estas propostas (PREFEITO pode..., 1985, p. 4):

- Voltarem ao terreno da Cohab, mas apenas para cultivar a terra.
- A participação, no momento em que quisessem, nas frentes de trabalho da prefeitura.
- Providenciaria um estudo para verificar a possibilidade de as famílias plantarem em áreas públicas.
- Motivaria os proprietários de lotes urbanos, para que permitissem que os favelados cultivassem esses terrenos.
- Trabalharia junto ao Incra para o assentamento de todos em áreas destinadas à reforma agrária.

De imediato, eles concordaram com a primeira proposta, de voltar ao terreno do qual haviam sido expulsos. Através da assinatura de um contrato com a Cohab, cuja validade era de um ano, cada família recebeu um lote de terra, que variava de 16.000 a 30.000 m², “devido a irregularidade da área, na sua maior parte de formação rochosa”, e em 3 de outubro, trinta e cinco dias após o despejo, foram autorizadas a plantar no terreno, sem o direito de moradia (FAVELADOS assinam..., 1985, p. 5). Assim, “A própria prefeitura, com seus caminhões que foram usados pra tirar os barracos e [fazer] a mudança do pessoal que estava ocupando a área da Cohab, serviu pra levar essas famílias de volta. E essas famílias foram assentadas e começaram, então, a plantar ali, naquela área” (Nelson Cardoso). O acordo feito com a Cohab amenizou, em parte, o problema. Impedidas de morar no terreno, cinco famílias voltaram para seus antigos barracos. Uma delas — escolhida por consenso entre o grupo — foi autorizada a residir nele para cuidar das ferramentas e das sementes. As outras nove, alegando não ter para onde ir, acamparam nas margens da rodovia Londrina–Mauá, próximo ao terreno (FAVELADOS assinam..., 1985, p.5; FAVELADOS Podem..., 1985, p. 4). Passado algum tempo, outras famílias voltaram para as

favelas de onde tinham saído (COM a terra..., 1985, p. 4). Ainda em outubro de 1985, parte das famílias já havia preparado a terra e esperava chover para começar a plantar, pois o que haviam plantado (arroz, milho, feijão) não tinha vingado (FAVELADOS podem..., 1985, p. 4). Enquanto isso, para sobreviver a maioria foi “buscar trabalho na cidade ou mesmo catar papel para alimentar a família” (COM a terra..., 1985, p. 4); tempos depois, alguns começaram a trabalhar em propriedades agrícolas nas proximidades (ZANCHIN, 1985, p. 4). No final de novembro vieram as chuvas, e aí o problema era outro: a falta de sementes. Apesar das adversidades, Pedro Borges Severiano continuava confiante: “Com toda a dificuldade, não estamos desanimados. Nos esforçamos como podemos [...]. Não vamos nos desgarrar porque somos birrentos” (apud GRACINO, 1985, p. 4). Em 6 de julho de 1986, a Folha de Londrina noticiou que, contrariando o acordo firmado com a Cohab, de não residir no terreno, três da quinze famílias, havia quase uma semana, tinham instalado seus barracos naquela área (duas dessas famílias estavam, até então, acampadas nas margens da rodovia Londrina–Mauá) (TERRENO da Cohab..., 1986, p. 4). Enquanto a Cohab reagia, dizendo que não ia aceitar sua permanência ali, “uma quarta família começou [...] a construir uma barraca para também se instalar no terreno” — segundo o chefe dessa família, ele não “aguentava mais andar 22 quilômetros para vir da Favela Marisa trabalhar aqui, no meu lote de terra” (ibidem). Segundo a Folha, “o número de favelados autorizados a trabalhar naquele terreno e que estão com a intenção de morar na área, não pára por aí” (ibidem), e informa que um deles, na tarde anterior, procurava bambu para construir seu barraco. A matéria também traz a informação de que duas famílias (não uma, como 47 anteriormente publicado), escolhidas pelo grupo, tinham permissão da Cohab para residir no terreno para cuidar das ferramentas e das sementes.

Em maio de 1987, quase dois anos após a primeira ocupação, o terreno da Cohab foi ocupado também por onze famílias de bóias-frias (aproximadamente cinquenta pessoas), que ergueram ali, precariamente, seus barracos (NOVA ocupação..., 1987, p.4)¹⁰. Diferente do conflito ocorrido em 1985, essas famílias, “diante da ameaça de serem despejadas por determinação de liminar” judicial (ibidem), desocuparam o terreno pacificamente: depois de muita negociação entre elas, a Federação dos Assentamentos e Favelas de Londrina e a Cohab, foram alojadas temporariamente na favela Perobal. O principal fator a favorecer as negociações

¹⁰ Não foi possível determinar a data exata dessa invasão, pois a matéria da Folha de Londrina, publicada em 3 de junho, usada como referência, informa que essas onze famílias tinham invadido o terreno da Cohab havia aproximadamente dez dias.

foi a promessa, feita pela Cohab, de construir, naquele terreno, um conjunto habitacional (para o qual já tinha recursos) cuja prestação do imóvel custaria 10% do salário mínimo, comprometendo-se a destinar as casas para essas famílias e também para as 15 famílias da ocupação de 1985 (NOVA ocupação..., 1987, p.4).

2.3 UM SUPOSTO CONJUNTO HABITACIONAL

Há poucas informações sobre a construção das trinta e duas casas populares de alvenaria que ocupam as duas primeiras ruas do União da Vitória¹¹ — elas existem desde o final de 1987 e destoam radicalmente das demais casas, por serem muito parecidas entre si¹². Dos dezesseis moradores do bairro entrevistados para esta pesquisa, apenas três haviam participado das duas primeiras ocupações: dois eram da ocupação de 1985 e um, da ocupação de 1987. Eis seus relatos sobre a construção dessas casas:

Veio oficial de justiça pra nos tirar daqui, mas a gente não tinha onde ficar, onde morar. Então a gente pediu para eles arrumar um lugar pra gente ficar, e eles arrumaram lá embaixo, no Franciscato. Foram as quinze famílias pra lá enquanto construía essas casinhas. A gente ficou lá um ano e pouco, esperando a Cohab fazer as casas aqui. Daí, com muito custo, a gente entrou aqui. (Jandira Armanhi¹³)

11 A história do União da Vitória pode ser dividida em fases, as quais não são muito distintas. Os dados obtidos nas entrevistas com os moradores são desencontrados. Durante um longo período, quase nada foi publicado na Folha de Londrina sobre o bairro, e muitos moradores antigos já faleceram ou se mudaram de lá. Outro elemento que dificulta uma reconstituição precisa de sua história é que muitas matérias publicadas nos jornais da cidade trazem datas diferentes para o seu início, além de darem diversas denominações ao bairro: como colocado, antes de existir oficialmente o lugar era chamado de km 9, Terreno do Salvador Rico, Gleba Ribeirão Cafezal e Sem-Terra, além de ser chamado, indiscriminadamente, de bairro, conjunto, assentamento ou favela. Vale lembrar, também, que o segundo jornal de grande circulação na cidade, o Jornal de Londrina, só surgiu em meados de 1989. Portanto, só havia uma empresa jornalística para cobrir os acontecimentos relacionados ao bairro e, de acordo com o levantamento feito nesse jornal, para esta pesquisa, em 1986 foram publicadas apenas duas matérias sobre ele (em 6 de junho e em 6 de julho) (NA mais nova..., 1986, p. 4; TERRENO da Cohab..., 1986, p. 4), e, em 1987, uma, em 3 de junho (NOVA ocupação..., 1987, p. 4).

12 Ainda que construídas exatamente iguais, ao longo do tempo as famílias foram alterando as características comuns, fazendo as mudanças, de acordo com as condições financeiras e o gosto.

13 Jandira Armanhi é moradora do União da Vitória desde 1985; já participou da associação de moradores (até a data da entrevista não participava de nenhuma associação).

Foi em 87 que teve uma negociação, de se construir casas pra essas famílias. Durante esse processo, também se deslocou pra lá mais quinze famílias, daí já não eram mais quinze, eram trinta famílias. Essas famílias, na verdade, acabaram ocupando lá porque tinha áreas ociosas e tal, e o pessoal foi entrando. Não de uma forma ordenada, organizada, mas de dois, três e, daí a pouco, já tinha mais quinze. Aí, nesse momento, foi feita uma negociação pra construir as casas de alvenaria. E foram construídas ali na entrada do bairro, ficando nessa mesma posição: as famílias morando ali na entrada, mas cada um com um pedaço, um lote lá dentro da área, para que pudesse continuar plantando. Essa foi a maneira como nós caminhamos ali, até 87. (Nelson Cardoso)

Particpei da invasão. Nessa época tava todo mundo falando que esse terreno seria uma chácara pra gente. [...] Mas teve uma reunião [em] que as mulheres decretaram que queriam uma casinha pra morar. Depois que acabou a reunião, que todo mundo tinha ido embora, quando fomos saber o que aconteceu na reunião deles, foi que falaram: “Eles vão fazer umas casinhas pra gente morar, com água, com luz, com banheiro, tudo, e nós aceitamos a casinha.” Depois ficamos assim, com o semblante descaído, porque as mulheres decidiram ter as casinhas e os homens, os pais de família, queriam chacrear nosso terreno pra plantar.¹⁴ (Paulo Azevedo¹⁵)

É oportuno observar que essas casas foram construídas a partir do Programa de Construção, Conclusão, Ampliação e Melhoria da Habitação de Interesse Social (Ficam), “cujo objetivo era o de proporcionar recursos que permitissem o financiamento para a aquisição de terrenos, construção ou melhoria de habitações destinadas a famílias de baixa renda” (SILVA, 1989, p.69). De acordo com informações obtidas junto aos funcionários da Cohab e pelas cópias dos documentos que a companhia forneceu para esta pesquisa, esse programa não apresentava características de um programa de construção de conjuntos habitacionais, visando apenas a construção de unidades habitacionais esparsas. Porém, tratava-se de um financiamento, que até hoje não foi quitado pelos moradores¹⁶.

14 Sobre essa reunião com as mulheres, a única pessoa que passou mais alguns detalhes foi Nelson Cardoso, o qual explicou que, em um determinado momento, foi preciso decidir se o terreno seria uma agro-vila ou um assentamento urbano, e que essa decisão aconteceu em uma assembléia aberta. Segundo ele, “A maioria que estava lá eram mulheres, até em função do horário, porque foi às quatro horas da tarde e o pessoal estava trabalhando. Aí teve este chio, o pessoal chia até hoje, falando que foi uma reunião feita pras mulheres e tal, mas não foi. Foi pré-combinada a questão do horário, e houve falhas como todo processo tem a sua falha”. Vale ressaltar que o caráter da escolha não foi nada democrático, uma vez que uma decisão tão séria como o destino do terreno foi tomada numa reunião que aconteceu em um horário que não possibilitava a presença de todos os interessados.

15 Paulo Lourenço de Azevedo é morador do União da Vitória desde 1987; até a data da entrevista nunca tinha participado de nenhuma associação ou manifestação.

16 De acordo com a lei n° 4.406, de 31 de janeiro de 1990, sancionada pelo então prefeito, Antonio Belinati, a Cohab ficou autorizada a conceder, mediante repasse do valor pelo município, dispensa do pagamento das prestações

Não obstante essas casas populares existirem desde o final de 1987, ocuparem as duas primeiras ruas do bairro e destoarem das demais casas, por serem muito semelhantes, esses aspectos parecem ser desconsiderados por alguns pesquisadores e jornalistas, bem como por uma parte dos moradores, uma vez que consideram como marco fundador do bairro a chegada das famílias da favela OK, ocorrida em 1988, que na seqüência será abordada.

O desconhecimento, por uma parte dos moradores, das ocupações ocorridas em 1985 e 1987, deve-se ao fato de muitos terem se mudado para o bairro posteriormente e, sobretudo, pelo fato de o União da Vitória realizar lutas importantes pela moradia em momentos diversos. A respeito, é esclarecedor o depoimento de Erineusa Tenório¹⁷, moradora do bairro, uma das entrevistadas nesta pesquisa:

No União nós brigamos, no começo, por causa da data de aniversário. Na verdade, tinha aquela outra etapa [refere-se às ocupações de 1985 e 1987], mas a gente não fazia parte. Mas como estava muita pressão no dia que a gente mudou, porque a gente mudou aqui dia 12 de outubro, então ficou uma data muito importante pra gente, e minha briga com o Nelsinho [Nelson Cardoso] foi por causa disso. Ele queria a data daquela história, mas a nossa história era outra. Na verdade, a história era mais antiga, mas a gente não conhecia o pessoal dele. Até porque muitos vieram e não ficaram, a gente achou que não era. Mas são duas histórias de luta do mesmo jeito. Então decidimos pegar a história do começo de lá e ir dando continuidade. Mas a gente sempre faz festa no União no dia 12, festa das crianças, até porque o dia 12 que a gente chegou foi muito importante pra gente, né?

2.4 NOVAS OCUPAÇÕES: A LUTA CONTINUAVA

Em setembro de 1988, uma ação de reintegração de posse ajuizada pelo município de Londrina culminou no despejo de sessenta e cinco famílias da favela OK (hoje conhecida como favela Nova Conquista), e teve, como consequência imediata, a invasão do

vincendas da casa própria aos mutuários dos loteamentos implantados pela companhia com recursos próprios e destinados a programas especiais de desfavelamento ou assentamento de famílias carentes, até o final do exercício de 1996. Em outubro de 1996, em substituição à lei anterior, passou a vigorar a lei n^o 6.838, que prorrogava a dispensa do pagamento das prestações vincendas dos mutuários até o final do exercício de 2000.

¹⁷ Erineusa Alves Tenório é moradora do União da Vitória desde 1988; presidiu por três gestões a associação de mulheres, da qual, até a época da entrevista, ainda participava. No período da entrevista também participava da associação de moradores, do Consul, do Conselho de Entidades era a presidente do Conselho de Cultura da Região Sul.

prédio da prefeitura de Londrina por aquelas famílias (FAVELADOS invadem....., 1988, p. 5). Como era de se esperar, Wilson Moreira ofereceu alimentação e albergue para ficarem provisoriamente, e prometeu que, dentro de 15 dias, “teriam uma área próxima a um núcleo urbano, com ponto de água e arruamento aberto” (ibidem), mas as famílias não aceitaram nem uma coisa nem outra — preferiam permanecer em seus barracos. O clima foi ficando tenso e o impasse só foi resolvido por volta das 20 horas, quando um acordo definiu a volta, para a favela, daquelas famílias cujos barracos ainda existiam (muitos tinham sido desmontados), e trouxe a promessa de que lhes seria doado um terreno no prazo de cinco dias (ibidem). As famílias que não tinham mais seus barracos e não conseguiram lugar para ficar, foram alojadas no centro comunitário do bairro (FAMÍLIAS despejadas..., 1988, p. 6). Para assentá-las, foram escolhidas duas áreas da região Sul de Londrina: o jardim Franciscato e aquele mesmo terreno da Cohab, localizado no km 9 (PREFEITURA vai..., 1988, p. 4). Quase um mês depois cerca de 40 famílias, das sessenta e cinco, se mudaram para o km 9, onde já existiam as trinta e duas casas populares, as quais contavam com água e luz (o restante da área continuava sem qualquer infra-estrutura). O local destinado a elas não tinha rede de esgoto nem luz, e a água era retirada de três banheiros públicos estrategicamente construídos; o ponto de ônibus mais próximo ficava a mais de 2 km de distância (FAVELADOS ocupam..., 1988, p. 4).

Também em setembro 1988, a retirada de aproximadamente cem famílias de sem-terra de uma fazenda em Tamarana, levou-as a também se instalar no terreno da Cohab (oferecido pela prefeitura de Londrina), enquanto aguardavam assentamento¹⁸ (SEM-TERRA voltam..., 1989, p.5). De acordo com Nelson Cardoso,

Depois que as famílias já estavam morando nas casinhas e tal, aconteceu um outro despejo violento na cidade, na favela OK. Aí houve outra ocupação: em torno de umas cem — não lembro exatamente o número —, cento e cinquenta famílias. Essas famílias foram despejadas e, na hora do despejo, aconteceu o seguinte: as famílias precisavam definir, porque tinha duas opções, que o governo colocou pra elas: quem queria ir para o terreno da Cohab e quem queria ir para um outro assentamento, que tinha lá em Tamarana, do Movimento dos Sem-Terra. O nosso era um assentamento urbano, e tinha esse assentamento

18 Segundo a Folha de Londrina, “Na tarde de 23 de setembro [de 1988] eles instalaram-se numa faixa de terra da fazenda de Moacyr Viana, em Tamarana. Com a intervenção da Polícia Militar, às duas horas da manhã já haviam saído, nas viaturas da PM. Foram deixados na porta da Igreja do Rio Preto, a 10 quilômetros de lá, e algumas pessoas voltaram ao local de origem. [...] Os sem-terra ocuparam o pátio da igreja durante 2 meses e meio, e na manhã do dia 3 de novembro, foram para a frente da Prefeitura [de Londrina], pedindo apoio na agilização do processo de assentamento. [...] Com a pressão, eles conseguiram instalar-se no terreno da Cohab, onde estão até hoje” (SEM-TERRA voltam..., 1989, p.5).

rural lá, do MST. Nesse momento dividiu: um grupo de famílias decidiu ir pra lá e um outro grupo preferiu ficar ali no jardim União da Vitória. Aí essas famílias foram montando os barracos, e assim foi o início do jardim União da Vitória I. Aí entrou esse grupo de família e dividiu a área. Ali, já iniciado algum processo de urbanização, que as famílias começaram a pressionar por água, por luz, ônibus e tal; era um grupo bastante organizado, foram levando algumas melhorais pra lá.

Entre o final de 1988 e o início de 1989, duas lutas distintas ocorreram paralelamente no terreno da Cohab. Uma era a do MST e a outra, a do Movimento dos Sem-Teto¹⁹. As matérias jornalísticas ora cobriam a manifestação de um movimento, ora a de outro. Os sem-teto exigiam da administração municipal a construção de casas e infra-estrutura básica, pois eram desprovidos de tudo, pressionando com manifestações e invasões no prédio da prefeitura, cobrando uma solução. Já os sem-terra, justificando participar de um movimento mais amplo (MST), recusavam qualquer proposta que não fosse um pedaço de terra para trabalhar²⁰. A posição do movimento estava clara na fala de um seus integrantes, Sebastião Nunes:

Nossa profissão é a enxada. [...] Só o que queremos é um pedaço de terra para plantar e colher. Não queremos voltar para a fazenda e o patrão nos mandar embora de uma hora para outra. Essa história nós já conhecemos. Isso não adianta nada. A terra é a nossa única esperança. (apud REPETE-SE a novela..., 1989, p.4)

Entre as iniciativas de mobilização dos sem-terra, destaca-se a distribuição de panfletos, por eles mesmos, em lugares estratégicos no centro de Londrina, com os objetivos de

19 De acordo com matéria da Folha de Londrina em 18 de fevereiro de 1989, que cobriu a ocupação do prédio da prefeitura no dia anterior, por cerca de 2 horas, por um grupo de 70 favelados do km 9 (que exigiam infra-estrutura para o local onde estavam instalados “desde outubro”), no terreno estavam convivendo 140 famílias de favelados e cem famílias de sem-terra (estas aguardando a desapropriação de uma área rural para assentamento) (AGORA sem-teto..., 1989, p. 5).

20 Em matéria publicada em janeiro de 1989, a Folha de Londrina noticiou que numa das reuniões dos sem-terra com assessores de Antonio Belinati (então prefeito), foi avaliado por um dos assessores (Naym Libos), em relação ao problema da infra-estrutura do acampamento, que ele “só poderá ser resolvido com a construção de casas naquela área. [...] O terreno [...] pertence à Companhia de Habitação (Cohab) de Londrina, onde poderiam ser construídas casas ocas no sistema de mutirão”. / “Os sem-terra não concordaram com a proposta que, segundo eles, implicaria na fixação das famílias naquela área.” (SEM-TERRA acampados..., 1989, p. 4). Outra matéria, publicada em 14 de fevereiro, informa: “Os sem-terra contam que recusaram de pronto uma proposta que o assessor de Relações Públicas do município fez a eles: arrumar trabalho em empreiteiras que executam serviço para a Prefeitura. Justificando, dizem que estão dentro de um movimento, e que o objetivo do movimento não é proporcionar emprego a cada um dos seus integrantes, e sim o de conquistar a terra” (REPETE-SE a novela..., 1989, p. 4).

chamar atenção para a situação dos acampados do km 9, de pedir o apoio da população para suas reivindicações e de conscientizá-la sobre a importância da reforma agrária no país (SEM-TERRA distribuem..., 1989, p. 5).

Mesmo partilhando muitas dificuldades, em alguns momentos os grupos conflitavam em seus interesses. Por exemplo, quando os sem-teto reclamaram que as cestas básicas que recebiam da prefeitura haviam sido destinadas aos sem-terra. Além das cestas básicas, havia outras reclamações: “A água só vem para nós depois que o caminhão abastece o acampamento dos sem-terra, não sobrando quase nada. E até casa a Prefeitura já ofereceu pra eles enquanto nós, que desde o ano passado queremos exatamente casa, não conseguimos nada”, declarou um sem-teto à Folha de Londrina em 18 de fevereiro de 1989 (AGORA sem-teto..., 1989, p. 5).

A forma como Antonio Belinati (PDT), que havia assumido a prefeitura em 1989, lidou com a situação desses dois grupos foi a seguinte: depois de várias manifestações dos sem-terra, foi visitar, em 20 de fevereiro daquele ano, o acampamento, para verificar suas condições de vida. Lá estavam vivendo apenas trinta e sete famílias de sem-terra, as demais haviam ocupado, na madrugada do dia anterior, parte de uma fazenda em Lerroville (distrito de Londrina) (PREFEITO visita..., 1989, p.5²¹), e, “Após ouvir a reivindicação de alguns sem-terra que querem o direito de propriedade do terreno onde estão acampados”, o prefeito se comprometeu a enviar um projeto de lei para a Câmara de Vereadores, para a aprovação da doação dos lotes, mas fez a ressalva de que o terreno seria doado apenas para as famílias que estivessem ali quando o projeto fosse aprovado: “Esperamos que a lei seja aprovada o mais rápido possível para podermos trazer aqui o documento que legalize a posse da terra e vamos dar o terreno somente para as famílias que estiverem aqui na data da aprovação do projeto” (PREFEITO visita..., 1989, p.5). Além disso, se propôs a abrir frentes de trabalho para colocar os interessados e a dar todo apoio aos acampados na sua reivindicação de terras junto ao Governo Federal.

21 Diz essa matéria, publicada em 21 de fevereiro de 1989: “parte da fazenda de propriedade de Ivo Leão, no distrito de Tamarana”. No entanto, em 28 de fevereiro, outra matéria (de página inteira) publicada pelo mesmo jornal noticia o despejo, determinado judicialmente, dos sem-terra da Fazenda Santa Tereza, em Lerroville. Esse distrito é citado diversas vezes na matéria, a qual informa também que Ivo Leão era um dos proprietários da fazenda ocupada: “A área ocupada tem 620 hectares e está com seu processo de desapropriação encaminhado ao Supremo Tribunal Federal [...]. A alegação dos proprietários da fazenda — Ivo Leão e [...]” (JUIZ determina..., 1989, p. 5).

Aos sem-teto — em uma reunião na prefeitura, realizada em 22 de fevereiro, na qual eles reivindicavam infra-estrutura para o terreno onde estavam instalados, construção de casas, coleta de lixo, instalação de luz e a abertura de uma linha de ônibus—, Belinati acenou com as mesmas promessas feitas aos sem-terra, de vagas nas frentes de trabalho e doação dos lotes, além de ter assegurado que seria feita “a ligação imediata de água para cada um dos cerca de 160 lotes de [sic] área” e se comprometido a construir uma creche no local, fazer a coleta do lixo e designar um médico para atendê-los” (SEM-TETO retornam..., 1989, p. 4). A Cohab passou a doar um *kit* contendo madeira e telhas para a construção das casas. Cada morador, no entanto, teria que pagar pelo seu lote uma pequena quantia, que seria dividida em parcelas que não ultrapassariam 10% da sua renda familiar.

Em relação à doação dos lotes, Antonio Belinati entregou, em 30 de setembro de 1990 (três dias antes das eleições de outubro, na qual Emília Belinati, sua mulher, concorria a uma vaga para o Legislativo estadual), 1.800 títulos de propriedade para moradores de quatorze bairros de Londrina, entre eles o União da Vitória (BELINATI entrega..., 1990, p. 15) — mas eram título falsos, como se verá no terceiro capítulo deste trabalho.

Dessa forma, de meados de 1985 até 1988 completa-se o trajeto da primeira fase do União da Vitória, ou União da Vitória I. No entanto, como colocado, existe, a respeito do início do bairro, uma confusão generalizada. Por exemplo, uma matéria intitulada “Cidade ganha um novo bairro”, publicada pela Folha de Londrina em 12 de julho de 1989, chamava a atenção, pela primeira vez na imprensa local, para um bairro “recém-criado em Londrina”, o jardim União da Vitória, “criado há menos de um ano” (MEIRA, 1989, p. 5). A matéria resgatava a história dos despejados da favela OK, considerando-os seus ocupantes iniciais, e destacava que a área já abrigava mais de quatrocentas famílias, vindas de todas as partes da cidade.

2.5 UM BAIRRO DIVIDIDO EM VÁRIAS PARTES

Após a consolidação do União da Vitória I, o bairro passou a ser ocupado por famílias que iam sendo assentadas de acordo com os critérios da Cohab. Cabe observar que a

companhia não teve total controle sobre todas as etapas de sua ocupação, sendo que algumas fases ocorreram à revelia das suas normas e, inclusive, sem o seu conhecimento²².

Em 1989, o déficit habitacional em Londrina era de aproximadamente 40.000 unidades²³ e havia mais de 30.000 inscritos na Cohab esperando por uma casa popular, o que não representava o número exato dos que necessitavam da casa própria. Segundo Fuad Bauab, então presidente da companhia: “Muita gente vem à Cohab preencher o formulário, mas quando fica sabendo que já existem mais de 30 mil na fila, acaba desistindo” (FALTAM 40 mil..., 1989, p. 4).

Durante a gestão 1989-1992 (de Antonio Belinati) foi definido pela prefeitura, através da Cohab, um programa de assentamento urbano. Assim, em 1991 uma placa “gigante”, na entrada do União da Vitória, anunciava: “Este é o único projeto de assentamento urbano para famílias pobres no Brasil totalmente subsidiado pela prefeitura do município de Londrina” (CUNHA, 1991, p. 126).

Na entrevista com Nelson Cardoso, ele relatou como foi a ocupação do bairro ao longo do tempo, depois da consolidação do União da Vitória I:

Bom, aí, fechada essa questão do União da Vitória I, praticamente consolidada, já tinha um ônibus que ia até lá, tinha todos os serviços precários e água e luz, o que aconteceu? A prefeitura, através da Cohab, tinha uma demanda muito grande de famílias querendo casas e tal. Uma fila enorme na Cohab de famílias carentes, né? Aí a Cohab começou a fazer cadastramento para um assentamento popular, e esse assentamento popular era justamente para aproveitar o restante do jardim União da Vitória. Aí, ao mesmo tempo em que estava sendo feito o cadastramento lá na Cohab, estava iniciando o processo ali, de abrir ruas, de demarcar os lotes no jardim União da Vitória. Durante esse processo, quando as famílias ficaram sabendo o local que ia ser e tal, essas famílias começaram a ocupar os lotes que já estavam demarcados. As ruas já tinham sido abertas e as famílias começaram a entrar ali, e aí foi acontecendo simultaneamente: a Cohab assentando, as pessoas entrando. Foi uma coisa bastante complicada. Aí, nesse processo aconteceu o jardim da Vitória II, o III e o IV. Foi acontecendo assim: as famílias entrando, a Cohab assentando e tal.

22 Segundo informações obtidas junto à Cohab e de acordo com um dos entrevistados, no União da Vitória houve três ocupações: “Uma no começo do União I, depois no União da Vitória II e agora a ocupação do União da Vitória V”. Nas outras áreas do bairro os moradores foram assentados pela Cohab. Assim, mesmo transformando a área em um grande assentamento urbano, após a primeira ocupação a Cohab não conseguiu evitar que novas ocupações ocorrem ali.

23 Os dados sobre o déficit habitacional em Londrina em 1989 foram retirados das matérias intituladas “Favelado, um desafio ao mercado imobiliário” (MARINHO, 1989, p. 8) e “Está cada vez mais difícil alugar imóvel em Londrina” (ESTÁ cada vez mais..., 1998, p.5), ambas da Folha de Londrina, publicadas em 19 de março de 1989 e 24 de fevereiro de 1998, respectivamente.

Existem poucas informações sobre as outras etapas do União da Vitória, pois, sendo fruto de invasões, não existem números oficiais. No entanto, de acordo com a Cohab, o União da Vitória V foi resultado de uma ocupação irregular e, embora não sejam reconhecidas por ela, já existem no bairro as fases VI e VII, segundo informações coletadas nas entrevistas.

2.6 A LUTA PELA CASA PRÓPRIA SOB O PONTO DE VISTA DOS DIREITOS DE CIDADANIA

A luta travada pelos trabalhadores favelados, sem-teto e sem-terra, que compõe a história do União da Vitória, não estava dissociada de outras lutas que faziam parte da realidade brasileira, que, entre o final da década de 70 e durante toda a de 80, passou a contar com a presença das classes populares na cena pública enquanto sujeitos coletivos²⁴, portadores de direitos sociais. Para Koga (2002), esse processo de criação e fortalecimento de espaços políticos representava a participação efetiva dos sujeitos individuais e coletivos, pois, “trazer à tona a voz dos excluídos coloca em questão a idéia da democracia, da necessidade de fazer valer a voz de quem normalmente é tratado como objeto das políticas públicas” (KOGA, 2002, p. 45).

De acordo com uma matéria publicada em março de 1988 pela Folha de Londrina, intitulada “A periferia vai a luta”, Londrina havia passado por profundas transformações durante o período de 1978-1988 no que se refere à organização popular, tendo sido criadas muitas associações de moradores e até uma federação em defesa da moradia, destacando-se a organização da comunidade e suas conquistas (THEODORO, 1988, p. 14).

Conforme Silveira (1997), na década de 80 os movimentos populares de Londrina passaram por um processo de politização, com acontecimentos inusitados, como a passeata dos inadimplentes da Cohab, o acampamento dos desempregados em frente à prefeitura e o movimento pelo transporte coletivo. Tais movimentos refletiam uma mudança na maneira de enfrentar os problemas do cotidiano, ao buscar espaços de participação nas arenas públicas de representação e negociação, em defesa de direitos, que passaram a ser reconhecidos. De acordo com o autor:

24 A expressão “sujeitos coletivos”, segundo Sader (1988, p. 55), indica “uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas”.

Não há dúvida que todo esse processo local denotava valores de uma nova cultura política, e isso implicava em considerar novos critérios orientadores de como partilhar a cidade. Valores de mercado ou o respeito ao contrato individual, não mais poderiam prevalecer sobre o contrato coletivo. Sob pena de pôr em questão a própria legitimidade do poder local. Com efeito, criava-se assim, uma nova noção de interesse público, fundada numa nova noção de cidadania. (SILVEIRA, 1997, p. 222-223)

Nelson Cardoso, em sua entrevista, fez uma análise conjuntural do período:

Naquela época, no período aí de 1983, 84, 85, aqui em Londrina nós recebíamos influência tanto das pastorais sociais da Igreja católica, que tinha um movimento muito forte aqui na cidade, e também influência do Movimento Sem-Terra que estava sendo organizado lá no Rio Grande do Sul. Tudo isso levou as pessoas a querer se organizar, a discutir questões de direitos, no caso a questão da moradia. E nós tínhamos uma situação, aqui em Londrina, que era a das favelas não-urbanizadas, com famílias vivendo em barracos, praticamente um em cima do outro, e essas famílias ao mesmo tempo desempregadas; e nós, através do nosso movimento pastoral e através da Federação dos Assentamentos e Favelas de Londrina, realizávamos reuniões nessas favelas do Marabá, Nossa Senhora da Paz e outras daqui de Londrina pra discutir os problemas do dia-a-dia. E, ali, algumas famílias começaram a levantar essa possibilidade, alguma forma de se defender das más condições de moradia e, também, da falta de renda mesmo, da situação miserável que aquelas pessoas viviam; algumas famílias começaram a pensar em alternativas. Bom, naquela época falava-se muito em agro-vilas, proposta que estava fervilhando pelo Brasil afora. E isso foi uma questão que pra gente serviu de estudo, de possibilidades. Então juntando essas idéias que estavam correndo pelo Brasil afora com a nossa realidade, foi levantado uma área comprada pela Cohab e que estava abandonada, que estava sendo arrendada pra pasto, para alguns fazendeiros da cidade. E essa área era localizada ali na saída para a Usina Três Bocas. Aí nós começamos a reunir, a refletir em cima da possibilidade dessas famílias ocuparem essa área e, ao mesmo tempo, morar com um pouco mais de qualidade, sair daquele aperto, daquela situação que estavam vivendo e, ao mesmo tempo, produzir alguma coisa. Mesmo que não desse para comercializar, gerar uma renda, mas, pelo menos, a alimentação dessas pessoas com certeza teria um salto de qualidade. Diante dessa situação, fomos reunindo, reunindo e já afunilando pra essa possibilidade. Até que se chegou ao grupo de quinze famílias de várias favelas daqui de Londrina, decididas a ir pra esse local, e foi realizada então a ocupação, no ano de 1985.

As experiências de lutas populares em Londrina na década de 80 refletiram um momento em que os movimentos sociais ensejavam mudanças significativas na forma de fazer política, em que os pobres, os carentes, enfim, os desprovidos, se descobriram como atores políticos, portadores de direitos, o que os levou a defender interesses coletivos nos espaços públicos.

É importante observar que as ocupações são fenômenos gerados pelo abandono e pela falta de perspectivas institucionais eficazes, além, é claro, de serem resultado de luta e resistência popular. Tanto as ocupações isoladas como as coletivas, de áreas rurais ou urbanas, refletem todo um contexto de lutas pelo direito a um lugar para morar, uma vez que, do ponto de vista legal, a conquista da habitação se dá, basicamente, por duas vias: a do mercado imobiliário privado e a das políticas sociais. Dessa forma, fica praticamente impossível para a população que está fora do mercado de trabalho, ou que tem rendimentos irrisórios, o acesso a um desses caminhos. Paradoxalmente, o indivíduo que não tem emprego e que, portanto, tem mais dificuldade para pagar aluguel, é preterido quando da seleção para o financiamento da casa própria, uma vez que precisa comprovar renda. Diante dessa contradição, restam apenas alternativas ilegais de moradia para os excluídos da cidade legal.

Frente a esse quadro, os direitos de cidadania das classes populares começaram a ganhar contornos expressivos na cena pública brasileira através de suas lutas, entre o final da década de 70 e início dos anos 80. As classes populares, ao se mobilizar via movimentos populares urbanos para lutar por moradia, regularização de loteamentos, urbanização de favelas, etc., ou seja, por direitos básicos para uma vida digna, passaram a demandar uma participação mais ativa na gestão pública das cidades, nas decisões que dizem respeito aos interesses comuns.

É nesse sentido que a abordagem dos direitos de cidadania vem colaborar para a compreensão da luta pela casa como um direito, e isso significa reconhecer o espaço do cidadão no que diz respeito a se pronunciar e decidir sobre sua vida na esfera pública e o seu direito de participação na riqueza social, posto que a casa é um direito social.

Entretanto, os direitos não devem ser confundidos ou interpretados como resposta para as necessidades e carências da humanidade nem confundidos com mero jogo de interesses. Nesse sentido,

[o direito] não diz respeito às necessidades, interesses ou demandas individuais. Faz referência, antes de tudo, a uma forma de sociabilidade política e, nesse caso, o direito só pode existir no exercício efetivo de direitos. Exercício que estabelece relações e que constrói, ao mesmo tempo em que supõe, princípios compartilhados de legitimidade. Portanto, para Hannah Arendt, a questão dos direitos não se qualifica por referência ao Estado. Qualifica-se, sobretudo, enquanto forma de sociedade e, mais ainda, enquanto modo específico de se fazer a experiência da vida em sociedade. (TELLES, 1990, p. 39)

A moradia possui também uma dimensão simbólica, que deve ser levada em consideração. Ela representa uma rede de relações, regida por valores de lealdade, respeito, amizade e fidelidade entre os parentes e amigos; é um mundo pessoal onde cada um tem sua identidade reconhecida (DAMATTA, 1991, p.59). É a casa que permite a construção de relações mais personalizadas e duradouras, que constituem a base da identidade produzida pelo lugar de pertencimento, também chamado de “pedaço” por Magnani (2003), termo que, segundo ele, “designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável do que as relações formais individualizadas impostas pela sociedade” (MAGNANI, 2003, p.116).

A luta por direitos enseja uma identidade, entre os moradores, que é construída a partir das mesmas experiências. Com efeito, “o indivíduo isolado pode reconhecer sua opressão, impotência e incapacidade, mas estas só podem ser superadas num processo de reflexão e organização entre iguais, com os que vivem a mesma realidade e a interpretam da mesma maneira” (KARNER apud SCHERER-WARREN, 1987, p.27).

A organização familiar construída em torno da habitação e os significados da moradia têm mobilizado, ao longo dos anos, lutas populares pela casa própria, desde movimentos organizados como a Confederação Nacional das Associações de Moradores e o Movimento dos Sem-Teto, até organizações e manifestações de menor visibilidade, como associações de bairro, mobilizações de moradores das favelas, assentamentos e loteamentos clandestinos na luta por água, luz, ônibus, pavimentação, escolas, creches, urbanização, postos de saúde, etc. Ao se organizar, os moradores estão ampliando a participação popular nas decisões políticas, estão construindo uma cidadania baseada na noção de direitos, nos termos de Hannah Arendt, pois estão ocupando seus espaços, por minoritários que sejam, no exercício da gestão da coisa pública.

3 OS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA

“A regularização fundiária foi uma coisa que marcou porque aquilo foi como o nascimento de alguém. Nós fizemos nascer o União da Vitória de fato, nos mapas e no reconhecimento da cidade.” (Edgar Campos)

3.1 O JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA COMEÇA A SE DESENHAR

Como já foi demonstrado no capítulo anterior, a trajetória política dos moradores do União da Vitória se iniciou através da luta pela moradia. Maior aspiração das camadas populares¹, a casa própria tende a se transformar no ponto de partida para as demais reivindicações urbanas, pois a habitação representa o espaço da vida privada e também o da convivência e da organização comunitárias. Como colocou Edgar Campos²,

quando nós superamos o número de 10 mil famílias no bairro, começamos a notar que era preciso mudar o processo. Não era mais só a casa, a moradia que interessava pra gente. Interessava também a infra-estrutura, pra que as pessoas não ficassem doentes e [para que] tivessem qualidade de vida.

Considerando a ausência e a precariedade de equipamentos de uso coletivo, em razão da presença inexpressiva do poder público no bairro, os moradores do União da Vitória empreenderam novas lutas, através de movimentos e de organizações sociais, para garantir melhores condições de vida, que vieram com a sua urbanização.

1 Ver, a respeito, Bonduki (1999).

2 Edgar Campos de Souza é morador do União da Vitória desde 1993; líder comunitário, já foi presidente da associação de moradores e fez parte de seu conselho fiscal. Até a data da entrevista era representante do União da Vitória no ProUNI (projeto que trouxe benefícios para o bairro, como será abordado adiante, neste trabalho).

Existem, basicamente, duas formas de urbanização: uma que ocorre nas favelas³, viabilizada através de programas governamentais, e uma que se dá em loteamentos periféricos e nos assentamentos urbanos, que, em sua maioria, também são periféricos. Em geral, o processo de urbanização compreende as seguintes etapas: demarcação de lotes, assentamento das famílias e implantação de infra-estrutura básica, e o acesso à documentação do terreno.

A urbanização de assentamentos apresenta, quase sempre, um caráter informal, que pode ser observado na implementação de obras e serviços não-planejados previamente, realizados em etapas lentas e descompassadas, em termos de melhorias dos espaços físico e habitacional. Porém, a característica que se quer priorizar nesse tipo de urbanização é a organização dos moradores, que, através de manifestações coletivas, reivindicam melhores condições de vida, especialmente infra-estrutura urbana, a qual, muitas vezes, só se concretiza pela cobrança. Cumpre destacar que a provisão de infra-estrutura básica não é viabilizada pelo Estado com prioridade nas zonas periféricas, ao contrário: enquanto as áreas distantes e carentes estão cercadas pelos tradicionais vazios urbanos à espera de valorização pelo setor imobiliário, o Estado privilegia, no investimento em bens de consumo coletivo, justamente os lugares da cidade onde mora a população de maior poder aquisitivo.

Compete ao poder público realizar os processos de urbanização, porém tem sido cada vez mais comum o estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade para a sua viabilização. Como lembra Maricato (2001, p.134),

Não se trata de uma ausência absoluta do Estado. Apenas para dar um exemplo que tem raízes antigas na sociedade brasileira, é importante lembrar que ele se faz presente esporadicamente, com a prática do clientelismo, o que em termos urbanísticos se dá na forma de pequenas obras de consolidação das ocupações ilegais.

3 Em se tratando da urbanização de favelas, o processo se dá, primeiramente, com a remoção temporária das famílias do local, para que os lotes sejam demarcados, as ruas sejam abertas e a infra-estrutura seja executada. Os barracos são substituídos por casas de alvenaria ou outro tipo de material que possa ser utilizado para construção. Nas favelas, o uso do mutirão como sistema construtivo nos programas de urbanização é bastante utilizado.

Por ser um assentamento urbano — embora sempre tenha tido aspecto de favela⁴ —, o União da Vitória não participou de nenhum programa governamental de urbanização. Por falta de um projeto específico de urbanização, esta se deu de forma gradativa e desigual, a partir da organização e da mobilização dos moradores. Esse aspecto descontínuo de urbanização, segundo Valladares (1981, p. 15), “Caracteriza-se também como um processo incompleto, precário e a ser consolidado. Sendo escassos os recursos investidos nas obras de infra-estrutura, os serviços instalados tendem a ser deficitários e insuficientes para atender a uma população que é sempre crescente”.

Para a reconstituição do processo de urbanização do União da Vitória⁵, uma das perguntas feitas aos entrevistados⁶ dizia respeito à forma como foram viabilizadas as obras nele realizadas. O que chamou a atenção nas respostas foi a ênfase na luta coletiva como instrumento para a efetiva conquista da infra-estrutura necessária. Os relatos dos entrevistados expressam como se deram algumas reivindicações fundamentais à sobrevivência cotidiana, que expressam a luta persistente pelo direito de morar e viver dignamente:

O bairro foi urbanizado através de movimentos; fazia aqueles movimentos e ia pra prefeitura. Conseguimos as coisas assim, na base do grito, da ameaça. Sempre foi assim, sabe? [...] Eu acho que atendiam nossas reivindicações por medo do povo quebrar tudo. Na minha opinião, era medo, porque quando se falava em movimento, o povo ia em peso. Até por isso veio esse nome de União... (Antonia Campos⁷)

A gente tinha falta de água, falta de tudo. No caso da água, a gente tava sabendo, inclusive o rádio tava falando, que tava vindo um figurão lá de Brasília. E eu falei pro pessoal: “Nós vamos ter que invadir a Câmara hoje. Vamos mostrar que a cidade não é tão bonita como eles mostram”. Porque a gente tava vendo os

4 O União da Vitória foi considerado, durante muito tempo, como uma grande favela, primeiro por seu histórico de “invasão”, depois pelas condições de submoradia, pela falta de infra-estrutura e pela violência que o marcaram durante muito tempo.

5 O União da Vitória é um bairro complexo, historicamente constituído em sete fases (como já colocado), visíveis pela estrutura das suas subdivisões. Portanto, nem sempre a reivindicação por um determinado serviço estava contemplando o bairro como um todo, mesmo porque ele foi constituído através de programas de assentamento da Cohab e de ocupações. Por se tratar de um processo de “urbanização informal”, as benfeitorias urbanas foram e ainda são feitas em momentos distintos.

6 É importante ressaltar que, entre os entrevistados, alguns já tinham certa experiência em movimentos populares ou pastorais, ou eram filiados a partidos políticos, ou seja, já possuíam alguma “bagagem política”, o que leva a inferir que a organização política do bairro não ocorreu de forma totalmente destituída de referências e influências, como poderá ser observado no capítulo 5, quando fica clara a existência de grupos de linhas ideológicas diferentes convivendo no mesmo espaço.

7 Antonia Regiane de Meneses Campos é moradora do União da Vitória desde 1986; já participou da associação dos moradores e, na eleição de 2002, da associação de mulheres, concorreu ao cargo de presidente.

preparativos e o rádio divulgando a vinda desse homem. Aí eu disse: “É nesse horário que a gente vai estar lá.” Naquele dia, não ficou nenhum vereador na Câmara, foram todos pro União da Vitória. Aí eu falei: “Ué, vocês falaram que aqui não entra carro!” E, naquele dia, nós ganhamos todos os cavaletes; eles pagaram pra gente. Vieram os vereadores, o prefeito, a Sanepar. Na verdade, a gente não estava pedindo, a gente ia pagar, mas eles dispensaram até o pagamento. [...] Olha, pra falar bem a verdade, a gente conseguiu tudo na porrada. É uma palavra meio difícil, mas foi isso. Porque, na realidade, foi debaixo de pressão mesmo, uma pressão muito forte. (Erineusa Tenório)

Pra conseguir o que o bairro tem hoje, foi com bastante luta de todos os moradores. Lideranças colaborando muito e muito esforço. (Nilson Garcia⁸)

[O bairro foi urbanizado] por causa da luta do povo, por que os políticos prometem muito, mas, se não cobrar, não se consegue nada. Por que a promessa, sem a luta por parte dos moradores, não acontece. [...] A comunidade, quando tem um problema pra enfrentar, não espera nada de político, não. A gente tem que se juntar e correr atrás. O político, mesmo sendo cutucado, já dá trabalho pra fazer alguma coisa, agora você imagina esperar eles virem aqui. (Cleuza Ferreira⁹)

Nunca veio nada pro bairro de livre e espontânea vontade do prefeito, seja ele quem for, seja o Belinati, seja o Nedson, seja o Cheida, sempre a gente teve que lutar, pressionar para conseguir. Se a gente ficar aqui de braços cruzados, esperando alguma coisa de lá, não vem nunca. (Maria da Paz¹⁰)

[...] tem uma coisa que eu gostaria de dizer e que eu digo em todas as entrevistas: tem algumas pessoas que acham que isso aqui foi um presente do ex-prefeito Antonio Belinati, que era o pai dos pobres e, por isso, ele deu tudo isso aqui de graça. Isso é uma mentira, porque aqui no União da Vitória não existe uma só obra que foi construída no mandato dele. O que tem aqui, do mandato do senhor Antonio Belinati, é a demagogia, é o populismo, é o carisma, que engana as pessoas — e as pessoas ainda acham que um cara desse é bom. (Edgar Campos)

Do tempo que eu conheço isso daqui, pra ser bem objetivo, nunca vi o estado, o município ou alguém trazer nada aqui. Eu vi as pessoas se organizando e indo buscar [...]. Tanto o problema da água, da energia, tudo foi [resolvido] através de manifestação, de protesto. (Antonio Zerbine¹¹)

8 Nilson Jamil Garcia é morador do União da Vitória desde 1992; na data da entrevista, era o presidente da associação de moradores (antes, nunca tinha participado de uma associação).

9 Cleuza Aparecida Cordeiro Ferreira é moradora do União da Vitória desde 1987; já participou da associação de moradores (na época da entrevista, não participava de nenhuma associação).

10 Maria da Paz Santos da Silva é moradora do União da Vitória desde 1988; líder comunitária, na época da entrevista era integrante do conselho fiscal da associação de moradores.

11 Antonio Zerbine de Oliveira é morador do União da Vitória desde 1989; liderança comunitária, na época da entrevista era presidente do Conselho de Entidades.

Olha, a única coisa que eu posso dizer é o seguinte: que todos os benefícios aqui não veio de mão beijada. Pode ser o grupo escolar, o posto de saúde, a creche, o asfalto, o esgoto, a linha de ônibus. [...] E, se assim as coisas não acontecem, aí a gente tem que tomar algumas providências. E as providências são pressões, no sentido político. Não é uma pressão de violência, mas uma pressão com passeatas, manifestações solicitando esses benefícios para o bairro. (José Basílio¹²)

No União da Vitória, não veio pra cá, nenhuma boca de lobo, porque o prefeito achou que deveria fazer. Foi a comunidade que cobrou, que foi pra cima pra lutar por tudo que nós conquistamos aqui. Hoje a gente começa pelos cantos certos. Quando tem algum problema a gente vai lá e discute com os secretários e tal. Agora se necessário for, é claro que os moradores se mobilizam. (João Batista¹³)

Esses depoimentos revelam elementos importantes quanto à forma da comunidade lutar e, também, fortes indícios da consciência política de seus moradores, além do orgulho que têm pelo alcance das melhorias. Destaca-se, ainda, a forma articulada como muitas lideranças se expressam e a visão que possuem da política.

Conforme já foi salientado, os dois jornais da cidade de Londrina constituíram importantes fontes de pesquisa, pois serviram para a confirmação de relatos dos entrevistados e contribuíram decisivamente para a reconstituição de alguns fatos, particularmente aqueles relacionados às demandas urbanas, além de terem revelado muitas outras lutas que não apareceram nas entrevistas. Os próprios títulos das matérias que enfocavam assuntos do União da Vitória reforçam o poder reivindicativo da sua população, como se pode ver no Quadro 1, a seguir¹⁴.

12 José Basílio é morador do União da Vitória desde 1991; na época da entrevista era presidente da associação de idosos e presidia o conselho local de saúde.

13 João Batista Marques é morador do União da Vitória desde 1988; líder comunitário, na data da entrevista participava do Consul.

14 Foram selecionadas somente as matérias que evidenciam no próprio título a reivindicação por melhorias urbanas.

Data	Jornal	Título da matéria
19/09/90	JL	Moradores do km 9 querem água e luz
07/07/92	JL	Zona Sul reivindica o tratamento de esgoto
14/08/92	FL	Corte de água leva moradores à prefeitura
28/08/92	JL	Moradores querem legalização de lotes do União da Vitória
02/02/93	FL	Associação cobra escola no jardim União da Vitória
14/02/93	FL	Moradores ameaçam fechar rodovia
14/02/93	JL	Cheida recebe moradores e atende reivindicações
07/06/94	JL	União da Vitória está descontente com obras
07/06/94	JL	Moradores reclamam das obras feitas no bairro
06/07/94	JL	Moradores querem asfalto e esgoto
03/02/95	JL	Moradores de conjunto querem título de posse
08/04/95	JL	Sem água há 4 dias, moradores ameaçam não pagar as contas
06/08/95	JL	União da Vitória fecha uma rua para os ônibus
03/10/95	JL	Moradores fecham rua e cobram obra pública
30/11/95	FL	Bairro cobra a construção da escola
30/11/95	JL	União da Vitória quer escola
30/12/95	JL	União da Vitória conquista o seu esgoto
13/01/96	FL	Protesto por ônibus acaba em prisões
13/01/96	JL	Moradores desviam ônibus para o bairro
16/01/96	FL	Moradores fazem passeatas por ônibus
23/01/96	FL	Comissão da Zona Sul quer opinar sobre transporte coletivo
28/02/96	FL	Bairro cobra legalização de lotes
30/06/96	JL	União da Vitória insiste em melhorar transporte
24/08/96	JL	Moradores recebem título definitivo da prefeitura
04/09/96	FL	Moradores fazem protesto no terminal a favor da Francovig
15/01/97	JL	Moradores da Zona Sul cobram ação da Comurb
22/05/97	JL	Zona Sul pede melhorias para o CAIC
28/08/98	FL	Grupo denuncia especuladores de lotes
18/12/98	JL	Moradores protestam para pedir melhorias
15/01/99	JL	Invasores de terreno reivindicam luz e água
04/03/00	FL	Moradores têm projeto para creches
14/03/00	FL	Bairros de Londrina cobram melhorias
02/05/00	FL	Bairros cadastram desempregados
26/10/00	FL	Moradores exigem lotes para escola
23/01/01	JL	Moradores se irritam com cobrança da Cohab
12/04/01	JL	Ônibus chega ao União da Vitória 5
09/07/02	JL	Moradores protestam na Zona Sul
09/07/02	JL	Grupo fecha rodovia para cobrar melhorias
10/07/02	FL	Moradores cobram melhorias em rodovia
29/04/04	JL	Zona Sul se mobiliza por mais segurança

Quadro 1 – Demandas de serviços urbanos dos moradores do União da Vitória, noticiadas pelo Jornal de Londrina (JL) entre setembro de 1990 e abril de 2004, e pela Folha de Londrina (FL) entre agosto de 1992 e julho de 2002.

Os títulos das matérias relacionadas confirmam os dados coletados nas entrevistas, bem como a presença dos moradores, enquanto sujeitos coletivos, na cena pública, revelando uma importante experiência política na luta por demandas de serviços urbanos.

O levantamento nos jornais possibilitou, também, o contato com outros aspectos da realidade do bairro, que não estão sendo diretamente explorados neste trabalho, mas que ajudaram a compreender algumas de suas características, não captadas no período de observação e nas entrevistas: manifestações culturais, dados socioeconômicos, projetos

desenvolvidos na comunidade, parcerias estabelecidas com vários departamentos das instituições de ensino superior, etc.

3.2 A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA ATRAVÉS DO PROGRAMA MORAR MELHOR

Para assegurar a provisão de outros serviços básicos, era preciso que o União da Vitória passasse pela regularização fundiária¹⁵ — que tem por objetivo a regularização dos documentos e a garantia da posse definitiva dos terrenos —, pois até o início dos anos 90 ele não constava no mapa de Londrina.

Como apontado no segundo capítulo deste trabalho, em 30 de setembro de 1990 Antonio Belinati entregou 1.800 títulos de propriedade de lotes a moradores de alguns bairros de Londrina, entre os quais estava o União da Vitória (BELINATI entrega..., 1990, p. 15). Entretanto, matéria publicada pela Folha de Londrina em 5 de dezembro daquele ano, denunciava que os moradores que haviam recebido os títulos emitidos por Belinati — e que continham sua assinatura e a do então presidente da Cohab, Fuad Bauab —, ao procurar a Cohab eram informados que “o documento não tinha nenhum valor legal e que futuramente, quem sabe, poderia depois de estudos, legitimar alguma coisa” (BELINATI acusado..., 1990, p. 6). Segundo informações obtidas junto a uma funcionária da Cohab nesta pesquisa, aqueles títulos somente garantiam a transferência do morador para outro local, caso houvesse alguma eventualidade.

Mesmo descrentes de uma solução rápida para o problema, os moradores do União da Vitória fizeram várias manifestações no sentido de pressionar o poder público para que o bairro fosse legalizado. No final de agosto de 1992, cerca de cem moradores do União da Vitória I e II participaram de uma reunião com o diretor do Departamento de Urbanismo da Prefeitura e com a chefe do Departamento Social da Cohab, para reivindicar a legalização dos terrenos onde seus barracos estavam construídos (MORADORES querem legalização..., 1992, p.4). Quase três anos depois (fevereiro de 1995), a associação de moradores do bairro se

15 Convém informar que a regularização fundiária do União da Vitória foi uma das prioridades estabelecidas no orçamento participativo durante a gestão de Luiz Eduardo Cheida.

mobilizou para cobrar os títulos de propriedade de cada terreno: “Segundo o presidente [da associação], Pedro da Silva Bonfim, os moradores têm apenas contratos que autorizam a permanência no local, mas sem nenhuma validade jurídica” (MORAIS, 1995, p. 5).

A falta do reconhecimento legal do bairro trazia uma série de problemas para seus moradores, como explicou Nelson Cardoso:

O pessoal andava revoltado, dizendo que a gente precisava ir lá pra prefeitura, ocupar lá, protestar lá, porque nós não tínhamos nome de ruas, não tínhamos números nas nossas casas. A gente ia numa loja, dava problema na hora de abrir a ficha; ia atrás de emprego, dava problema porque a gente nem endereço tinha. Virou aquela polêmica, mas como sair disso? Não podia simplesmente colocar placa, colocar nomes nas ruas, tinha todo um processo. E esse processo chamava-se regularização fundiária. [...] Aí a gente viu que a gente não estava no mapa da cidade, que não era uma questão tão simples assim, de ir lá colocar placa e número nas casas. Precisava regularizar o bairro.

Foi através do Programa Morar Melhor¹⁶, implementado pela Cohab em março de 1996, durante a gestão petista de Luiz Eduardo Cheida (1993-1996), que começou o processo de regularização fundiária do União da Vitória, com a instalação de um posto de atendimento para cadastrar as 1.577 famílias que lá moravam (TERRENOS vão ser..., 1996, p. 3A). Mas, para a concretização da regularização fundiária, era preciso evitar a instalação de novos barracos, para que os lotes existentes fossem demarcados. Por isso, segundo Edgar Campos,

Fizemos um acordo com a Cohab, as lideranças aqui do bairro, com todas as pessoas que se mobilizavam dentro desse União e os próprios moradores, e falamos: “Não vai poder aumentar mais nenhum barraco aqui até que a gente coloque o União da Vitória no mapa de Londrina.” Porque até então não tinha

16 O Programa Morar Melhor foi uma das ações representativas do Brasil na 2ª Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos/Habitat II (realizada em junho de 1996 em Istambul, na Turquia) como uma experiência bem-sucedida de intervenção em áreas degradadas. Esse programa desenvolveu a política de urbanização de favelas e de regularização fundiária em Londrina e, segundo dados da Cohab, atingiu uma população de 22.300 pessoas. Foram 4.608 famílias que viviam em quatorze favelas, onze núcleos (locais com menos de cinquenta barracos) e cinco assentamentos. Entre os expedientes utilizados para viabilizar o programa, destacavam-se a autoconstrução, o mutirão, a utilização de tijolos feitos de entulho da construção civil e a recuperação e preservação dos fundos de vale da cidade, além da viabilização da documentação pessoal dos moradores para regularização do terreno (SOUZA, 1996).

nem no mapa, nem no *Aqui*¹⁷ e nem em nenhum lugar. Aí nós congelamos o bairro, na questão das ocupações. Nós ficamos dois anos congelados, sem nenhuma ocupação. Durante esses dois anos a gente encaminhou todo o processo junto com a Cohab. Pegamos os documentos que não tinham valor nenhum, que foi dado pra enganar o povo em outras épocas, e regularizamos o bairro, colocamos o jardim União da Vitória no mapa.

Feita a regularização fundiária, o reconhecimento oficial trouxe algumas mudanças significativas no bairro: as ruas passaram a ter nome, o que possibilitou aos moradores ter um endereço, podendo, assim, comprar a crédito, fazer ficha em agências de emprego e receber correspondências, dentre outras.

Ao permitir o acesso a esses serviços, a regularização do bairro possibilitou a ressignificação da vida dos seus moradores, pois lhes conferiu direitos antes negados, e um sentimento de integração — ou de “filiação”, nos termos de Castel (1998) —, de pertencimento à sociedade, e, em termos espaciais, à cidade, o que pode ser confirmado nas palavras dos entrevistados:

A regularização e a urbanização do bairro alavancam todos os outros rumos que precisavam ser tomados. [...] A qualidade de vida das pessoas mudou bastante depois que saiu o asfalto, o esgoto, o posto de saúde, as escolas, o Projeto Viva a Vida, etc. (João Batista)

Aí foi melhorando o nosso bairro. Veio a luz, o asfalto, o nome das ruas, o correio. Daí o União da Vitória entrou pro mapa de Londrina. Se não tivesse todas essas melhorias, a gente continuava não podendo trabalhar, porque ia na cidade procurar um emprego, chegava lá e eles perguntavam: “Onde você mora? Em qual rua?” Então, todas essas melhorias foram boas pra comunidade. (Irene Galdino¹⁸)

Esse foi um momento importante, onde conseguimos vencer essa etapa, e o União da Vitória foi regularizado, entrou no mapa da cidade e, a partir daí, passou a ter nome de rua e número nas casas. Foi importante pra questão da cidadania, melhorou no aspecto da segurança também. Foi um fato importantíssimo no União da Vitória. E, nesse momento, também uma questão que foi relevante foi o fato do União da Vitória ter se organizado e o Conselho de Entidades propor como ia ser o nome das ruas. (Nelson Cardoso)

17 Guia de endereços, mapas, turismo, compras e serviços da cidade de Londrina, publicado pela Editel Listas Telefônicas S.A.

18 Irene Galdino da Silva Sales é moradora do União da Vitória desde 1993; já foi presidente da associação de mulheres, da qual, na data da entrevista, continuava participando, como também da associação de moradores.

A escolha dos nomes das ruas representou mais uma vitória para os moradores do União da Vitória, porque eles puderam homenagear moradores já falecidos, ou trabalhadores, especialmente aqueles que, de certo modo, tinham relação mais próxima com sua realidade, como trabalhadores braçais e operários, ou profissionais que lhes são mais próximos, como médicos, dentistas e assistentes sociais. Essa prática não é usual, visto que dar nomes a ruas é atribuição da Câmara de Vereadores, e esta geralmente homenageia pessoas ilustres ou pertencentes às famílias consideradas importantes e tradicionais na cidade. A escolha do nome das ruas veio reforçar a participação popular na feitura do bairro e na construção da sua identidade, demonstrando, mais uma vez, a sua peculiaridade na conquista de direitos de cidadania.

Então sempre foi e é tradição que os vereadores aqui fazem média com famílias tradicionais, pra poder ter algum tipo de vantagem, e lá a decisão foi do Conselho de Entidades. Numa assembléia, nós decidimos que era nós que íamos colocar. Aí nós colocamos pros vereadores que nós sabíamos a dificuldade, mas falamos que nós íamos tentar reverter isso aí. Aí formamos as nossas tradicionais comissões e viemos conversar com o presidente da Câmara, na época, Célio Guergoleto, e ele se sentiu assim pressionado, né? Se ele fosse bancar os vereadores, o União da Vitória iria ficar descontente, e aí todo mundo tinha os seus votinhos lá no União da Vitória e ia criar uma situação. Aí eles resolveram abrir para que o União da Vitória sugerisse e eles simplesmente iam fazer uma tramitação normal lá na Câmara de Vereadores. [...] Aí nós fomos montar os nomes para as ruas do União da Vitória, e foram homenageadas entidades, organizações que nos apoiaram e que apóiam a luta por moradia e cidadania. Foi dado alguns nomes importantes, pessoas que tiveram uma marca na luta, no caso, Zumbi dos Palmares e moradores do bairro que tinham falecido, e aí foi feita homenagem a essas pessoas, e o que a gente não conseguiu preencher a gente homenageou profissões, e fizemos o seguinte: uma questão estratégica e bastante curiosa naquela época, é que fomos fazendo todas essas homenagens e, chegamos no final, escolhemos a menor ruinha que tinha lá, com menos moradia, e colocamos lá como rua dos Vereadores. Para que eles não sentissem que não estavam sendo contemplados foi feita essa jogada, vamos dizer assim. (Edgar Campos)

Esse depoimento confirma a idéia já destacada sobre a relação da comunidade com os poderes constituídos da cidade, ou seja, mostra que os moradores têm consciência do seu poder de pressão e do seu “valor”, traduzido em votos, disputados na arena política.

3.3 A IMPORTÂNCIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E DO CONSELHO REGIONAL DE SAÚDE DA ZONA SUL NA CONQUISTA DE EQUIPAMENTOS DE USO COLETIVO E SERVIÇOS NO JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA

3.3.1 A experiência do jardim União da Vitória no orçamento participativo

O orçamento participativo foi implantado em Londrina durante a gestão petista 1993-1996, de Luiz Eduardo Cheida (a primeira do PT na cidade)¹⁹. Como destacado anteriormente, o orçamento participativo é “um mecanismo de gestão democrática e participativa das políticas públicas para decidir a melhor alocação dos recursos” (SÁNCHEZ, 2002, p. 13), proposto, basicamente, em gestões do PT. E foi através desse espaço democrático de participação popular que muitas melhorias foram conquistadas para o União da Vitória, que teve, nele, representação expressiva, elegendo dois dos três delegados da região de Londrina na qual está inserido (denominada Sul II). Entre as benfeitorias urbanas adquiridas via esse mecanismo, destacam-se 70% do saneamento básico, a construção do posto de saúde do bairro, a regularização fundiária e o asfalto.

A gente participava porque entendia que o orçamento participativo, além de captar recursos públicos pra poder fazer benfeitorias nos bairros, é importante porque as pessoas dizem o que é necessário, e não o governo fala o que é importante. [...] Isto é inverter a jogada: o povo fala pro governo o que é importante, pelo menos nas prioridades. [...] Naquela época, o orçamento participativo elegeu como prioridade, através das lideranças e da comunidade do União da Vitória, a regularização fundiária e a questão do saneamento básico e o asfalto. [...] Conseguimos a rede de esgoto para 70% do bairro, mas ainda faltam alguns lugares porque o recurso daquela época não deu. (Edgar Campos)

19 Em sua gestão, Luiz Eduardo Cheida se empenhou no sentido de transformar o orçamento participativo em lei municipal (ORÇAMENTO participativo..., 1996, p. 3A), visando garantir a continuidade dessa metodologia nas gestões seguintes (CHEIDA afirma:..., 1996, p. 3A). Contudo, a experiência do orçamento participativo em Londrina foi suspensa na gestão 1997-2000, de Antonio Belinati, sendo retomada em 2001, quando novamente um governo petista assumiu a prefeitura (PARRA, 2001, p. 3A).

Edgar Campos afirma ocorrer, com o orçamento participativo, uma “inversão de jogada”. Exageros à parte, trata-se, sim, de um mecanismo que desequilibra a intermediação clientelista, mas a escolha das prioridades não garante efetivamente que os compromissos assumidos durante as consultas à população sejam cumpridos, pois, conforme lembra Sánchez (2002), a deliberação pública está “subordinada” ou restrita aos recursos públicos, isto é, a “matéria orçamentária é promessa e autorização para que o Executivo realize” (SÁNCHEZ, 2002, p.16). O autor afirma, ainda, que a garantia dos investimentos dependerá da coerência e do compromisso do Executivo em realizar um mandato democrático.

As reivindicações da comunidade, as questões da restrição orçamentária, e os interesses eleitorais dos governantes estão presentes na fala de Nelson Cardoso:

No ano de 1993 começaram as assembléias do orçamento participativo, daí o União da Vitória foi com tudo. Quando aconteceu a plenária da Sul II, onde o União da Vitória está colocado, a gente levou várias pessoas lá, muito mais do que as outras localidades, e conseguimos eleger dois dos três delegados da região. Na época, era eu e o presidente da associação de moradores. Aí nós começamos a representar a região Sul II e também estar colocando as reivindicações do União da Vitória já de uma forma sistematizada, planejada dentro da formulação do orçamento participativo da cidade. E foi ali que a gente foi conseguindo melhorias. Conseguimos, por exemplo, garantir o recurso pra construir o posto de saúde [...].

O poder público, por causa da escassez de recursos, na hora que vai atender entra o interesse político-eleitoral, e isso daí, seja de esquerda ou de direita, todo mundo tem esse interesse. É mais fácil atender uma comunidade onde o pessoal esteja articulado, unido, do que atender uma comunidade onde um está defendendo uma coisa e o outro defende outra. [...] O próprio método do orçamento participativo, que também é um método educativo dentro dessa política de transformação cultural que a gente quer fazer, também vai por esse caminho. Vamos supor: vai ter uma assembléia da região Sul II, e o União da Vitória leva cem pessoas, e, na hora de votar, trinta vota de um jeito, trinta vota de outro e quarenta de outro. O que o União da Vitória estava defendendo já enfraqueceu. Aí, pode ser que uma comunidade que está lá com cinquenta, mas que vota todo mundo juntinho, eles consigam eleger a sua prioridade e o União da Vitória, não.

Analiticamente, a experiência de Nelson Cardoso é muito rica, pois ele representou, num primeiro momento, de 1993 a 1996, os interesses da comunidade do União da Vitória como delegado da região Sul II e, posteriormente, ao assumir o cargo de diretor do orçamento participativo, na atual gestão petista (2001-2004), passou a representar o poder

público, deparando-se com as limitações institucionais e burocráticas da alocação de recursos e com o fato de que isto está associado, em certa medida, aos interesses político-eleitorais de quem está no poder.

Na atual gestão municipal, o orçamento participativo, anteriormente ligado à Secretaria de Planejamento do município, foi alocado no Gabinete do Prefeito, sob a nova denominação de Núcleo de Participação Popular. Suas atividades foram desenvolvidas com regularidade no primeiro ano, através da realização de plenárias regionais nas quais as prioridades foram elencadas. Porém, diante da situação financeira deficitária em que se encontrava a prefeitura de Londrina, em virtude das improbidades administrativas do governo anterior, houve uma retração dos trabalhos junto à comunidades, bem como a interrupção da execução das obras e dos serviços, retomada no segundo semestre de 2003.

No levantamento realizado junto ao Núcleo de Participação Popular quanto à demanda do União da Vitória na gestão 2001-2004, foi possível verificar que são poucas as reivindicações específicas para o bairro, estando a maioria delas inserida na demanda da região Sul II. As principais reivindicações restritas ao bairro foram a construção e o paisagismo de uma escola no União da Vitória IV, a reconstrução da escola do União da Vitória II e a regularização das novas ocupações, única demanda não atendida até o momento. Entre as demandas regionais estão um centro de atividades para a terceira idade, oficinas de ocupação para crianças, jovens e terceira idade, projetos culturais ligados à questão das drogas, revitalização dos fundos de vale, biblioteca pública, centro esportivo com espaços de lazer, capela mortuária, cemitério, término da rede de esgoto, central sul de empregos, parque industrial, agência bancária. A lista completa é bem mais abrangente, contudo os exemplos citados revelam uma demanda que coincide, em grande medida, com a demanda do bairro, que será analisada a seguir.

3.3.2 O posto de saúde do jardim União da Vitória, o Consul e o ProUNI

A construção do posto de saúde foi uma das prioridades estabelecidas pelos moradores do União da Vitória no orçamento participativo no período 1993-1996. Os recursos para a construção de um posto de 200 m² viriam do governo do estado, através do Programa

Paraná Urbano. Entretanto, com essa metragem a obra não atenderia à demanda existente. Diante disso, houve uma ampla articulação do movimento popular do bairro com os outros bairros da região Sul de Londrina — através do Conselho Regional de Saúde da Região Sul (Consul) e do Projeto Uma Nova Iniciativa na Formação dos Profissionais de Saúde (ProUNI), financiado pela Fundação Kellogg²⁰ — para a construção de um posto de saúde de 500m².

Para ter o posto de saúde a gente já tinha um começo de organização de um Conselho Regional de Saúde na região, do qual eu fui fundadora também. Nessa época nós estávamos começando a formar o Consul, aí veio um pessoal dos Estados Unidos, eles fizeram um desafio e a comunidade que estivesse mais organizada ia ganhar o projeto UNI. Aí nós disputamos com a cidade e ganhamos, a Zona Sul ganhou. [...] O posto de saúde nós já tinha o dinheiro pra construir. Uma parte nós ganhou do ProUNI e outra parte nós ganhou do estado. (Erineusa Tenório)

Nós falamos: “Um posto de saúde desse daí não vai atender a demanda” — e tinha vários lotes que ainda estavam em processo de ocupação e tal. Chegamos a esta conclusão e buscamos parcerias, e aí, através do Consul, conseguimos recursos do projeto UNI, que era um recurso que vinha lá da Fundação Kellogg. Decidimos o seguinte: o projeto UNI se comprometia em colocar os equipamentos no posto de saúde, e com o dinheiro do Paraná Urbano nós podíamos fazer somente a construção. Aí, juntando os dois, aumentou o posto pra 500 m². (Nelson Cardoso)

Tanto o Consul quanto o ProUNI têm e tiveram importância fundamental no fortalecimento da organização popular e na resolução dos principais problemas do União da Vitória e de toda a região Sul.

O Consul, criado em 1991, foi o primeiro conselho de saúde de Londrina. Surgiu da intensa mobilização comunitária da região e tem, como principais objetivos: a) participar da formulação de estratégias e controlar a execução da política municipal de saúde para a região; b) definir junto ao Conselho Municipal de Saúde as prioridades para a região; c) participar da elaboração do Plano Municipal de Saúde para a região Sul em conjunto com as instituições envolvidas e o Conselho Municipal de Saúde; d) definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de saúde oferecidos pelos órgãos e entidades integrantes do SUS na região Sul do município junto com o Conselho Municipal de Saúde; e) executar na região Sul a

20 Segundo Silva (1999), a Fundação Kellogg tem entre seus principais objetivos proporcionar à comunidade “espaços reais para a resolução dos problemas e construção de projetos coletivos, bem como o poder para interferir em sua realidade social e econômica”.

programação e a gestão financeira e orçamentária através do fundo local de saúde, em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde e instituições públicas envolvidas; f) emitir parecer quanto à localização das unidades prestadoras de serviços de saúde, públicos e privados, participantes do SUS, a serem instaladas no âmbito da região Sul, em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde e instituições envolvidas; g) formar e capacitar líderes em saúde comunitária; h) desencadear um processo de formação que amplie o conceito de saúde pública (CONSUL 1998 apud SILVA, 1999). De acordo com Silva (1999, p. 110),

Ao servir como um grande “guarda-chuva” para centenas de organizações de base, o Consul passou a definir suas linhas políticas, não apenas sobre discussões restritas aos conselhos de saúde — muitas vezes aspectos puramente gerenciais — mas sim a tratar de interesses muito mais amplos, como a habitação, o transporte, a alimentação, o emprego, o saneamento básico, a educação, a violência contra a mulher, etc.

Apresentando esse perfil de atuação, o Consul passou a intermediar diversas lutas, estendendo-se para além das demandas dos conselhos locais de saúde.

O ProUNI chegou em Londrina em 1992, através da Universidade Estadual de Londrina, instituição responsável em desenvolvê-lo na cidade. Segundo o Jornal de Londrina, o ProUNI traria 2,6 milhões de dólares, que seriam aplicados na melhoria do atendimento em saúde na Zona Sul, especialmente na construção de hospitais e postos de saúde. Com o dinheiro foram construídos o centro de saúde do Parque Ouro Branco, o hospital da Zona Sul e o de Tamarana. Em relação ao União da Vitória, como contaram os entrevistados, o posto de saúde foi construído em parceria com o governo do estado. (PROJETO UNI...,1992, p. 5A)

O ProUNI é composto basicamente por profissionais da área da saúde, universidade e comunidade, e foi criado com os propósitos de estreitar o relacionamento entre esses três componentes, criar modelos de atendimento em saúde passíveis de replicação, apoiar projetos na área, desde sua formulação, com avaliação contínua e divulgação dos resultados. Nesse sentido, segundo Silva (1999, p.11), “a comunidade surgiu como parte essencial das mudanças, sendo que em algumas das experiências particulares foi o componente que mais se desenvolveu”. Tal afirmação é reforçada por Edgar Campos:

No projeto UNI, por exemplo, a gente teve experiência de estar em encontros, eventos, algumas lideranças se encontraram com lideranças da América Latina. Já recebemos visitas de lideranças de outros lugares, da África, por exemplo, e tal. Então, esse intercâmbio, esse relacionamento foi cristalizando em princípios, e esses princípios está relacionado com a central de movimentos populares, que, vamos dizer assim, é a nossa entidade mãe, né? a organização de movimento popular.

Em termos de infra-estrutura e serviços, o posto de saúde foi apontado por todos os entrevistados como uma das maiores conquistas da população do União da Vitória, como se pode constatar nestes depoimentos:

o posto, pra gente, foi uma conquista e tanto. Por exemplo: a gente tem um atendimento no posto muito bom, tem gente que vem de fora no nosso posto. A gente tem médicos bons, o atendimento bom, a gente não tem do que reclamar do atendimento do posto. Então, isso são coisas que a gente vê que valeu a pena a gente ir na reunião, participar e lutar por isso. (Cleuza Ferreira)

Eu acho que o posto está de parabéns mesmo, mas pode melhorar, sempre tem alguma coisa pra melhorar. Na medida do possível, está sendo bom. (Antonia Campos)

[O posto de saúde] Foi muito importante, porque os moradores do União da Vitória tinha que ir pro São Lourenço, pro [parque das] Indústrias, e a gente sempre ouvia: “Mas vocês não são daqui e estão tomando lugar dos outros.” Eu digo: nós temos que ter um lugar em algum lugar, porque nós fazemos parte dessa cidade. E hoje, você viu que nós temos o melhor posto. Inclusive, nesses tempos, era o melhor do Paraná. [...] Ali foi uma luta muito importante dos moradores. (Erineusa Tenório)

A construção do posto de saúde foi uma benfeitoria que sem dúvida mudou a vida das pessoas do União da Vitória. Agora, paralelo a isso eu valorizo muito outras lutas que não aparece. [...] eu acho que em relação à saúde o União da Vitória tem um privilégio muito grande, que é o envolvimento que os profissionais da saúde têm com a comunidade. Eles são de se envolver, de saber mesmo da vida do outro, como é que vai, como que num vai, se tá bom, se tá ruim, entendeu? O médico fala “bom dia” pro paciente, pega na mão, pega o mesmo ônibus que o paciente. Então eu acho que isso é uma grande conquista nossa. (Antonio Zerbine)

Ah, o posto de saúde é uma maravilha, não tem coisa melhor. Acho que em Londrina não tem posto de saúde como o nosso. Umas meninas muito prestativas. Às vezes falta médico; o dentista é uma coisa que ainda não dá bem pra dizer, porque começou agora e a gente ainda está avaliando. Mas, na questão das enfermeiras, é ótimo, tem umas meninas maravilhosas. (Leonice Araújo²¹)

21 Leonice Araújo Ferrari é moradora do União da Vitória desde 1992; na época da entrevista, era presidente da associação de mulheres.

Considerando a precariedade do sistema de saúde no Brasil, chamou atenção o fato de todos os entrevistados ressaltarem a qualidade do atendimento do posto do bairro, inclusive demonstrando orgulho por ser um dos maiores do Paraná²². Outro elemento a ser destacado diz respeito ao bom relacionamento entre os profissionais da saúde e os moradores.

3.4 ALGUMAS CONQUISTAS E FUTUROS DESAFIOS

Do ponto de vista urbanístico, hoje o União da Vitória se apresenta mais consolidado, com importantes equipamentos coletivos, como saneamento básico, rede de abastecimento de água, luz e transporte para a maioria da população. Possui três escolas municipais e uma estadual, centros de educação infantil, um centro de convivência e um posto de saúde, além de contar com um comércio local bem desenvolvido, que atende às necessidades dos moradores. Nas palavras dos entrevistados, algumas destas melhorias urbanas:

Hoje o União é mais organizado, nós temos a coleta de lixo, o comércio também cresceu, temos os mercados. Hoje temos uma farmácia, temos padaria, esse tipo de comércio. E tudo isso é porque algumas pessoas lutaram pra ter essa infraestrutura. Antes, ninguém acreditava no bairro. (Nilson Garcia)

O saneamento básico é uma conquista, que poucos governos gostam de investir nisso porque é uma coisa que fica enterrada, não aparece politicamente — mas aparece na qualidade de vida das pessoas. (Edgar Campos)

Eu bato no peito e tenho orgulho de morar no União da Vitória, graças a Deus. Eu tenho um supermercado do lado da minha casa, que não é tão careiro. Tem farmácia, escolas, cabeleireiras, vários salões. Manicure e costureira é o que mais tem. (Maria da Paz)

O Caic [Centro de Atendimento Integrado à Criança] em primeiro lugar, porque as mães precisam trabalhar; depois o posto de saúde e as escolas. Eu acho que tudo que aconteceu aqui, o posto, escola, o Caic, o projeto Irmão Caçula, foi ótimo pra nós. Melhorou muito, tem gente que está construindo, tem casas boas aqui, já. Melhorou bem, tem açougue, tem um mercado grande, tem sorveteria, tem farmácia, tem padaria, tem de tudo aqui. (Jandira Armanhi)

22 A construção do Posto de Saúde do União da Vitória foi noticiada pela Folha de Londrina no dia 7 de abril de 1995. A matéria destacava que o bairro havia “ganhado” o maior posto de saúde do estado do Paraná: “Com uma área construída de 547,87 metros quadrados, ele deverá beneficiar aproximadamente 20 mil pessoas” (PELEGRINO, 1995, p.5).

Tudo, tudo foi importante. Tudo foi valioso porque tudo foi fruto de muita luta. Mas eu acredito que a água foi a coisa mais importante. (Leonice Araújo)

O Jardim União da Vitória já logrou importantes conquistas, porém, precisa ainda, de muitos outros equipamentos coletivos, entre eles um módulo policial, centro comunitário, creches, ginásio de esportes, biblioteca, praças, além dos que foram apontados nas falas abaixo:

Na questão da educação nós estamos pedindo o Segundo Grau, que é pedido de muito tempo e até agora não conseguimos. Ainda na questão de educação, tem um problema muito grave, que é a questão das creches. [...] Nós temos uma dificuldade muito grande, por exemplo, que é a falta do centro comunitário e da capela mortuária, porque são duas coisas fundamentais dentro de bairro. [...] E outra coisa: nós conseguimos 70% da rede de esgoto aqui dentro do bairro e ficou [faltando] 30%, e hoje é mais. Nós temos hoje uns 35% do bairro em geral que não têm a rede de esgoto. [...] Outra coisa que falta é o término da regularização fundiária, tanto das pessoas do início que ainda têm problemas de documentação e tal. (Nelson Cardoso)

De lazer nós não temos nada [...] não tem lazer nenhum, porque nós não temos campo [de futebol], nós não temos cancha, nós não temos nada, entendeu? (Antonio Zerbine)

Faltam praças de lazer, jardins pros idosos sentarem, pros jovens namorar, falta também parque infantil, porque não é só na escola que a criança brinca. [...] Nós não temos um centro comunitário, temos o projeto Viva a Vida, mas é pras crianças. E todas as entidades não têm um espaço pra reuniões, somos obrigados a ficar nos reunindo nas escolas, no posto de saúde, então nós precisamos de um centro comunitário que agregue todas as entidades ali. (José Basílio)

Para a maioria dos entrevistados é a continuidade e o fortalecimento da organização comunitária que irá garantir a solução dos problemas ainda existentes:

É continuar lutando, continuar se organizando, cobrando, como sempre a gente tem feito. Porque tudo o que foi conseguido aqui foi com organização, com luta, com a garra dos moradores. E é isso que a gente tem que continuar fazendo, se organizando mais e mais pra conseguir o que falta. (Irene Galdino)

Quando as lideranças se conscientizarem que eles têm que deixar de ser acomodados, enfrentar o prefeito e as outras autoridades, levar as reivindicações da comunidade e, se não for atendidas, levar o povo pra conversar direito. Porque em outras épocas era assim. (Antonio Zerbine)

É continuar com essas mesmas lutas que eu acabei de te falar. Discutindo os problemas, indo pra prefeitura. Precisaria envolver mais moradores. (Maria da Paz)

É através da organização que a gente vai conquistando. A gente tem que estar articulado pra estar conseguindo o que falta. Nós estamos nos organizando não só dentro da comunidade, mas queremos estar inseridos dentro do movimento popular da cidade. (João Batista)

É claro que tem que juntar todo mundo; agora, não adianta juntar um, porque, como eu falei, tem pessoas que acomodam, não está nem aí. Não liga, acha que não é com ele, o que os outros fizer vai fazer por ele também. Mas não é assim. (Jandira Armanhi)

Neste capítulo, procurou-se mostrar como os moradores do União da Vitória, além de garantir os equipamentos coletivos básicos para o bairro, ampliaram os espaços de organização popular, através do Conselho de Saúde da Zona Sul e do ProUNI, passando a encaminhar as novas demandas a partir de forças políticas diversificadas. O que se pode constatar é que, ao enfrentar as exigências fundamentais à sobrevivência cotidiana, os moradores puderam visualizar uma nova perspectiva de compreensão do urbano, pois a experiência de luta e a articulação com outros segmentos sociais possibilitaram um grande salto no campo da ação política, trazendo o (re)conhecimento de alternativas de mudança na relação com o poder público, dando visibilidade e denunciando os processos de exclusão e, sobretudo, afirmando direitos de participação na vida cidadina. Em outras palavras, as classes populares, ao se mobilizar, via movimentos populares urbanos, para lutar por postos de saúde, moradia, regularização de loteamentos, transporte, urbanização de favelas, etc., passam a demandar uma participação mais ativa na gestão pública das cidades, nas decisões que dizem respeito aos interesses comuns.

4 A ORGANIZAÇÃO POPULAR NO JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA E SUAS SINGULARIDADES

“A vida do pobre é difícil, mas o modo como a população carente enfrenta os problemas do dia-a-dia é o que faz toda a diferença”.
(José Basílio)

4.1 JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA: PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO

Inicialmente, as estratégias mais usadas pela comunidade do União da Vitória foram passeatas, abaixo-assinados, fechamentos de ruas, acampamentos em frente à prefeitura, listas de presença das assembléias e desvios do roteiro do ônibus, entre outras. Alguns entrevistados apontaram a utilização de certas estratégias, na defesa dos seus interesses:

Sempre o pessoal era muito mobilizado, e nesse processo de negociação é que foi se firmando a marca do União da Vitória, que é a mobilização da luta pelos direitos. Acontecia muito o seguinte, de vir uma comissão aqui na prefeitura e, às vezes, não ser atendida, às vezes ser enrolada. Aí o pessoal voltava e era feita novamente uma assembléia, para dar o retorno. Quando saía uma comissão, já saía marcada a data que ia trazer o retorno. Quando não era um retorno satisfatório, era tirado uma data, e essas famílias se deslocavam até a prefeitura. [...] quando não vinham todas as famílias trazia-se abaixo-assinado, listas de presença das assembléias, etc., e, num segundo momento, era o da pressão mesmo, de vir ocupar e exigir aquilo que se estava buscando. Então, tinha esses dois momentos. A gente não fugia muito desse ritual Então foram feitas várias ocupações na prefeitura e na Cohab, que se tornou assim uma marca na cidade: “Vamos fazer igual o União da Vitória, porque o União da Vitória consegue porque eles vão lá e pressionam.” [...]. (Nelson Cardoso)

Tudo aqui tem a participação da associação de moradores, associação de mulheres, Conselho de Entidades. Então, tudo envolve as organizações. Quando se tem um problema, a gente faz uma reunião, soma as lideranças, o Conselho de Entidades principalmente, fazemos uma reunião e tomamos uma decisão. O que a maioria decide, a gente vai em busca daquela melhoria. Se a gente tiver que ir pra prefeitura, vamos pra prefeitura; se for na Sanepar, a gente vai na Sanepar; se é na Cohab, vai pra Cohab. (Irene Galdino)

Sempre participando de reuniões. A gente reunia as lideranças, acampava na porta da prefeitura, mesmo sem marcar. Porque, hoje, você tem que marcar pra falar com alguém. Nós não, quando nós falava “Nós vamos falar com o

prefeito”, nós ia mesmo. A gente ia e acampava ali, e enquanto não vinha o responsável a gente ficava ali. Aí vinha a pessoa responsável e trazia tudo por escrito, porque se você quer ter um resultado, você coloque em ata, porque aí tem como cobrar. Porque se você não colocar no papel como é que você vai cobrar? Aí, estando registrado, tudo bem. A gente ia de manhã cedo. Olha só, as nossas manifestações sempre foram pacíficas: a gente parava um ônibus da linha que vinha trazendo os moradores e a gente explicava pro motorista, e dizia pra ele levar a gente lá na prefeitura. Em cada luta dessas iam trinta, vinte. A gente enchia o ônibus de gente, o motorista ligava pro chefe dele avisando que o pessoal do União tinha parado ele aqui e que ele não podia sair daqui se não levasse os moradores na prefeitura. Aí eles deixavam a gente na prefeitura, lá a gente falava com o prefeito ou com alguém responsável que sempre dizia que estava lutando pra conseguir verba, e não sei mais o quê. Aí a gente trazia a resposta pros demais. Se passasse um mês, dois, e eles não davam resposta, a gente voltava novamente. Então, a gente nunca teve preguiça de lutar, a gente ia mesmo, e continua indo. Só não paramos mais os ônibus porque, hoje, parece que não precisa mais, hoje a gente tem mais liberdade de chegar e ir na prefeitura e cobrar o que tem que cobrar. (Maria da Paz)

Tudo era discutido nas organizações comunitárias, daí era encaminhado, protocolado, oficializado. Várias reuniões e, em alguns momentos, protestos mesmo. Nós fizemos muitos protestos aqui, protesto de parar ônibus e de entrar cento e cinquenta dentro do ônibus, do ônibus sair meio na marra daqui, entendeu? E daí, quando a polícia chegava, não tinha como fazer muita coisa, porque era muita gente. Esses protestos eram uma forma de estratégia que funcionava muito bem. Na maioria das vezes a nossa briga era com o governo populista que tinha em Londrina. Porque o populista gosta de ver movimento, com esse tipo de governo não se consegue pelo objetivo, pela necessidade, só se consegue se tiver organização. Aí, quando a gente começou a agir desse jeito, começou a despertar muitos protestos em Londrina. Porque no União da Vitória acabava se conseguindo de um jeito ou de outro. Aí Londrina começou a ter o União da Vitória como referência de luta. (Edgar Campos)

Eu trabalho muito com abaixo-assinado. Nós chegamos a invadir a prefeitura, melhor dizendo, ocupar, porque a palavra invadir não entra na minha cabeça. A gente chegava pro prefeito e falava: “Estamos aqui pra poder entregar isso aqui pro senhor, mas se o senhor achar que eu não represento esse pessoal, eu trago eles pra eles se apresentar, o senhor é quem sabe, pra mim não faz diferença nenhuma.” Eles achavam que eu negociava muito na base da pressão. Na realidade, tinha que ser. Essa é minha forma de luta, porque eu acho assim: eu vou lá pra negociar, mas se não tem negócio, como é que a gente vai fazer? [...] Teve vez da gente levar até criança pra dentro da prefeitura. Os políticos e os secretários falavam que não iam no bairro por causa do barro, então a gente levava as crianças lá, pra poder incomodar mesmo. Não que fosse falta de educação, não, mas por necessidade mesmo. Então, as lutas foram muito importante. [...] Eu incentivava o grupo de jovens, pra gente lutar pelos nossos direitos, mas você sabe como o povo exagera, né? A gente não tinha ônibus, e a gente dizia: “Vamos fazer entrar na marra!” A gente fechava a rua e não deixava ele passar, e pedia educadamente pra que o motorista abrisse a porta de trás, que a gente queria ir pra cidade. A gente não tinha dinheiro pra ir lá reivindicar,

ocupar a prefeitura. Porque nós ocupamos muitas vezes, né? Até hoje eu não sou muito bem vista por esse antigo prefeito [Antonio Belinati]. (Erineusa Tenório)

Naquela época, interditava a rua pra não passar nenhum carro. Eu achava aquilo um absurdo, achava que não precisava da gente fazer tanta coisa. [...] Hoje eu acho que vale a pena fazer, mas na época o pessoal, muitas vezes, tacava pedra nos carros que passavam. Eles faziam muita coisa errada. E eu achava que aquilo não ia resolver nada. Depois o pessoal foi conversando, foi entendendo que não era daquele jeito. Em toda reunião que eu ia, principalmente as do Nelson [Cardoso], ele explicava que não era daquele jeito, que tinha que reivindicar de outras maneiras, como o abaixo-assinado. Aliás, a gente fez muito abaixo-assinado aqui, viu? Quando a gente queria alguma coisa, eu mesma saía de casa em casa, muitas vezes, pra pegar assinaturas de pais. A gente fez uma vez pra trazer o ônibus, depois as escolas. Esse Caic, eles queriam que fosse em outro lugar, foi a maior luta pra trazer esse Caic pra cá. (Eridan Gomes¹)

Nos dois últimos depoimentos, a prática do abaixo-assinado aparece como um importante estratagema de reivindicação. No entanto, um entrevistado questiona a importância desse mecanismo.

Eu não entendo a validade do abaixo-assinado. Pra fazer o abaixo-assinado você perde todo um tempo pra colher as assinaturas dos moradores, e depois você entrega pra determinada pessoa e ela coloca na gaveta e esquece. Então, se for pra você levar mil assinaturas, leva trezentas pessoas que tem mais efeito. Então, nós não usamos esta estratégia mais, não. (João Batista)

Os grupos ou entidades do bairro não utilizam, necessariamente, as mesmas estratégias, e muitas perderam importância diante de novos canais de interlocução com o governo, como os conselhos municipais e o orçamento participativo. Isto não quer dizer que a comunidade, eventualmente, não lance mão de algum “velho” instrumento de pressão (abaixo-assinado, passeata, obstrução das ruas, acampamento em prédios públicos); às novas formas de interação entre o poder público e a sociedade somam-se todas as estratégias de luta já conhecidas. Conforme já discutido anteriormente, uma rica e diversificada experiência de participação popular contribui para a politização dos moradores. Em outras palavras, ocupar as arenas

¹ Eridan Gomes Rabello de Meneses é moradora do União da Vitória desde 1986; já participou da associação de moradores e, na época da entrevista, não participava de nenhuma associação.

políticas traz uma valorização crescente do papel dos moradores enquanto sujeitos coletivos com autonomia política para fazer escolhas e desenvolver ações concretas na luta por direitos.

4.2 JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA: PECULIARIDADES DE SUAS LUTAS

Foram muitos os momentos de mobilização dos moradores do União da Vitória, bairro que, desde o seu surgimento, como já exposto, teve presença marcante na cena pública em Londrina. A maioria das suas manifestações teve caráter reivindicativo, principalmente as primeiras, visto que o bairro era desprovido de qualquer infra-estrutura. Não obstante, ganharam destaque, também, as lutas que envolviam denúncia, solidariedade, além da participação de moradores em diversos acontecimentos importantes na cidade. Ao longo do tempo, as ações, que antes tinham perfil imediatista, cederam lugar a ações coletivas organizadas politicamente.

Para uma análise mais detalhada das ações empreendidas pelos moradores do União da Vitória, foram escolhidas duas lutas que tiveram muita visibilidade e que marcaram a sua participação política na cena pública em Londrina: a mobilização pelo fim da discriminação derivada da violência e a mobilização pelo fim do monopólio da empresa de transportes coletivos. Elas são aqui recuperadas para demonstrar como os movimentos populares do bairro, através do protesto social e da organização coletiva, conseguiram se impor, apesar e além dos interesses econômicos e políticos tradicionais e dominantes na cidade.

Um aspecto a considerar nessas lutas é que elas se caracterizaram como lutas mais abrangentes, pois envolveram o bairro e a sociedade como um todo, e se revelaram como veículos fundamentais para a construção de uma identidade e de uma cidadania participante na malha das relações sociais constituídas e daquelas que ainda estão por se constituir com a cidade.

4.2.1 “‘Moro no União’ é a senha para não obter emprego”²

Um dos mais graves problemas enfrentados pela população de periferia, principalmente pelos moradores das favelas, é a discriminação derivada da violência, que está, via de regra, associada ao tráfico de drogas, somada a outros elementos, como segregação espacial, social e cultural. A violência expressa através de assaltos, homicídios e vandalismo, entre tantos outros delitos e desrespeito à vida humana, não aparece só nos lugares carentes e afastados do centro das cidades, mas assola toda a sociedade brasileira; no entanto, a mídia, ao veicular os problemas, tende a enfatizar a periferia como lugar violento, transformando uma temática social gravíssima em “espetáculo de horror”³.

Zaluar (2000), Caldeira (2000), Souza (2000), Maricato (2001), Zaluar e Alvito (2003), entre outros autores, abordam o problema da violência urbana, sua relação com o modelo de desenvolvimento econômico e com as características socioculturais formadoras da sociedade brasileira. Para Maricato (2001), por exemplo, a violência é um fenômeno que, desde a década de 80, está em escala crescente, devido ao grande impacto do declínio econômico no país e do conseqüente aprofundamento da exclusão social. A autora destaca uma pesquisa desenvolvida pelo Laboratório de Estudos Habitacionais da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, em cinco cidades brasileiras, que evidencia um número significativo de pessoas que permanecem ociosas, nas favelas, a maior parte do tempo. “Aí, em geral, o desemprego é maior”, diz Maricato (idem, p. 35). Nessa mesma perspectiva, ela destaca alguns elementos desse quadro:

Concentração territorial homoganeamente pobre (ou segregação espacial), ociosidade e ausência de atividades culturais e esportivas, ausência de regulação social e ambiental, precariedade urbanística, mobilidade restrita ao bairro, e, além dessas características todas, o desemprego crescente que, entre outras conseqüências, tende a desorganizar núcleos familiares e enfraquecer a autoridade dos pais, essa é a fórmula das bombas socioecológicas. É impossível dissociar o território das condições socioeconômicas da violência. (MARICATO, 2001, p. 36)

2 Título de uma matéria publicada em 2 de fevereiro de 1995 pelo Jornal de Londrina.

3 O problema da violência, principalmente nas periferias dos grandes centros urbanos, tem rendido inúmeras matérias nos jornais, sem falar dos programas televisivos que só trabalham com essa temática, geralmente com enfoque sensacionalista.

Não se pretende, aqui, discutir a violência e as dimensões que esta passou a ter enquanto questão crítica tanto no cenário nacional como no cenário internacional, mas estabelecer, ainda que sucintamente, a relação existente entre violência, discriminação e desemprego.

Embora o União da Vitória não fuga a regra no que diz respeito à violência encontrada dos bairros carentes das cidades brasileiras, neste trabalho não serão objeto de análise as informações relacionadas a homicídios, assaltos, roubos, prisões, tráfico de drogas, etc. circunscritos ao bairro. A questão da violência será abordada como pano de fundo para o entendimento da construção das barreiras impostas pela discriminação social no acesso ao emprego.

Com certeza, o União da Vitória ainda é visto com muito preconceito em Londrina, mas esse preconceito já foi maior. Além das características de organização e mobilização popular que acompanham sua história, ele ficou conhecido, também, através das páginas dos jornais e dos programas de rádio e de TV locais pelo alto índice de violência que apresentava. Uma imagem negativa, carregada de preconceitos, passou a determinar a sua relação com o resto da cidade.

A discriminação quanto ao local de moradia foi mencionada por todos os entrevistados, e, muitas vezes, o assunto já se colocava antes de ser abordado. Quase todos se disseram vítimas de preconceito na hora de procurar emprego, e os que não sofreram discriminação diretamente, relataram que algum parente ou conhecido já havia passado por essa situação. Seus depoimentos se constituem em importantes registros da discriminação sofrida.

Aqui a gente é muito discriminada quando vai procurar emprego. Aconteceu comigo: eu fiz a entrevista e me falaram que estava tudo certo, mas esqueceram de pegar o endereço, e quando perguntaram o endereço disseram que a vaga estava preenchida. [...] Outra vez, ficaram de dar a resposta no dia seguinte, e daí falaram que a vaga estava preenchida. Então, a gente é bastante discriminada, devido à violência, né? Nós somos discriminados pela cidade inteira. As pessoas não se conscientizaram que a cidade inteira está violenta, sabe? (Antonia Campos)

Nós somos discriminados porque aqui era um assentamento, uma favela. A classe maior fala que isso aqui é uma favela, né? que aqui acontece morte, estupro, roubos. Mas isso acontece porque o povo mais grande não dá emprego pros pobres. Aí, o que acontece? Os meninos vão lá e roubam, porque se eles tivessem emprego eles não precisavam roubar. Então, o que falta? Falta às

autoridades arrumar emprego, escola, esporte, pra não precisar roubar. (Irene Galdino)

Teve um jovem que, quando estava terminando a ficha dele, numa certa empresa, na hora que o menino falou que morava no União da Vitória, ela falou que não tinha mais a vaga. Como a gente já é favelado, no modo que falam da gente, nem de favelado não era, era sem-terra; sem-terra é um nome louvável, é um pessoal consciente, e eles chamavam a gente assim, humilhando as pessoas. Na hora de arrumar um emprego, eles davam aquela risadinha mais debochada. Aquilo fez a gente levantar uma luta. Eu acho que você não tem que ser discriminado pelo lugar onde você mora. Se por acaso você faz uma coisa errada, tudo bem, se errou vai responder por esse erro, mas não porque a gente mora num lugar pobre. Então, eu acho que foi isso que fez a gente lutar ainda mais no União, pra mostrar que não era assim. A imagem do União melhorou muito através da luta, da organização dos moradores. Através da luta a gente impôs respeito meio na marra, na briga. (Erineusa Tenório)

A imagem do União é muito feia, pelo que gente ouve falar no ônibus. Tem pessoas que desconjuram, porque parece que tudo que acontece de ruim é só aqui, entendeu? Mas isso é a pessoa que está mal informada, porque a violência está em todo lugar, está nas redondezas de Londrina. [...] Tem muito preconceito, inclusive com as pessoas que trabalham. Eu mesma arrumei um serviço num restaurante, e eu queria fazer o turno da noite. A mulher falava: “Você não, Jandira, porque a gente não vai levar você no União da Vitória”. Ela não podia trazer porque era aqui no União, e muitas pessoas já falou pra mim que quando vão arrumar serviço, quando fala que mora no União, na hora o camarada dá uma desculpa pra não querer pessoa daqui. (Jandira Armanhi)

Meu filho está trabalhando no centro da cidade, mas teve que colocar o endereço do avô dele. Mudou o endereço porque senão ele não conseguia o emprego. Ele mandou vários currículos e não tinha resposta, mudou de endereço e conseguiu, você entendeu? Então você vê, se nós não lutar... (Leonice Araújo)

Não é exagero afirmar que o estigma que os locais periféricos carregam é um problema presente em praticamente todas as cidades brasileiras. Taschner (1986) afirma que a maioria dos estudos urbanos analisa as favelas a partir, basicamente, de três perspectivas: a favela como expansão patológica de formação urbana, foco de crimes e perversões; a favela como trampolim para a cidade, estágio quase obrigatório do migrante rural; a favela vista como expressão física das contradições do sistema.

O União da Vitória não é um exemplo isolado quanto ao estigma sofrido em razão de um tipo de visão conservadora e preconceituosa que considera a favela como local de crimes e perversões. Entretanto, o que faz que ele seja modelo de enfrentamento da segregação

em relação ao local de moradia é a forma como seus moradores buscaram contrariar essa prática discriminatória, recorrente nas relações sociais no Brasil.

De acordo com a matéria intitulada “Moradores querem o fim da discriminação”, publicada em março de 1994 pelo Jornal de Londrina, cerca de oitenta trabalhadores do União da Vitória, com faixas e cartazes nos quais estavam escritas palavras de ordem, foram à Câmara de Vereadores de Londrina denunciar os problemas que estavam encontrando, na época, para conseguir emprego (MORADORES querem fim..., 1994, p. 9). Os manifestantes diziam que os empresários da cidade faziam discriminação contra as pessoas oriundas do bairro, e relataram aos vereadores que os moradores faziam fichas em empresas, mas nunca eram chamados para trabalhar. Na ocasião, o então presidente da associação de moradores do bairro, Sebastião Rodrigues, apresentou 383 carteiras de trabalho de pessoas que estavam desempregadas, as quais, segundo ele, estavam passando fome e não tinham como pagar suas dívidas. Em fevereiro daquele ano eles já haviam estado na prefeitura, pelo mesmo motivo (OBRAS liberadas..., 1994, p. 4; “MORO no União”..., 1994, p. 4).

A forma como a organização popular do União da Vitória sempre buscou alternativas para a superação de problemas cotidianos denota o reconhecimento de espaços de enfrentamento, de alternativas de mudança, enfim, de práticas de formação de sujeitos políticos. Isso faz que o bairro seja considerado *sui generis* em relação a outros da cidade, pois sua presença na cena política urbana vai além das demandas localizadas por bens ou equipamentos sociais coletivos.

Essa característica de enfrentamento dos problemas pode ser observada em outras duas matérias do Jornal de Londrina, publicadas em 19 de março de 2000 com os títulos “Empregadores rejeitam pessoas da periferia” e “Organização comunitária combate preconceito”.

Para fazer a matéria foram entrevistados moradores do União da Vitória e do assentamento João Turquino — este também bastante estigmatizado por sua pobreza e violência —, que confirmaram a discriminação que sofriam por parte das empresas e de pessoas, quando buscavam empregos. “Enquanto no União da Vitória essas situações motivaram a organização popular, no assentamento do João Turquino [...] os moradores” se mostravam revoltados porém conformados com o problema (PRAZERES; OLIVEIRA, 2000, p. 5A). As “pessoas ouvidas não pensam em se organizar e discutir o problema, como no

conjunto União da Vitória”, afirmava a matéria, que informava, ainda, que neste não era difícil encontrar moradores que tinham “pelo menos uma história para contar sobre preconceito relacionado às condições sociais e de moradia” (ORGANIZAÇÃO comunitária..., 2000, p. 5A). Segundo o jornal, a diferença entre os moradores desses dois bairros residia no fato de que os do União da Vitória tentavam “combater a discriminação através da organização comunitária” (ORGANIZAÇÃO comunitária..., 2000, p.5A). Além do expressivo envolvimento de seus moradores nas associações comunitárias, a matéria apontava outra forma pela qual o bairro estava tentando enfrentar a vulnerabilidade social: suas entidades estavam tentando mudar sua imagem através de atividades que o promovessem. De acordo com Nelson Cardoso, “Foi através da organização dos moradores que conseguimos amenizar o preconceito. Ainda tem muito a ser resolvido, mas a imagem se tornou menos negativa”.

Hoje, após o trabalho desenvolvido pelas associações do União da Vitória no combate ao estigma da violência, através de manifestações, campanhas a favor da paz,⁴ eventos para melhorar a imagem do bairro, o preconceito diminuiu, como pode ser constatado na fala de algumas de suas lideranças:

Como associação nós lutamos pra ter maior circulação de pessoas de outros bairros e do centro aqui dentro, pra ver se as pessoas nos enxergam de outra maneira, mas ainda somos discriminados. Olha, agora estamos promovendo um festival de prêmios aqui, no Projeto Viva a Vida. Tem que fazer essas coisas pra chamar a atenção das pessoas e mostrar o lado positivo [do bairro]. (Nilson Garcia)

A discriminação do União acontecia porque é um bairro muito populoso, tinha gente de todo lugar e tinha muita violência aqui também. E quando tinha violência as pessoas não conseguiam separar que 98% da população eram pessoas que trabalhavam, que queriam viver e estavam correndo das dificuldades. Então se misturava tudo e se achava que era um risco muito grande alguém [daqui] trabalhar num serviço — era essa a análise que a sociedade tinha do União da Vitória naquela época. E nós trabalhamos muito, quando eu fui presidente — trabalhamos sempre, mas eu estou falando mais de quando eu fui presidente. Nós pegamos bem firme nisso, no sentido de mostrar coisas boas. Por exemplo, o que acontecia com a escolinha do União Esporte Clube, o que a gente fazia nas festas de aniversário já aparecia em tudo quanto era lugar e conseguimos passar por cima das coisas ruins que aconteciam aqui. “Passar por cima” entre aspas: quando acontecia as coisas dentro do bairro a gente buscava

4 No dia 5 de junho de 1995, a Folha de Londrina noticiou uma campanha contra a violência, o alcoolismo e drogas desenvolvida pelo Conselho de Entidades do União da Vitória, cujo slogan era “Quem aplaude a violência hoje é a vítima de amanhã”. Durante uma semana, várias atividades foram desenvolvidas no bairro para combater a violência (UNIÃO da Vitória faz..., 1995, p. 5)

resolver nos locais competentes pra resolver, não deixava solto. Mas só que, pra imprensa, nós tentamos mostrar as duas coisas: que tinha coisas ruins mas que também tinha coisas boas acontecendo e tal. (Edgar Campos)

Olha, por muitos anos o União da Vitória foi visto como um lugar onde se produzia só coisa ruim. Essa imagem ruim estava ligada à violência, à demagogia dos jornais sensacionalistas da cidade, que exploram a nossa miséria. Tem alguns órgãos de imprensa que tratam a comunidade do jardim União da Vitória com o respeito que nós merecemos e tem alguns que nos trata como se a gente fosse idiota, só vêm pra mostrar as coisas que não prestam, mas eles nunca vêm mostrar uma reunião da associação de moradores, nunca vêm numa reunião do Conselho de Entidades, nunca vêm numa reunião da Pastoral da Criança pra ver o que a gente está discutindo. E hoje, pra falar a verdade, eu não sei se a cidade enxerga o União da Vitória dessa forma ainda. Acho que teria que se fazer uma pesquisa pra saber o que as pessoas acham do União da Vitória. Nós achamos que a cidade de Londrina é uma cidade muito boa, por isso escolhemos aqui e achamos que fazemos parte da cidade. Eu acho que a imagem de hoje é muito mais positiva do que negativa. Fizemos um monte de campanhas a favor da paz, acho que já desmistificamos esse negócio de roubo e violência. Acho que nós não carregamos mais esse troféu, não. (Antonio Zerbine)

Telles (2001) entende que nos processos de exclusão urbana, o reconhecer-se e o se fazer reconhecer como sujeito dotado de discernimento parece determinar-se entre a percepção das fatalidades da pobreza e a crença em uma esfera de autonomia que afirma direitos de participação na vida cidadina.

A ação coletiva dos moradores do União da Vitória, no que diz respeito a enfrentar a dificuldade de arrumar emprego, devido ao preconceito quanto ao local de moradia, é exemplar enquanto protesto social de reconhecimento dos direitos de cidadania. Sua mobilização atesta a negação “do sempre foi assim” e, ao se colocar em movimento, esses sujeitos sociais ultrapassam a dimensão interna e particular do problema, publicizando uma situação de conflito, negando a condição de *perigosos* e *incapazes* na qual a sociedade insiste em enquadrá-los.

4.2.2 O “transporte” da luta na luta pelo transporte

Ao resumir uma das etapas da mobilização dos moradores do União da Vitória para melhorar a qualidade do serviço de transporte no bairro, Edgar Campos afirmou: “Não foi

muito fácil, mas também não foi difícil”. O mesmo não se pode dizer sobre a tarefa de reconstruir a história desse movimento, porque, como afirma Antonio Zerbine, “é uma história complicada, ninguém conta direito isso”. Começando, pois, pelo seu depoimento, será feita a historicização dos acontecimentos relacionados ao transporte coletivo na cidade.

a luta pela emancipação do transporte coletivo do União da Vitória é assim: primeiro que a população se sentia mal-atendida e discriminada pela empresa prestadora do serviço na comunidade, porque a empresa que prestava serviço na época era a Grande Londrina, e não atendia a nenhum tipo de reivindicação, nenhuma comissão do União da Vitória, ela nunca fez questão de atender. Então, como as portas sempre foram fechadas, o que foi que nós encontramos de alternativa? “Vamos fazer um grande protesto, vamos quebrar que assim alguém tem que ouvir”.

Tudo começou porque os moradores estavam descontentes com o atendimento da Transportes Coletivos Grande Londrina (TCGL), empresa que exercia, desde 1958, o monopólio da prestação do serviço de transportes coletivos na zona urbana de Londrina; os ônibus atrasavam freqüentemente, trafegavam superlotados e estavam sempre sujos, além de não circular pelas ruas sem asfalto nos dias de chuva. A empresa, dizem os entrevistados, não abria espaço para as reivindicações, para a “negociação”, ou seja, a relação era de animosidade entre as partes e não havia diálogo no sentido de resolver o conflito.

Aqui no jardim União da Vitória — aliás, na Zona Sul — nós tínhamos um problema muito grave com o transporte coletivo. Era na época da Grande Londrina, na época do Lopes, antes dele vender. O problema era o seguinte: os ônibus entravam no União da Vitória do jeito que eles queriam, os ônibus eram sujos. O União da Vitória era tratado com descaso, qualquer carro que viesse estava bom. Então, não tinha o mínimo respeito pela comunidade. (Edgar Campos)

se chovesse lá na cidade aqui no União já não entrava o ônibus. (Irene Galdino)

A gente saía cedo pra trabalhar e tinha que pegar o ônibus lá no Santa Joana. Depois o ônibus passou a vir até a esquina da padaria (primeira rua), e era aquele tumulto porque o pessoal vinha de lá de baixo (União II, III, IV, V e VI) e só tinha um ônibus. Era aquela renca de gente e até saía briga, porque não cabia todo mundo. (Jandira Armanhi)

Peixoto (2001) em um estudo realizado sobre a produção do espaço urbano em Goiânia, analisa a importância e o significado do transporte na vida cotidiana das pessoas que ocupam (ou lutam para ocupar) os espaços da cidade. De acordo com a autora,

A categoria lugar, articulada à categoria cotidiano, revela, através do dia-a-dia, as relações que as pessoas mantêm com o espaço de sua vivência, onde habitam, trabalham, divertem-se e se locomovem. A constante superlotação dos ônibus, os atrasos, o encontro diário das pessoas nos pontos de ônibus, as conversas com os outros passageiros, o “bom-dia” para o motorista são situações corriqueiras que, a princípio, parecem ser banais. No entanto, é através dessas relações que as pessoas vão estabelecendo elos de ligação umas com as outras no seu dia-a-dia e o ônibus transforma-se, de um espaço aberto e sem valor, em um lugar. [...] Assim como o morar, o estudar, o trabalhar revelam os modos de vida, o locomover-se também o faz, visto que para realizar essas atividades é preciso se deslocar no espaço da cidade e o próprio ato de deslocar-se é feito de um modo determinado que compõe o modo de vida das pessoas em geral. [...] O transporte coletivo urbano pode ser considerado, nesse contexto, como expressão do cotidiano, pois as relações que se estabelecem no seu uso refletem o vivido e, portanto, representam o lugar. [...] É importante reconhecer que o transporte público é mais que um dispositivo constitucional, um direito efetivo do cidadão. Não é possível ser um cidadão completo, se não lhe forem oferecidas condições dignas de transporte, essenciais para se deslocar no espaço urbano, na luta diária pelo direito à cidade, pelo direito à vida. (PEIXOTO, 2001, p.141; 143; 144; 167)

Essa relação cotidiana entre o transporte e a localidade aparece nos depoimentos das pessoas entrevistadas, revelando elementos importantes do seu modo de vida, da sua condição social, da sua identidade.

Voltando à trajetória de luta dos moradores do União da Vitória, é preciso dizer que a outra empresa prestadora de serviços de transportes coletivos, a Francovig & Cia. Ltda., atendia, desde 1946, os distritos rurais, a maioria deles localizada na Zona Sul do município. Assim, embora o União da Vitória estivesse localizado às margens das rodovias pelas quais trafegavam os ônibus dessa companhia, os moradores não podiam, por força do monopólio da TCGL, utilizar os seus serviços. E foi esse o motivo de uma das maiores e mais marcantes mobilizações populares vividas no União da Vitória, na década de 90, uma luta que transpôs os limites do bairro, estendendo-se inicialmente pela Zona Sul e depois envolvendo as outras regiões, angariando apoio das organizações populares da cidade em geral.

Eu estava coordenando o Conselho de Entidades e já era secretário do Consul. Então, nessa época foi colocada a péssima qualidade do atendimento do transporte coletivo. [...] Então foi criada toda uma revolta, e a gente tentando buscar meios de negociar. E, não encontrando meios de negociar, a gente viu que era uma luta muito grande, que não dava pra ser somente do União da Vitória. Então a gente levou isso pro Consul. O Consul encampou essa luta porque tinha a questão da Grande-Londrina, que era um poder político, econômico e em todos sentidos. Então a gente levou pra ser uma luta regional. (Nelson Cardoso)

Apesar do transporte, na época que nós começamos a briga, não ser tão ruim como já tinha sido aqui no bairro, mas é que a nossa consciência política, a consciência dos nossos direitos, dos empresários, dos deveres da comunidade, já tinha crescido também, porque participando nós começamos a notar que nós não podia aceitar isso acontecer na cidade de Londrina, numa cidade com tantos recursos, com tantas coisas boas. [...] Mas, como nós não tinha poder e força pra fazer a briga em nível de cidade, nós falamos: “Vamos começar no União da Vitória e depois estender pra região Sul, e da região Sul estender pra cidade.” E depois, nós pretendia eleger um governo que tome as dores e faça a licitação do transporte coletivo. Foi essa a análise que nós fizemos naquela época, no União da Vitória. (Edgar Campos)

E, como disse Edgar, era preciso poder e força pra enfrentar esta questão, tamanho o poder e a força de quem estava do outro lado.

O tema do transporte coletivo não estava, inicialmente, entre as prioridades da pesquisa feita nos jornais, ele foi se destacando em função do envolvimento dos moradores nesta questão e, considerando a sua dimensão abrangente, ora estava associado à movimentação dos moradores do União da Vitória pela melhoria no atendimento — o que procuravam alcançar através de discussões e ações que envolveram os poderes públicos constituídos, a sociedade civil, aí incluídas as empresas concessionárias⁵ e os usuários —, ora ultrapassava os limites do bairro, envolvendo toda a cidade. Um dado que chama atenção, é a concentração dessas notícias nos anos de 1996 e 1997.

Apenas para dar uma noção da complexidade, das idas e vindas que envolvem o transporte coletivo urbano em Londrina, foram relacionadas, no Quadro 2, algumas das matérias encontradas, aquelas que pareceram mais elucidativas, a começar pelo seu título.

⁵ A responsabilidade pela oferta de transporte coletivo é do poder público municipal. Em Londrina ela é terceirizada, cabendo à prefeitura regulamentar e fiscalizar a prestação do serviço.

Data	Jornal	Título da matéria
27/09/89	FL	Depois de quase três anos é aberta a concorrência para linhas urbanas.
09/02/94	JL	Prefeitura volta a ameaçar TCGL.
06/08/95	FL	Ônibus muda o itinerário e gera protesto
15/11/95	JL	Francovig pega passageiros na Zona Sul.
17/11/95	FL	Novas linhas vão ter licitação este ano.
18/11/95	JL	Isto é pirataria, afirma Lopes.
13/01/96	FL	Protesto por ônibus acaba em prisões.
13/01/96	JL	Confusão com ônibus da Francovig Moradores desviam ônibus para o bairro
16/01/96	JL	União da Vitória fará passeata à Prefeitura.
17/01/96	JL	Câmara vai votar quebra do monopólio.
18/01/96	FL	Comurb cria linha experimental para atender o Jardim União da Vitória.
23/01/96	FL	Comissão da zona sul quer opinar sobre transporte coletivo.
14/02/96	JL	Licitação é legal, garante secretário.
12/06/96	JL	Tendência é aprovar concorrência.
13/06/96	JL	Lopes está se sentindo prejudicado.
14/06/96	JL	De olho na licitação: Francovig vende metade da empresa.
18/06/96	FL	Cai o monopólio da Grande Londrina.
11/07/96	FL	TCGL pede mais dez anos de contrato.
13/07/96	JL	Cheida vai ignorar pedido da TCGL
30/08/96	FL	Francovig chega aos 50 anos e quer 50% do mercado da TCGL.
31/08/96	JL	Ônibus da Francovig entram no terminal.
04/09/96	JL	Francovig não entra mais no terminal.
04/09/96	FL	Moradores fazem protesto no terminal a favor da Francovig.
07/09/96	FL	Juiz mantém a proibição sobre ônibus da Francovig.
11/09/96	FL	Cai a liminar. Recomeça a licitação [100% das linhas].
28/09/96	JL	TCGL tenta impedir licitação de novo.
11/10/96	JL	Francovig vai voltar a operar no terminal.
05/11/96	JL	TCGL quer Francovig fora do sistema.
08/01/97	JL	Francovig só pode operar nos distritos.
10/01/97	JL	Usuários vão a Curitiba pela Francovig; Não sai acordo na reunião de Belinati, Lopes e Francovig.
11/01/97	JL	CONVITE: Conselho Comunitário e Consul convidam os usuários do TC e autoridades locais para discutirem a volta da Francovig e o monopólio da TCGL.
14/01/97	JL	Mandado de segurança da prefeitura pede a Francovig de volta
15/01/97	JL	Francovig retoma transporte urbano
18/01/97	JL	TCGL e Francovig estão próximas de um acordo.
25/01/97	JL	Decreto quebra monopólio no transporte: TCGL e Francovig vão dividir as linhas urbanas. Francovig vai ficar com 15% das linhas.
25/01/97	FL	TCGL e Francovig agora dividem ruas
29/01/97	JL	TCGL ignora o decreto do prefeito. Empresa anuncia que vai continuar fazendo as linhas da zona sul e vai à justiça para tentar manter a exclusividade.
30/01/97	FL	Francovig circula na próxima semana.
31/01/97	FL	Comurb espera que TCGL assine contrato
05/02/97	JL	Juiz devolve exclusividade à TCGL; Município pede impedimento do juiz Silveira Filho.
05/02/97	FL	Francovig entra, TCGL não sai, linhas ficam cheias e Comurb quer intervir.
07/02/97	FL	Prefeitura mantém Francovig na rua. TJ adia decisão e frustra Belinati.
07/02/97	JL	Moradores da região sul protestam contra Silveira
08/02/97	JL	Câmara pede remoção de Silveira [ao TJ Paraná]
13/02/97	FL	Juiz se afasta da disputa no transporte
14/02/97	FL	TCGL quer mudar cláusulas do decreto:
28/02/97	FL	Promotor dá parecer contra liminar
05/03/97	FL	Agora é a TCGL que pede para juiz se afastar
08/03/97	FL	Cai liminar. Zona Sul será atendida só pela Francovig.
11/03/97	JL	Comurb assume terminal do Acaulco: É um passo para a TCGL deixar as linhas da zona sul.
12/03/97	FL	Grande Londrina faz acordo e aceita sair da zona sul.
13/02/97	JL	A partir de hoje, só ônibus da Francovig
18/06/97	FL	Novela do transporte está longe do fim.
14/11/97	FL	TCGL ganha dez anos de monopólio. [...] Mas Prefeitura já avisou que vai recorrer.

Quadro 2 – Principais matérias publicadas sobre o transporte coletivo urbano de Londrina, no período de 1989 a 1997, pela Folha de Londrina (FL) e pelo Jornal de Londrina (JL).

O depoimento de Edgar Campos revela sua concepção política sobre essa questão, e mostra que a informação é um instrumento importante na organização e mobilização do bairro.

Então não dava pra fazer licitação, porque ia contra a vontade dos empresários, que queriam explorar os serviços da cidade sozinhos. Porque esse é o caminho do capitalismo, quanto mais eu tenho mais eu quero, e não quero que ninguém me atrapalhe. [...] Até porque a Grande Londrina, na região Sul e em vários outros lugares de Londrina, a gente tinha conhecimento que eles exploravam sem contrato. Porque se tinha contrato com determinadas linhas, aí se tinha o domínio da cidade inteira, por eles se acharem os donos. E nós sabia que eles não tinha os contratos.

Segundo consta nos jornais, em 1958 a TCGL foi convidada, pela prefeitura, a assumir a prestação do serviço e, até 1987, teve assegurada a exclusividade. Vencido o contrato de concessão, foi renovado por mais dez anos, porém com uma mudança: o poder público reservava-se o direito de licitar, de imediato, 15% das linhas, e estabelecia que ao término do contrato, em janeiro de 1997, seria aberta concorrência pública para 100% das linhas urbanas. Isto explica a grande concentração do debate, dos movimentos e das notícias em torno desse tema nos anos de 1996 e 1997.

Nota-se já pela primeira matéria encontrada, em setembro de 1989, que a decisão da prefeitura, por ocasião da renovação do contrato, não havia sido cumprida, uma vez que os 15% das linhas retiradas da empresa TCGL continuavam sob o seu controle, razão pela qual o prefeito Luis Eduardo Cheida, em 1995, anunciou sua licitação, fato que desencadeou forte reação da empresa, iniciando-se, então, a “novela” do transporte coletivo, permeada por embates, avanços, recuos, negociações, seja das empresas com a prefeitura, seja da população, com suas estratégias de pressão, sobre os poderes públicos para melhorar o transporte no bairro.

Os moradores do União da Vitória estavam insatisfeitos com o atendimento da TCGL e queriam ser atendidos também pela Francovig. A prefeitura, por sua vez, não conseguia abrir licitação, impedida por liminares concedidas pela Justiça à TCGL, a qual alegava que o prazo havia prescrito.

Já tendo reivindicado, junto à TCGL e à prefeitura, reuniões para colocar suas necessidades e solicitar adequações no sentido de contemplá-las, e não tendo sido atendidos, os moradores do União da Vitória partiram, segundo os entrevistados, e também pelo que se pode

ver nos jornais, para ações mais concretas, as quais desencadeavam reações muitas vezes violentas, como no episódio denominado por um dos entrevistados de “o dia em que o pau virou cavaco”, quando fizeram um ônibus da Francovig entrar no bairro “na marra”, protestando pelo fato daquela empresa não poder atendê-los:

Nós solicitamos do poder público que nós queria outro transporte dentro do União da Vitória, que fizesse a concorrência com a Grande Londrina, uma vez que nós não estava satisfeito com os serviços da Grande Londrina. Como isso foi feito só como registro, nós sabia que isso não ia acontecer. Fizemos algumas reuniões, com alguns advogados, com a própria CMTU da época, e achamos que não ia virar. Aí resolvemos fazer pressão mesmo: “Nós vamos fazer pressão política pra ver se a gente consegue dessa forma”. Aí, fizemos uma reunião e a nossa comunidade tirou, como encaminhamento, fazer um ônibus entrar aqui na marra. Mesmo contra o governo, contra o empresário, até mesmo contra os contratos que só tinha na cidade. [...] Então nós falamos: “Vamos pegar um ônibus da Francovig e vamos mudar a rota dele, ele não vai mais passar direto na via expressa e nós vamos colocar ele aqui dentro”. Aí organizamos as pessoas. (Nelson Cardoso)

Aí se reuniu umas cento e cinqüenta, duzentas pessoas do bairro, e descemos pra avenida e esperamos o ônibus vim, e aí paramos o ônibus. Demos com a mão, o ônibus parou, aí entrou todos os que coube dentro do ônibus, né? Entramos pela porta da frente mesmo, e falamos que não ia ter acerto de pagamento e esse povo ia acompanhar o dia inteiro a linha mudada. Aí o ônibus entrou, porque também o motorista não ia dizer que não, pois ninguém estava ofendendo ele, nem querendo machucar ele. Não tinha nada de violência. A gente só queria melhoria no transporte coletivo e era daquela forma que nós ia chamar a atenção das autoridades competentes pra gente poder começar a negociar e ver o que se fazia corretamente. (Edgar Campos)

Eu lembro que foi tirado, numa reunião do Conselho de Entidades, que num determinado dia de manhã todas as lideranças estavam com o compromisso de esperar todos os ônibus que viessem dos distritos e fazer passar pela linha do União da Vitória. Nesse dia nós fomos presos, né? Foi o dia “D”, foi o dia que o pau virou cavaco. (Antonio Zerbine)

O dia era 13 de janeiro de 1996, e o acontecimento entrou definitivamente para a história das lutas do União da Vitória, tendo sido apontado por vários entrevistados como um dos momentos mais marcantes.

O que aconteceu de mais marcante — e isso ficou na história porque nessa luta eu entrei de cabeça mesmo — foi a quebra do monopólio do ônibus. E a Francovig entrou no União da Vitória. Foi um acontecimento que eu participei,

que houve polícia e que saiu no jornal. A dona Erineusa se ajoelhou em cima de um revólver, pra que ninguém atirassem em ninguém. Isso, pra mim, foi uma coisa marcante. (Maria da Paz)

A questão do transporte coletivo foi um marco muito importante pra comunidade e pra cidade de Londrina, porque ajudou no processo de licitação em Londrina hoje. Acho que facilitou pro governo Nedson porque é uma coisa que já vem sendo discutida, debatida já há alguns anos na cidade de Londrina, mas, pra nós que estamos aqui no União da Vitória e na região Sul, teve outras conquistas importantes. (Edgar Campos)

O relato detalhado do que aconteceu naquele dia ocupa boa parte dos depoimentos, e está repleto de elementos que refletem a concepção dos entrevistados sobre o movimento, suas razões e estratégias, e sobre a importância da organização e da união para o enfrentamento dos problemas de interesse comum dos moradores do bairro. No entanto, o dia 13 de janeiro de 1996 foi apenas um dos tantos dias “D” vividos pelos moradores até conseguirem o que alguns chamam de “quebra do monopólio do transporte no União”, ou seja, até conseguirem que a Francovig passasse a atendê-los regularmente, a partir de fevereiro de 1997.

O material todo que trata desse assunto é muito rico, porém merecem destaque alguns depoimentos que falam das estratégias utilizadas e avaliam os resultados alcançados pelo movimento.

O descontentamento não era só nosso, das lideranças. O descontentamento era da comunidade toda. Então não foi muito fácil. Precisou de muita reunião, muita explicação. Tinha gente que achava que quebrar era melhor, e nós falava que não. Tinha gente que achava que tinha que pôr fogo e nós achava que não. Então, teve um processo de aprendizagem de um com o outro, pra ver o que nós fazia, pra que ninguém ficasse machucado, pra que ninguém fosse ofendido e, ao mesmo tempo, que a gente conseguisse o objetivo que a gente queria, que era ser bem atendidos, e hoje nós somos. [...] Veio o comandante da policia, veio viaturas que pararam por ali. E nós começamos a negociar no meio da rua mesmo e tal. [...] Aí nós falou: “Então vamos conversar, vamos ver legalmente o que se faz. Só que nós quer que deixe o ônibus rodando dentro dessa linha”. A comissão deles decidiu: “Tudo bem, o ônibus pode continuar aí até que a gente chegue a uma determinada decisão.” [...] Mas algumas pessoas nossas foram pra CMTU, pra negociar, e ficaram algumas pessoas. [...] Quando foi mais ou menos uma hora, e a comissão já tinha ido conversar com os poderes, a polícia veio e fez um ataque com as pessoas que estavam dentro do ônibus. [...] Naquele dia foram presas umas oito ou dez pessoas nossas, que foram dentro das viaturas como se nós tivesse fazendo uma atitude de bandido. Mas nós tinha conhecimento e certeza que nós não tava fazendo nenhum tipo de vandalismo, só tava pressionando, porque é um direito das pessoas, desde que não esteja machucando ninguém, de fazer a ação da democracia. Nós tivemos que se articular e tal e pagar a fiança das pessoas, né? (Edgar Campos)

É interessante notar como, especialmente na fala de Edgar Campos, há uma clara divisão entre “nós” e “eles” quando se trata dos agentes envolvidos na luta e na negociação. São dois grupos opostos, sendo que “eles” são os “poderes”, representados pelo órgão público e pela polícia. Esse depoimento mostra também que o grupo faz uso de estratégias legalmente contestáveis, porém entendidas por seus integrantes como legítimos instrumentos para o exercício da democracia, uma vez que abrem os canais de negociação.

Esta concepção é uma das marcas da nova cultura política herdada dos novos movimentos sociais, conforme já foi discutido no início deste trabalho.

Uma das principais características do movimento local, a união e a solidariedade entre seus integrantes, aparece na fala de Maria da Paz, que descreve como o grupo se mobilizava para solucionar as adversidades decorrentes dos enfrentamentos.

E aqui funciona assim: nós é um grupo. Se pegar alguém, os outros não vai pra casa, acompanha junto, nós fica ali até terminar tudo. Esse negócio de dispersar e deixar lá o fulano que foi preso, não acontece. O pessoal foi preso e eu fui correr atrás de advogado, de dinheiro pra poder soltar. Não eu sozinha, eu falo eu, mas em nome do grupo. Eu me lembro como se fosse hoje, eu a dona Erineusa correndo atrás de advogado e de dinheiro pra poder soltar o pessoal.
(Maria da Paz)

Por fim, merece destaque a análise que um dos entrevistados fez das transformações acontecidas na politização dos envolvidos nesse movimento, ao longo do seu percurso, permeado por constantes conflitos com poder público:

O juiz que na época estava encaminhando o processo no fórum de Londrina [...] deu perda de causa pra nós, julgou que nós estava errado e que a Grande Londrina estava corretíssima, que estava fazendo um serviço excelente pra cidade; deferiu pra eles. Bom, como deferiram pra eles, nós continuamos a briga. Nós falamos: “Nós não vamos parar só porque o juiz...” Eu acho que houve um avanço muito grande dentro do movimento comunitário, quando se entendeu que o juiz é uma pessoa comum como nós, tirando lá os conhecimentos e a formatura dele. Então, quando ele tomou a decisão, mesmo um civil, sem estudo, sem nada, se tiver direito ele tem condição de reverter a situação, porque existem outros locais pra recorrer de uma decisão quando a gente acha ilegal. E, nesse momento, a gente entendeu que o juiz usou de sacanagem, houve tramóia, má fé. Então nós não vamos aceitar. Então, o que nós fizemos? Aí a região já estava incluída junto com a gente, já tinha muita gente junta. Algumas pessoas da cidade, lideranças, também já estavam aderindo, já vinham dar uma força. Aí nós recorreremos ao Tribunal de Justiça de Curitiba e mandamos pra lá, na época. [...] Recorreremos pra lá, e foram três ou quatro ônibus lotados de gente pra

Curitiba, pra frente do fórum, pra ver o despacho do desembargador lá, a respeito da decisão do juiz daqui. [...] Nós fizemos aquilo que tinha que ser feito naquela época no fórum. [...] Mais ou menos as quatro, cinco horas da tarde, chegou a notícia que nós tinha ganhado a questão lá e que o juiz de Londrina tinha vinte e quatro horas pra justificar a ação dele ou ele estaria fora de todos os processos que envolvessem transporte coletivo no Paraná, e quando nós estávamos na frente do fórum, naquele momento tinha acabado de entrar uma comissão nossa, também pra falar com o juiz, inclusive eu estava junto. O juiz tratou nós muito mal, ele conversava com a gente rindo e limpando as unhas, com um descaso total. Mas ele tinha vinte e quatro horas pra se explicar, mas como ele não tinha explicação ele se retirou do caso e nós ganhamos a questão, e a Francovig ganhou o direito de operar na região Sul até que saísse a licitação ou alguma coisa. Essa foi uma luta e tanto, foi um marco. Foi muito bom pra gente. Hoje, na região Sul, eu acho que é uma das áreas mais privilegiadas em relação a transporte, e no União da Vitória nós temos ônibus de seis em seis minutos. Então foi muito, muito válido. Além de ter ônibus rápido, os ônibus são limpos, é tranquilo. Nós somos respeitados como as outras pessoas da cidade e, além disso, o serviço social que a outra empresa não fazia, que é levar em velório, levar para um evento religioso, esportivo, nós não tinha. A Francovig concedeu isso pra gente naquela época, e até hoje nós temos esse atendimento social muito grande na região, e principalmente no jardim União da Vitória, e em seguida nos tivemos a sorte do povo reconhecer o trabalho nosso e de outras pessoas que trabalham contra a injustiça na cidade, e o Nedson foi eleito prefeito. E, graças a Deus, agora tem aí a possibilidade, quase com certeza, de haver licitação para o transporte coletivo em Londrina. (Edgar Campos)

A licitação de 100% das linhas foi realizada em dezembro de 2003, ano em que a prefeitura ganhou ação na Justiça autorizando-a a fazê-lo. Como resultado do processo de concorrência pública a prestação do serviço de transporte coletivo na cidade foi dividido entre as duas companhias que já operavam, tendo a TCGL ficado com 85% das linhas (regiões Norte, Leste e Oeste), e a Francovig com 15% das linhas (região Sul). Desta forma, o processo licitatório serviu para regulamentar o que já vinha acontecendo desde novembro de 1997. O município firmou um novo contrato com as concessionárias por um período de quinze anos.

Embora não tenham conseguido implantar no bairro a livre concorrência entre as empresas, pois efetivamente o que se deu foi a substituição de uma por outra, os moradores do União da Vitória conseguiram alcançar o seu objetivo de melhorar a qualidade do atendimento do transporte coletivo, inclusive no seu entorno. Estão satisfeitos porque a nova prestadora do serviço no bairro tem atendido as necessidades dos usuários, inclusive fazendo o “serviço social” que a TCGL não lhes proporcionava, motivos pelos quais consideram ter sido esta uma das grandes vitórias do movimento.

Analisada sob a perspectiva dos direitos de cidadania, essa luta propiciou aos moradores que dela participaram uma fina percepção do jogo político, dos grandes esquemas nos processos de licitação, ou seja, da força do capital. Mas nem por isso o movimento recuou. Ao contrário, seu enfrentamento permitiu que a comunidade organizada do União da Vitória reafirmasse a crença no seu poder de luta, na sua inesgotável capacidade de participar decisivamente da vida em sociedade, assumindo seu papel de co-responsável na gestão democrática da cidade. É a partir de experiências como estas que se dá o que chamamos neste trabalho de “politização do urbano”.

5 A CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS ATRAVÉS DAS ASSOCIAÇÕES E DO CONSELHO DE ENTIDADES DO JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA

“É preciso dialogar e se for preciso, pressionar. As associações e o conselho estão aí pra isso” (Leonice Araújo)

Ao longo deste trabalho buscou-se deixar clara a forma como a noção de espaço público é definida. Entretanto, não se pode perder de vista que esses espaços nem sempre estão dados, esperando que as pessoas exerçam neles sua cidadania.

O objetivo deste capítulo é apresentar como os diversos atores sociais constroem múltiplos espaços públicos no União da Vitória, atentando para alguns de seus conflitos, bem como analisar os alcances e limites desses movimentos de conflito e união de forças, no sentido da construção desses espaços de exercício da liberdade, do exercício pleno dos direitos de cidadania. Assim, serão abordadas as quatro associações de maior visibilidade no bairro, a saber, a de moradores, a de mulheres, a de idosos, e também o seu Conselho de Entidades.

5.1 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA

Até o surgimento da Associação de Moradores do Jardim União da Vitória, em 1988⁶, o União da Vitória se destacava pela participação e mobilização intensas. Porém, a diretoria eleita em 1989 já não apresentava o perfil de luta e mobilização coletivas que havia marcado a história do bairro, o que originou uma organização paralela, expressa pelas comissões formadas para discutir e resolver os problemas da comunidade:

⁶ Nas entrevistas, 1988 foi citado como o ano de fundação da Associação de Moradores do Jardim União da Vitória. Sobre o seu surgimento, nada foi encontrado no levantamento feito nos jornais. É importante ressaltar que não foi possível ter acesso a nenhum documento da associação (por exemplo, as atas das suas reuniões), pois, segundo o seu atual presidente, todos os documentos anteriores à sua gestão foram roubados do prédio da prefeitura (há boletim de ocorrência acusando o roubo).

A primeira diretoria da associação tinha muito essa coisa da participação, da mobilização, da luta. Só que essa primeira diretoria não conseguiu se firmar, por uma série de problemas. E nós chegamos à seguinte situação: em 89 já era uma diretoria que não tinha mais esse perfil de luta. Daí, o que começou a acontecer? Uma organização paralela, comissões do pessoal que estavam desde o começo no bairro e que pressionavam para conseguir as melhorias. Então acontecia muito isso, os moradores se mobilizavam, discutiam qual era o problema, tirava uma comissão e ia até os órgãos públicos negociar a questão do transporte coletivo, ou a questão da rede de luz. Várias demandas foram encaminhadas dessa forma. [...] E, em outros momentos, era marcada assembléia e vinha representantes da administração discutir com a população. Aí era feito num domingo de manhã ou num sábado à tarde, mobilizava-se todas as famílias pra gente discutir aquilo que estava sendo reivindicado. O pessoal era muito mobilizado, e nesse processo de negociação é que foi se firmando a marca do União da Vitória, de mobilização na luta por direitos. (Nelson Cardoso)

Segundo esse entrevistado, independentemente da existência da associação de moradores ou das características que esta tivesse, a comunidade nunca deixou de se organizar. Embora a mobilização e a organização sejam tradição do bairro, é preciso lembrar que nem sempre os presidentes que estiveram à frente da associação representavam os interesses dos moradores de forma democrática e transparente ⁷.

Alguns problemas referentes à atuação da associação de moradores foram destacados por outros entrevistados:

A primeira luta que a gente fez no bairro foi pela moradia, depois a gente teve que brigar com aquele povo que vendia os terrenos, os barracos. Porque tem aqueles que não vêm pra pegar aquela casa pra morar, tem gente que já morou no União inteiro. A pessoa faz disso um comércio. E teve uma associação de moradores que vendeu o União da Vitória inteiro — eu até briguei com esse presidente, na época, por causa disso. O União não era pra vender, e foram vendendo os terrenos. Aquele terreno onde tem o União IV foi todo vendido por esse presidente, e, na época, estava congelado o União, porque não tinha mais estrutura pra colocar gente. Porque, quem mora aqui, está precisando morar mesmo. (Erineusa Tenório)

⁷ Algumas matérias dos jornais são ilustrativas quanto aos casos de improbidade por parte de alguns presidentes da associação de moradores. Por exemplo, em março de 1990, matéria intitulada “Especulação chega ao União”, publicada pelo Jornal de Londrina, denunciava que o bairro era um verdadeiro mercado de imóveis (ESPECULAÇÃO chega..., 1990, p. 5). Outra matéria, publicada em abril de 1996 pela Folha de Londrina, revelava que o ex-presidente da associação de moradores, Sebastião Rodrigues Furtado, estava cadastrando famílias que quisessem ocupar o terreno (BARONI, 1996, p. 5).

Fizeram um módulo policial lá em cima, mas daí entrou o Sebastião e tirou — parece que ele vendeu o terreno. O Sebastião era um presidente que tinha a malandragem pro lado dele, por isso a gente não participava muito. (Cecília Oliveira⁸)

A associação de moradores nunca teve a finalidade de representar a maioria dos moradores; ela sempre teve a finalidade de negociar os moradores do jardim União da Vitória, lá com o prefeito, com os vereadores. Os presidentes da associação de moradores sempre vendeu o povo do União da Vitória: “Lá no União da Vitória tem tantos votos. Quanto você me dá pra eu fazer sua campanha?” Era assim, entendeu? (Antonio Zerbine)

As comissões de trabalho foram criadas, num primeiro momento, para fiscalizar o trabalho da associação de moradores. Posteriormente, estas passaram a dividir tarefas. Dessa forma, a associação de moradores e as comissões mantinham, em alguns momentos, atividades paralelas; em outros, as comissões era uma das formas de condução das reivindicações e das negociações pelas demandas.

Nós funcionávamos lá [associação de moradores] na base das comissões, assim não fica restrito somente à associação e à diretoria. Eram formadas várias comissões: Comissão de Saúde, de Habitação, de Educação, e tal. E eu era coordenador da Comissão de Habitação, então eu tinha toda a autonomia para encaminhar essa negociação com a Cohab, o congelamento do bairro. Era eu que fazia este papel dentro da associação de moradores.(Edgar Campos)

Com o crescimento do bairro e o aumento das demandas sociais foram surgindo outras associações, como a associação de mulheres, entidades representativas das Igrejas e das escolas, associações de pais e mestres (APMs), o Conselho de Entidades e a associação de idosos. Contudo, a organização dos movimentos de reivindicação sempre foi mais elaborada do que a “simples” fundação das associações, e não ficava restrita a esses espaços.

⁸ Cecília Regina da Silva Oliveira é moradora do União da Vitória desde 1987; já participou associação de mulheres (na época da entrevista, não participava de nenhuma associação).

5.2 ASSOCIAÇÃO DE MULHERES UNIÃO FAZ A FORÇA

A Associação de Mulheres União Faz a Força surgiu em 1992, e sua primeira presidente foi Erineusa Tenório. Porém, segundo esta, pelo menos desde 1991 já havia um movimento no sentido de fundar a associação

De acordo com o Livro-ata da associação, em 19 de setembro de 1992 aconteceu a primeira reunião para a sua criação. Em 10 de outubro daquele ano foram registradas as duas chapas que concorreriam em sua primeira eleição, a ser realizada em 31 de outubro, na qual cento e nove mulheres votaram. A Chapa 1 foi eleita, e a diretoria foi empossada logo que se encerrou a contagem dos votos. Em 19 de dezembro do mesmo ano, a associação de mulheres se reuniu em assembléia, para discussão e aprovação de seu estatuto, que nos artigos 1º e 3º estabelece sua denominação e finalidade:

Art. 1º

A Associação de Mulheres União Faz a Força é uma entidade social, com personalidade jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, caráter filantrópico, assistencial e promocional, fundada em dez de outubro de um mil e novecentos e noventa e dois.

[...]

Art. 3º

A Associação tem por finalidade:

- a) Criar condições de participação e promoção da mulher moradora do Jardim União da Vitória, da cidade de Londrina-Pr, sem discriminação religiosa, racial, política, situação sócio-econômica;
- b) Estudar e identificar os problemas comuns que envolvem as mulheres, as crianças, adolescentes e seus familiares e levantar alternativas de ação que visem a melhoria da qualidade das condições de vida;
- c) Buscar integração junto aos demais grupos comunitários objetivando levantar as soluções dos problemas locais de forma conjunta.

Percebe-se que a associação de mulheres foi criada com o intuito de exercer papel ativo na comunidade do União da Vitória. Além dos tradicionais cursos de crochê, corte e costura e culinária, a associação se envolveu com questões bem mais contundentes e pertinentes na luta contra a discriminação de gênero, por exemplo, o combate à violência contra a mulher.

Em sua entrevista, Leonice Araújo, a atual presidente da associação, relata esse trabalho de conscientização diante da violência sofrida por mulheres:

tem muitas mulheres que sofrem violência e elas não sabem dos direitos delas, e a gente também não fica sabendo [da violência sofrida]. Teve uma mulher que apanhava do marido, e tudo o que acontecia ela corria pra minha casa. Daí eu falei: Meu Deus, de que maneira que eu vou agir com essa mulher? Mandar ela largar do marido? Mandar ela meter ele na cadeia?. Sabe o que eu fiz? Comecei a trazer ela pro nosso meio, daí ela veio e começou a gostar, começou a ver a realidade das outras mulheres, começou a ver que apanhar e levar tapas não era tudo, não. Ela viu que nós mulheres tinha força. Hoje não, quando o marido vai pra cima dela, ela fala: “Não vem não, que eu tô preparada”. Hoje ele tem medo dela. E ela dá risada.

Um exemplo do trabalho da associação foi a proposição, junto com o Caic Dolly Jess Torresin, situado nas imediações do União da Vitória, da criação, enquanto medida emergencial, do projeto Mãe Crecheira, que consiste na criação de “casas-creche” — uma em cada setor do bairro —, funcionando em horário noturno, dando suporte às mulheres do bairro que precisam trabalhar e não têm como deixar os filhos nas creches existentes na região (MORADORES têm..., 2000, p. 3).

Fica claro, portanto, que a atuação da associação não ficou limitada aos problemas circunscritos às mulheres, e, mesmo, que o problema seja específico do âmbito feminino, o modo de enfrentá-lo deve ser “holístico”, tendo suas vinculações familiares e sociais como base.

Então, é assim que a gente tem enfrentado as dificuldades da comunidade, porque a gente trabalha com todos, porque não tem como você trabalhar só com as mulheres na associação de mulheres. Nós temos que trabalhar com as famílias. Os problemas da família, essa coisa toda. Nós trabalhamos todos os tipos de problemas que surgiam lá dentro. (Erineusa Tenório)

É possível perceber também, que as lutas da associação não visam apenas a resolução de problemas ou a satisfação de demandas. Exemplo disso é o Projeto Vitória. Depois de ter participado da Oficina de Moda realizada pelo Projeto Coopa Roca⁹, do Rio de Janeiro, no

⁹ O Coopa Roca é um projeto carioca, realizado na favela da Rocinha, cujo objetivo é transformar restos de materiais em moda feminina. Sua participação no Filo se deu a partir de uma parceria entre este e o curso de Estilismo em Moda da Universidade Estadual de Londrina (VALE, 2000, p. 16)

Festival Internacional de Teatro de Londrina (Filo), em 2000 — oficina voltada para as artesãs locais com o objetivo de capacitá-las para a reciclagem de restos de materiais, confeccionando peças de moda (VALE, 2000, p. 16) — a Associação de Mulheres União Faz a Força começou a desenvolver o Projeto Pedaco de Pano, hoje denominado Vitória, em parceria com o curso de Estilismo em Moda da Universidade Estadual de Londrina. Ele deu tão certo que, em 2003, foi um dos dez vencedores do 8º Prêmio Banco Real/Universidade Solidária. Sua existência traz a perspectiva de uma vida melhor e de sustentabilidade financeira às suas participantes. Segundo a Folha de Londrina (GALÃO, 2003, p. 4).

Hoje, o grupo se alterna entre 12 e 18 mulheres, que recebem orientação uma vez por semana e confeccionam as peças em casa. As participantes agora procuram um imóvel nas proximidades do União da Vitória para construir uma oficina própria. [...] A diarista Elza Barbosa de Lima Gomes, 39 anos, há dois no projeto, afirma que a possibilidade de ser sócia numa cooperativa lhe dá perspectiva de uma vida melhor. “Meu marido está desempregado há cinco anos e faz bicos. Minhas três filhas não têm idade para trabalhar. Se a idéia der certo, vai ser maravilhoso”, relata.

Considerando o que foi apresentado, percebe-se que o perfil de luta da associação de mulheres do União da Vitória não é apenas o da reivindicação, mas também de proposição, tanto nas questões femininas quanto nas ações voltadas para a coletividade, porém sob a perspectiva feminina.

5.3 ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS DO JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA

A Associação de Idosos do Jardim União da Vitória, ou Grupo da Terceira Idade, foi criada em 2003, a partir da ruptura de um grupo informal que se reunia esporadicamente nas dependências do Caic Dolly Jess Torresin.

Aconteceu o seguinte: eu já era coordenador dos idosos num grupo que funcionava lá no Caic, e houve uma divergência no modo de conduzir o grupo entre eu e um dos coordenadores lá, e, como nós não chegamos a um acordo, eu resolvi criar o Grupo da Terceira Idade do União da Vitória. [...] E o nosso se tornou legítimo, porque ele foi feito em convocação de todos os moradores do

bairro (através de cartazes em supermercado, na padaria, no posto de saúde, nas escolas), que haveria uma eleição pra diretoria; e nessa eleição correram vários outros comigo e eu ganhei, por isso que eu estou à frente desta associação. (José Basílio)

José Basílio é o primeiro e atual presidente da associação de idosos (que se encontra registrada na Secretaria Municipal do Idoso). A criação da associação se deu num contexto em que uma série de medidas estavam sendo criadas no sentido de amparar a pessoa idosa. Tinha-se a promulgação da lei federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que criou o Estatuto do Idoso, atualizando e aprimorando a lei federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispunha sobre a Política Nacional do Idoso e criou o Conselho Nacional do Idoso. Além disso, deve-se destacar que o município de Londrina conta, entre suas secretarias, com a Secretaria do Idoso, e também com o Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos (CDMI). Deve-se ainda agregar a esta contextualização o fato de que a população idosa vem crescendo significativamente no Brasil. Aliás, “é parte de um fenômeno mundial, provocado pela conjugação entre o aumento na expectativa de vida e a queda nos índices de natalidade” (MAZZINI; GAZETA do povo, 2002, p. 9A). Só em Londrina, no período de 1994 a 2002, a população com mais de 60 anos aumentou 2,03%, e, “Na avaliação do chefe da agência do IBGE em Londrina, Alfeu Celso Campiolo, o aumento da população idosa é consequência da melhoria das condições médico-sanitárias” (ibidem). Neste sentido, destaca-se o discurso oficial da Prefeitura Municipal de Londrina, em um boletim informativo de 2003, de que o crescimento da população de idosos norteia a política municipal:

O número de pessoas com 60 anos ou mais, que vivem no município, praticamente dobrou de 1980 a 2000. Em 1980, segundo dados do IBGE, os idosos representavam apenas 5,37% da população londrinense, índice menor do que a proporção apresentada no Brasil, que era de 6,07%. Em 2000, o censo do IBGE mostrou que quase 10% da população de Londrina são idosos (41,780 pessoas), contra a média brasileira, que naquele ano ficou em torno de 8,5%. (PREFEITURA de Londrina, 2003, p. 2)

Segundo José Basílio, m outro fator mobilizador da associação, bastante significativo, é o da luta contra a discriminação ao idoso:

O idoso é, às vezes, discriminado pela sociedade, porque ele já está com os cabelos grisalhos e com rugas. E o povo só dá atenção para as mulheres bonitas, pros jovens, e o idoso vai ficando de lado. E quando nós estamos todos juntos, vai aumentando nossa auto-estima, vai acabando aquela timidez nas nossas reuniões. Os idosos têm prazer de contar suas histórias, de dançar, de passear — e assim a gente tem conseguido valorizar a nós mesmos.

As atividades da associação estão voltadas basicamente para três objetivos: a conscientização sobre saúde e vida e sobre direitos e política; as atividades múltiplas de convívio social; e o estudo bíblico (aberto a quem se interessar):

Nós debatemos todos os assuntos que são concernentes à vida, principalmente da atualidade, como Aids, sobre doenças, sobre os direitos dos cidadãos, sobre a política também. Nossas reuniões têm muitos exercícios, dinâmicas, passeios, lazer. Tem um forró muito bom, o povo gosta. Só que nós temos um trabalho espiritual também, mas todo mundo tem direito de escolha. Quem quiser fazer um estudo bíblico se separa do grupo na hora do lazer. (José Basílio)

Até a data da entrevista com José Basílio, em 2 de dezembro de 2003, o Grupo da Terceira Idade tinha 495 idosos cadastrados, com participação média, nas reuniões, de 60 pessoas (segundo o próprio entrevistado). O União da Vitória conta com uma população idosa bastante alta e com um nível de organização e mobilização, que se faz notar, principalmente pelos órgãos de gestão pública, pois, o bairro detém 70% da bolsa-idoso destinadas à região

Sul de Londrina¹⁰. A bolsa-idoso é uma lei municipal promulgada pela Prefeitura Municipal de Londrina em outubro de 2003, durante a 11ª Semana Municipal do Idoso, que destina uma bolsa de “R\$ 100,00 para cerca de 300 famílias de baixa renda que tenham um familiar idoso adoentado [...] com acompanhamento médico” (RIGI, 2003, p.2). Contudo, não se deve perder de vista que, a despeito da finalidade mais direta, notável facilmente em matérias de jornais, o objetivo maior de programas visivelmente assistencialistas é fornecer uma renda a essas famílias carentes, pois muitas delas sobrevivem com o auxílio das chamadas “políticas

10 É José Basílio quem atribui o alto índice de acesso à bolsa-idoso ao fato da população idosa do União da Vitória ser muito grande. Contudo, como veremos adiante neste trabalho, um outro fator bastante significativo no contexto mais geral dos movimentos de reivindicação, é que o nível de organização e de união das forças e vozes de cobrança, de diálogo e de protesto ocupa papel fundamental no atendimento das demandas por parte do Estado. Ou seja, quanto mais organizado e uníssono for o movimento de reivindicação e cobrança, maiores são as chances de se conseguir os objetivos almejados.

compensatórias” (como a bolsa-idoso). Assim, pode-se dizer que muitas famílias são sustentadas por seus idosos.

Um dos objetivos da associação de idosos é o de integrar os idosos, valorizá-los, com suas características e peculiaridades:

Então nós temos o nosso valor, e não vamos desprezar o tempo por causa da nossa idade, não. Por causa disso nós temos alcançado, nas nossas reuniões, objetivos positivos. Não tem nenhum idoso que vem pras nossas reuniões e diz que não gostou. Todos os idosos que vêm quer retornar, porque encontrou prazer e alegria. Então a gente se confraterniza, com aquele lanchinho gostoso, com a palestra animada, sabe? (José Basílio)

Dessa forma, a associação se caracteriza principalmente como um espaço de reflexão e de convívio de parcela da comunidade idosa do União da Vitória, visando a valorização da condição do idoso. A associação engrossa uma tendência que tem se tornado comum: a de envolver o idoso em atividades recreativas, de lazer e de convívio social, já que a terceira idade, hoje, tem um perfil diferente daquela de alguns anos atrás, em que os idosos não faziam atividade alguma, ficando entregues à inércia. Hoje, o que se vê é um idoso ativo, “antenado” com as coisas e as novidades que acontecem ao seu redor, e que estão sempre prontos a viver intensamente a sua vida. O fundamental desse resgate é demarcar o direito do idoso em vivenciar sua condição de idoso na comunidade e em suas famílias. É claro que ocorre, por conta dessas ações, um aprofundamento das relações de pertencimento do idoso em sua comunidade, bem como seu envolvimento em ações mais amplas, geralmente de secretarias municipais como as da Saúde, da Cultura, de Assistência Social e a do Idoso. Neste sentido, o idoso do União da Vitória não apenas pertence à sua comunidade como também estabelece diversas relações, ainda que sempre a partir de suas particularidades.

5.4 CONSELHO DE ENTIDADES E SERVIÇOS DO JARDIM UNIÃO DA VITÓRIA

No universo de mobilização do União da Vitória, um traço marcante é a tendência para a institucionalização dos movimentos sociais. Provavelmente, um dos ápices desse

processo foi a criação, em 1993, do Conselho de Entidades e Serviços do Jardim União da Vitória (Ceus), “uma organização de interesse público, sem fins lucrativos que congrega Entidades e Instituições Públicas com atuação predominante no Jardim União da Vitória” (Art. 1º). Conforme o artigo 2º do seu estatuto, os objetivos e finalidades do Conselho de Entidades consistem em:

- a) Reunir, incentivar, organizar e articular com moradores do bairro e entidades e serviços, para lutar em defesa de seus interesses;
- b) Lutar pela construção da Reforma Urbana como um todo, unindo forças para conquistas populares de saúde, moradia, saneamento básico, luz, água, entre outras infra-estruturas básicas e necessárias para o integral desenvolvimento do ser humano;
- c) Lutar pela construção de uma nova sociedade, buscando novas relações pessoais entre sócios e moradores, bem como em toda a sociedade;
- d) Lutar pela conquista da cidadania plena, combatendo toda e qualquer forma de violação dos direitos humanos, e qualquer forma de discriminação e preconceito;
- e) Atuar em defesa da criança e do adolescente, buscando auxiliar e propor ações para o desenvolvimento dos mesmos;
- f) Unir-se a outras entidades e movimento de defesa dos direitos de cidadania e na luta pela construção da reforma urbana;
- g) Representar os associados perante autoridades administrativas, legislativa ou judiciária, podendo para tanto, propor em nome próprio, medidas judiciais necessária a defesa dos interesses de seus associados;
- h) Realizar a publicação, veiculação e distribuição de jornais, boletins, periódicos, bem como outras cartilhas e informativos de seu interesse.

A partir das entrevistas foi possível obter informações interessantes sobre os motivos que levaram à criação do Conselho de Entidades. Seu atual presidente, Antônio Zerbine, diz que a sua criação estava atrelada à tentativa de pôr fim a uma prática que ocorria naquele período na associação de moradores, que era a do clientelismo e da venda de votos:

Os presidentes da associação de moradores sempre vendeu o povo do União da Vitória. “Lá no União da Vitória tem tantos votos, quanto você me dá pra eu fazer a sua campanha?” Era assim, entendeu? Então o Conselho de Entidades foi criado para acabar com isso, pra moralizar um pouco, pros sujeitos não irem trocando votos a troco de muletas, pernas de pau, essas coisas.

A fala de Zerbine é bastante ilustrativa sobre os casos de clientelismo existentes no bairro, pois evidencia o modo como alguns presidentes da associação de moradores se relacionavam com a população do União da Vitória e com os políticos interessados em angariar votos. Em linhas gerais, a preocupação não era com os interesses e demandas da coletividade nem com a necessidade de conscientização político-social da comunidade ou com a construção de espaços públicos — no sentido já explanado anteriormente. A comunidade era tratada como algo a ser vendido, ou seja, como moeda de troca; a relação entre sociedade e Estado se reduzia a um mercado. O que facilitava, e muito, manobras dissimuladas de dominação da comunidade, bem como dificultava a construção da cidadania. Neste sentido, é significativa a caracterização de clientelismo feita por Matos (1997, p.62):

Na relação clientelística ocorre o que podemos denominar de escamoteamento ou invisibilidade do caráter de dominação. Dito de outro modo, tudo se passa como se fosse uma “*troca legítima de favores*” (GASPAROTO, 1991). E, neste sentido, o clientelismo político dificulta a criação de um ‘espírito’ de cidadania, pois o compromisso é percebido como uma relação de pessoa a pessoa, descaracterizando as noções de direitos fundamentais. É, pois, segundo esta lógica que o clientelismo é utilizado como estratégia, pelos eleitores, para acessarem mais facilmente aos bens e serviços públicos ou não. E, de outro lado, da parte dos candidatos à eleição, esta forma de dominação política pode garantir um determinado número de apoiantes, a fim de assegurar a vitória eleitoral. (grifos da autora)

Outros entrevistados também apontaram motivos que levaram à criação do Conselho de Entidades. Segundo Erineusa Tenório, ele foi criado “pra poder balancear os poderes no bairro” — o que sugere a idéia de que havia, naquela ocasião, forças e até movimentos antagônicos, não tanto em seus objetivos, mas na condução das atividades que deveriam ser utilizadas para o cumprimento dos objetivos. Ou seja, é possível afirmar que a razão de ser do Conselho de Entidades, num primeiro momento, era unificar as forças em prol de causas comuns.

Nelson Cardoso, além de falar sobre o motivo pelo qual foi criado o Conselho de Entidades, referiu-se ao contexto nacional daquele momento como propício para a criação de espaços institucionalizados:

Agora nós já estamos falando de 91, 92, 93, daí começou a surgir espaços de participação, e esses espaços de participação tinham sido aprovados na Constituinte. A questão da formação dos conselhos, da participação em

conselhos. Assim, não ficava só no campo da reivindicação, mas também de elaboração, de participar de projetos e de programas. Aí, nessa época, em 91, nós criamos o Consul [...] ali a gente já começou a participar de forma articulada, buscando melhorias não só para o jardim União da Vitória mas melhorias que poderiam estar contemplando a região. E, assim, saindo da esfera só da reivindicação, mas elaborando, fazendo parcerias e buscando em instâncias que não era só o governo municipal, mas estadual e federal. E nesse momento também houve a Primeira Conferência da Assistência Social. Nós tínhamos sempre aquela questão do político levando macarrão, explorando eleitoralmente a população, que era uma coisa que a gente combatia. Então, quando a gente ouviu, ficou sabendo da Loas [Lei Orgânica da Assistência Social] dessa lei da assistência, dessa coisa toda, a gente buscou aprofundar e participar disso também. E, daí, participamos da Primeira Conferência da Assistência Social. Isso tudo, trouxe pro União da Vitória a necessidade de se organizar de uma forma mais ampla. Aí também nós criamos o nosso conselho, o Conselho de Entidades do jardim União da Vitória, entre 93 e 94.

Sua fala ilustra a idéia do combate às práticas clientelistas (“Nós tínhamos sempre aquela questão do político levando macarrão...”), e evidencia em que contexto se fez possível a criação do Conselho de Entidades, vinculando-a, inclusive, a um contexto histórico mais amplo da democratização do Brasil. Mostra, também, a institucionalização dos movimentos populares em geral, uma vez que se trata de superar o nível das manifestações por cobranças de melhorias ou de satisfação de demandas para atingir outras modalidades de atuação, de natureza mais propositiva, como projetos e programas que atendam os anseios da comunidade. Porém, ela aponta o entendimento de que a única possibilidade de ação propositiva é aquela estabelecida e regulamentada pelos mecanismos legais. Aliás, num outro momento da entrevista, Nelson Cardoso sugere algo nessa mesma linha:

a gente soube, na minha avaliação, aproveitar muito bem desses espaços, seja do Consul, seja do Conselho da Assistência, seja do Orçamento Participativo. A gente soube trabalhar essa questão com aquilo que a gente tinha de reivindicação de demandas. Foi a forma que a gente tinha, naquele momento, de garantir. Daí não adiantava mais só o protesto, ocupar a prefeitura e tal. Surgiram canais de participação, e a gente, participando do Conselho de Assistência, participando do Orçamento Participativo, participando do Conselho Municipal de Habitação, conseguiu levar as nossas demandas.

Sem dúvida, esses mecanismos têm se mostrado muito profícuos no cumprimento de sua meta geral, a saber, a de lutar pela construção de espaços de exercício de

cidadania e de autonomia. Entretanto, deve-se perguntar se de algum modo essa institucionalização dos movimentos sociais tem alguma vinculação com o processo de desaceleração e, até mesmo, como defendem alguns teóricos¹¹, de arrefecimento dos movimentos.

Outro fato marcante é que Nelson Cardoso assume um tom mais formal e institucionalizado. Sua fala se detém no contexto nacional da organização e na nova polarização dos movimentos sociais, mas não explicita os motivos que levaram a comunidade do União da Vitória a optar pela institucionalização do Conselho de Entidades, o qual buscava congregar os esforços coletivos que se encontravam difusos nas associações. No entanto, ao ser entrevistado em um trabalho que discute o Conselho de Entidades e Serviços do União da Vitória, realizado por SILVA (2002), Nelson Cardoso faz observações mais reveladoras a respeito da criação do Conselho, que apontam para vinculações escusas, principalmente da então presidência da associação de moradores, com políticos e grupos criminosos:

Havia se montado no bairro uma associação de moradores, que não era de lutar pelos interesses da maioria... era uma associação extremamente dependente do poder público, que não somava para a comunidade, na verdade o presidente estava mais preocupado em manter relações com a prefeitura do que com interesse do bairro... [...] Para se ter uma idéia de como eram as relações e as resistências neste momento, a associação de moradores estava assim: o tesoureiro era um traficante, muito temido dentro do bairro, a filha do presidente era a secretária da associação e sua esposa a vice-presidente... então ele tinha totalmente o controle da situação, pois estava tudo centralizado em suas mãos [...] Houve um momento que o Conselho de Entidades foi necessário precisávamos de um poder não centralizado em uma única pessoa, um poder bom que viria acrescentar coisas para a comunidade como um todo... (apud SILVA, 2000, p. 34; 39)

De qualquer forma, pode-se sintetizar os motivos que levaram à criação do Conselho de Entidades. Em nível nacional, tem-se a Constituinte e a promulgação da Carta Magna vigente, com efeitos na democratização do país, uma vez que municia os movimentos sociais com respaldos legais. Ocorre, no início da década de 90, uma série de eventos em Londrina, os quais, em maior ou menor medida, capacitaram várias pessoas diretamente envolvidas na direção dos movimentos sociais da cidade. O União da Vitória já apresentava,

¹¹ Por exemplo, Gohn (2003).

desde seu surgimento, um perfil de organização e mobilização sociais, que se materializou principalmente com as suas associações. Contudo, enfrentava sérios problemas, principalmente de clientelismo e má condução na associação de moradores — que era a associação mais em evidência daquela comunidade, porém impedia a congregação de esforços e uma efetiva unificação dos movimentos do bairro.

Deve-se acrescentar que o ímpeto de resolução dos problemas apresentados quando da sua criação implicou na congregação dos esforços coletivos, representados pelas associações e pelas instituições religiosas. Neste sentido, o Conselho se inicia com nove entidades e, atualmente, integra quatorze associações e serviços.

Em linhas gerais, as mobilizações do bairro tendem à institucionalização, o que não significa que os movimentos de mobilização social atuassem de forma unívoca. Ao contrário, muitas vezes essas ações pareciam duplicadas e, por conta disso, conflitantes, como fica claro neste depoimento.

Tinha a associação de mulheres e a associação de moradores, uma trabalhando de um lado e a outra trabalhando de outro. A associação de moradores é muito tranqüila, ela não consegue, ela tem, na verdade, muita sorte, porque a gente luta, busca e eles inauguram. E digo: “Não tem importância, o importante é a gente ter”. Quando a associação de mulheres pára, a associação de moradores também pára. Isso é ruim, só duas vezes nós trabalhamos juntos. (Erineusa Tenório)

Isso não quer dizer que não houvesse capacidade de aglutinação de forças por parte das associações existentes. Várias falas apontam para convergência nas lutas, quando se destinam para a realização do bem comum:

Olha, na hora que a gente trabalha para o bem comum, a gente sempre se une. Inclusive, quando eu bato chapa com o meu grupo, a iniciativa é minha, não é deles; por não concordar, algumas idéias políticas que não bate. Mas tem momento que as diferenças ficam de lado e se junta todo mundo em torno do bem comum. Sempre a gente faz isso: na hora que é pra gente estar reivindicando as melhorias pro bairro, na hora de fazer uma festa. (Erineusa Tenório)

[União] De todo mundo? Acho que é quando diz respeito à melhoria, entendeu? Se tem uma reunião que é para melhorar o bairro, a comunidade vai atrás. Eu acho que nessas horas as pessoas se unem mais. Porque a gente vê que é para o bem de todos, então junta um pouquinho ali, dali a pouco forma um monte de gente junto entendeu? Vê o acontecimento e vai juntando. (Cleusa Ferreira)

Na época que não tinha asfalto, rede de esgoto, nesses momentos de necessidade a comunidade toda se unia. Se é pra melhoria do bairro, todo mundo vai. (Nilson Garcia)

Eu já vi o povo se reunindo pra fazer melhorias no bairro, eu já vi os moradores protestando por algum objetivo, já vi muitas vezes. Porque o povo do União da Vitória sabe como lutar pra conquistar o que é bom pro bairro. (Paulo Azevedo)
Quando você fala pro povo que tem que se reunir pra conquistar alguma coisa pro bairro, é só você procurar que você encontra um monte de gente que quer estar junto na batalha. (Irene Galdino)

O bem público, ou bem comum, é almejado por todos. E, para a sua consecução, muitas vezes é necessário abrir mão de interesses e objetivos privados, quer os indivíduos, quer as associações. Assim, o que sobressai nessas falas é exatamente a tendência para a realização daquelas demandas, daqueles valores que ganham significado relevante para a comunidade. Isso é muito marcante ao menos em duas modalidades de ação coletiva, bem típicas do União da Vitória: as mobilizações para sanar as demandas sociais e as mobilizações comemorativas do aniversário do bairro. Essas mobilizações constroem o bairro inclusive no sentido simbólico.

Em poucas palavras, coexistem movimentos tanto no sentido do conflito entre as forças quanto no de coesão e de união das mesmas. No entanto, não se pode perder de vista que essa coexistência pauta-se por momentos de maior polarização, num sentido ou no outro. Ora o momento é de coesão e união de forças; ora é marcado pelo conflito, pela divergência, pelo desequilíbrio de forças e pelo antagonismo entre lideranças, entre associações e, até mesmo, entre associações e o Conselho. Como exemplo, pode-se destacar o conflito entre o Conselho de Entidades e a associação de moradores nesta última gestão (2003-2004).

É sempre dito que o objetivo do Conselho de Entidades seria chamar as entidades organizadas pra uma reunião quando se tivesse um problema em comum ou um problema com entidade, pra tentar resolver, mas todas às vezes que se reúne, o Conselho só quer impor, ele não ouve. Principalmente a associação de moradores, representada hoje por nós. Então, não temos espaço, nós num é muito aceito. Quando eu reclamei do aniversário do bairro coisa e tal, foi simplesmente colocado para mim que as propostas eram aquelas, se eu aceitasse, muito bem, ou que então eu me retirasse. Então, quer dizer que o que se prega não é feito. O que se prega é que o Conselho tem de conciliar todos os interesses, conciliar uma entidade com outra, e isso não aconteceu. Se a associação de moradores é a que o povo todo participa, vota, é a que deve ter mais força, e parece que num existe, né? Então, fica difícil. (Nilson Garcia)

Ao que parece, o conflito ganhou sua maior proporção na festa dos dezoito anos do bairro, que foi realizada pelo Conselho de Cultura — segundo Erineusa, sua presidente naquele momento (2003) —, na medida em que não foi possível chegar a um consenso sobre a divisão de tarefas e o apoio mútuo entre o Conselho de Entidades e a associação de moradores, apesar das tentativas de intermediação feitas pelo Conselho de Cultura.

É possível refazer os passos que levaram a esse desfecho. Houve um pacto tácito entre as lideranças atuantes na Igreja católica e as lideranças envolvidas com os movimentos sociais com alguma vinculação político-partidária, especialmente com o PT, visando garantir a alternância nos cargos de condução das associações, de tal modo que sempre fossem conduzidas por pessoas vinculadas, direta ou indiretamente, ao mesmo grupo. Tanto é assim que, naquele momento, Dirceu Fumagalli era o padre que atuava no União da Vitória, o qual, nesta gestão de Nedson Micheleti, ocupou a Secretaria de Meio Ambiente. De um modo ou de outro, a alternância era apenas uma forma de garantir a permanência das mesmas linhas de direção, como também sugere Edgar Campos:

Na época, a gente tinha um problema aqui, com o Sebastião. A Igreja católica toda vida trabalhou contra as injustiças, contra as coisas que prejudicam a população, assim como as Igrejas evangélicas e assim como nós também. Então, eles sempre defenderam isso. Quanto tinha lideranças aqui no União da Vitória, que surgiram desde da década de 70, a gente conseguia fazer essa parceria. Se eu não quero injustiça e você também não quer, então junte-se a nós. Se você tem um segmento mais articulado com você e outro é mais articulado comigo, cada um vai querer pro seu lado e nós vamos rachar. Então decidimos fazer o seguinte: na questão de eleições de bairro, num ano sai uma indicação de pessoas que está atuando dentro da Igreja católica e na outra sai pessoas do movimento comunitário, porque daí cerca todo mundo. Foi só pra gente estabelecer uma forma de crescimento. Daí surgiu o Conselho de Entidades, surgiu tudo isso, na época que era o padre Dirceu. Então, o padre Dirceu sempre foi uma pessoa muito envolvida com a questão social [...] Então a gente tinha esse compromisso de fazer isso juntos e ir crescendo o grupo junto. Agora há pouco tempo trocou o padre, e algumas lideranças da Igreja católica decidiram fazer de outra forma. Decidiram disputar a eleição contra a gente (já ficaram até com o apoio do Belinati). Então, na verdade saiu muito da linha que eles tinham com a gente, e nós continuamos na nossa. Portanto, quando terminou o meu mandato, que foi em 1998, aí nós apoiamos uma pessoa que era da Igreja católica, que era o Paulão. Mas foi numa época que tinha uma rivalidade muito grande do Belinati, José Janene com o pessoal nosso, que estava crescendo a cada momento. Eu estou falando do nosso grupo, que era o Nedson, o André Vargas, com o nosso agrupamento político.

Essas polarizações se davam não só por conta de pactos como o identificado acima. Nas entrevistas aparecem outros aspectos implicados naquelas polarizações, como as vinculações político-partidárias¹², as religiosas e os traços personalistas ou “carismáticos” das lideranças entrevistadas, e que davam o modo de condução e caracterizavam, muitas vezes, as estratégias de luta.

A institucionalização da participação através do Conselho de Entidades tem sido permeada por dificuldades decorrentes da heterogeneidade dos grupos associativos do bairro, a saber: associação de moradores, de mulheres, de idosos, de esporte, conselho de cultura e organizações religiosas e educacionais. Isso, porém não tem impedido a condução dos interesses coletivos do bairro. A interlocução entre as partes se fará necessária enquanto aprendizado político e na garantia no atendimento de suas demandas.

5.5 PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES: INSTRUMENTO FUNDAMENTAL DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Ao longo deste trabalho buscou-se identificar em que medida esse perfil de luta do União da Vitória se faz essencial na conscientização e no amadurecimento sóciopolítico dos seus moradores. Foi possível perceber referências comuns nas falas dos entrevistados, que podem ser sintetizadas em três grandes aspectos: primeiro, que o envolvimento nas lutas do bairro e a participação nas novas formas de regulação democráticas, isto é, as novas esferas públicas instituídas no Brasil, refletiram na capacitação das lideranças entrevistadas; segundo, que a atuação nas organizações coletivas fomenta a conscientização política, o que pode ser sentida na negação de práticas clientelistas e na capacidade de articulação dos sujeitos coletivos. E por último, que a experiência de participação popular apresentou-se como campo fértil para o reconhecimento do direito a ter direitos, exercitado no cotidiano e expresso nos espaços públicos institucionalizados.

12 A fala do Edgar é uma das mais taxativas, mas não é a única. Existem as que evidenciam vinculações com outros grupos partidários ou que apontam, de uma forma pouco clara, para as “convicções” dos entrevistados que ora apoiavam um, ora apoiavam outro candidato político. Além disso, não se pode esquecer que um dos entrevistados, Nelson Cardoso, não só é filiado a um partido como foi vereador neste ano de 2004.

Os movimentos populares, algumas vezes em parceria com o poder público, oferecem uma ampla rede de capacitação e formação que promove a troca de conhecimento e experiências comunitárias, e isso tem contribuído para o aprendizado político de alguns moradores do bairro:

Eu fui coordenador do ProUNI e a partir desse projeto eu tive a felicidade de conhecer outros países. Eu conheci a Nicarágua, o Peru, conheci o pessoal do México, da Bolívia, um pessoal que faz uma luta parecida com a nossa. [...] Foi uma experiência fantástica, deu pra fazer uma comparação: se você acha que a saúde é ruim aqui no Brasil e você vai num lugar onde tudo é pago, onde a exclusão é bárbara, você percebe que o Brasil é 80% mais adiantado. Visitei lugares que não tem nenhuma organização comunitária e nem universidades, mas o projeto tá ajudando nessa conscientização. (Edgar Campos)

Fiquei mais de dois anos fazendo uma vez por mês um curso de capacitação na Secretaria Municipal do Idoso. Hoje eu conheço todos os direitos dos idosos e agora com o estatuto eu creio que tenho capacidade pra estar no cargo que eu estou ocupando, mas quem pode dizer isso melhor do que eu é quem participa. (José Basílio)

Então, a foi através desses processos, dessas participações, dessas informações que a tinha conseguido através da troca de experiência em eventos municipais, estaduais e federais que a gente foi encaminhando nossas reivindicações, lutando pelas demandas reprimidas do União da Vitória. (Nelson Cardoso)

Essas falas evidenciam que a experiência de mobilização social do Jardim União da Vitória, traz grandes avanços para quem dela participa ativamente, como por exemplo: a possibilidade de as pessoas envolvidas poderem adquirir conhecimentos, não apenas no sentido de uma educação formal — que também acontece, como colocou Nelson Cardoso (“tenho hoje um grau de escolaridade melhor”) —, mas também a oportunidade de participar de cursos de capacitação os mais variados, como, os de capacitação política, feito por Erineusa (“Eu sou formada politicamente pelo Roberto Freire, nós trabalhamos muito juntos, em comunidades”), ou em outros, promovidos pelas secretarias municipais, como os freqüentados, por José Basílio — o que, acredita ele, o tornou preparado para assumir a frente da associação de idosos. Além das promoções de intercâmbio patrocinadas pelo ProUNI entre os líderes comunitários de vários países, experiência vivida pelo coordenador do projeto no bairro, Edgar Campos.

Numa outra perspectiva pode-se interpretar o envolvimento dos moradores nos movimentos populares e as experiências vivenciadas através das diversas arenas e dos

instrumentos de participação política como um processo de aprendizado dos conflitos do espaço urbano e a conseqüente percepção da importância da política do cotidiano e sua estreita relação com as arenas políticas institucionalizadas. Nesse sentido, as falas a seguir são reveladoras:

Hoje eu consigo entender o que acontece no meu dia-a-dia, na minha casa, no meu bairro, no meu país, na minha cidade e no mundo. Hoje eu entendo por que essas coisas acontecem, por que existe tanta desigualdade. [...] Então eu consigo entender essa realidade, e vou tentando, em cada espaço que eu esteja, ir fazendo alguma coisa pra transformar essa realidade, que eu acho perversa, que castiga a maioria do povo e que precisa ser transformada. (Nelson Cardoso)

[...] Quando eu cheguei aqui, eu vi o Nelson e o Tatu reclamando num bar, eu sentei e começamos a reclamar juntos. No outro dia, nós estava reclamando de novo. No terceiro dia nós estávamos falando mal do Collor, era a época do Collor. E ai virou uma rotina, todo dia nós discutia alguma coisa sobre o bairro ou sobre a política do país. Quando nós pensou que não, nós já estava discutindo coisas da associação e montando uma chapa de oposição.

Uma grande parte da comunidade não se vende pelas ofertas dos políticos. Nós reivindicamos os direitos que a comunidade tem, e isso faz a diferença. A comunidade, de modo geral, está mais esperta, por exemplo: teve um candidato que montou um consultório de dentista aqui no União da Vitória, mas mesmo assim em todas as Conferências de Saúde, os moradores iam lá reivindicar dentista para o posto de saúde. E isso não é à toa. Eu acho que isso é reflexo dessas sementes que a gente vem plantando ao longo do tempo. Algumas pessoas vão ficando mais esclarecidas. Tem crianças que hoje já estão discutindo essas questões de políticas públicas, de cidadania, melhor do que eu. (Antônio Zerbine)

O meu envolvimento com os movimentos sociais trouxe conhecimento político. Na associação dos idosos nós tentamos conscientizar [os participantes] sobre todos os aspectos: sobre doenças, sobre a dengue e até sobre drogas. Conscientizamos sobre todos os direitos civis que as pessoas precisam conhecer e correr atrás, como do INSS, dos documentos para a aposentadoria [...] A política é a razão de viver de qualquer cidadão. O cidadão que não faz política não é um bom cidadão. A política nós temos que fazer nos 365 dias do ano, constantemente, não é só visando às eleições, mas é visando os problemas da comunidade. (José Basílio)

Quando se tem um conselho com as entidades organizadas você tem mais facilidade pra discutir, pra cobrar, porque é diferente uma pessoa sair daqui e chegar na prefeitura e dizer que é preciso tapar um buraco aqui no União. Agora quando você está articulado, quem está no poder sabe que a reivindicação é em nome da comunidade e a pressão é maior. (João Batista)

Por fim, é possível sustentar que o envolvimento nos movimentos sociais, expresso na vida política do bairro, também é um espaço de conscientização dos direitos de cidadania:

Quando comecei atuar na comunidade, eu tinha um pensamento egoísta, achava que as coisas tinham que dar certo pra mim, tinha uma concepção individualista e tal. Mas com o tempo a gente foi aprendendo que a luta popular é um exercício difícil, é complicado você aceitar que a opinião dos outros é melhor do que a sua, principalmente quando você está convencido que ela é boa. Hoje penso diferente: se você pegar aquela proposta e ajudar a melhorá-la todo mundo vai crescer junto, todo mundo ganha. É pra isso que existe reunião com várias pessoas, é assim, discutindo o que é melhor pro bairro, que se faz política. (Edgar Campos)

Eu gosto de participar porque a gente aprende tanta coisa. A gente se entusiasma para lutar pelas coisas. Hoje, se eu precisar de alguma coisa, procuro o presidente do bairro, falo com quem tiver que falar. [...] então a gente fica mais esperta, porque sabe onde procurar. Se for preciso a gente vai atrás de um político pedir para ele se empenhar mais naqueles problemas. Eu vejo a diferença, a cabeça muda. (Eridan Gomes)

O que deixou de importante foi isso: que antes a gente achava que as coisas acontecia, você esperava. E hoje, não. Hoje eu vejo que as coisas acontecem se você buscar, se você for atrás, se você lutar. [...] hoje a gente vê que tudo o que foi conseguido, não foi porque veio de mão beijada, [foi] porque teve luta, porque a gente foi atrás. (Cleuza Ferreira)

Até então eu era uma pessoa que tinha vindo do sítio, eu tinha conhecimento em carpir mato lá na roça, mas a partir do momento que você vem pra cidade e você vê a necessidade, aí você se envolve. Eu cresci muito com isso, você passa a conhecer a necessidade das pessoas, você se identifica com as necessidades dos outros. A minha necessidade de ter asfalto era a necessidade da minha vizinha do União III e do IV também. Então porque eu ia lutar só pelo meu espaço se eu ando também no espaço dos outros? Lutar é gratificante, mas é muito mais gratificante você ver aquilo realizado. A gente continua lutando pela rede de esgoto pras pessoas que ainda não conseguiu, estamos lutando por quem não tem luz. A luta não acaba nunca. (Maria da Paz)

A luta dos moradores do União da Vitória é muito simples, é a luta do dia-a-dia. Foi a partir das necessidades que a gente aprendeu a lutar. A nossa luta aqui serviu pra gente mostrar que a gente é gente e que a gente existe. Nos trabalhos desses anos todos aprendemos que nós temos direitos e que Deus nunca mandou nenhum filho dele pra ser infeliz, pra ser humilhado por ninguém. Hoje do jeito que eu tiver no tanque, se eu tiver que falar com seu doutor não sei das quantas, eu não ligo, porque ele é igual a nós. (Erineusa Tenório)

Trata-se, seguramente, não de uma conscientização terminada, pronta, mas de uma conscientização que ainda está em curso, que continua a se fazer. Em vários momentos das

entrevistas foi possível identificar falas que apontavam na direção de uma maior conscientização do direito a ter direitos; e, no mesmo contexto, apresentava aspectos ligados a práticas clientelistas, ou de pouca clareza do papel do entrevistado nas lutas das quais participou, ou mesmo de uma certa ingenuidade ou romantismo em certas respostas (que, em alguns momentos, beiravam a estratégias evasivas diante das perguntas). A fala a seguir permite uma aproximação com o quadro esboçado sobre os limites e os avanços da conscientização da participação popular e seu poder de transformação da realidade social.

Quem participa mais ativamente, conseguiu ampliar os horizontes mais do que a população de forma geral. Hoje vamos dizer que no jardim União da Vitória, no meu cálculo, eu analiso em torno de 40% das famílias tem uma visão assim que as coisas se dão através da participação, da organização, da discussão e tem um grande número que ainda espera do poder público. Então nós avançamos muito, mas eu avalio que a gente ainda não tem a maioria que sabe da importância da gente ir pras conferências, mas estamos no caminho certo. (Nelson Cardoso)

Essas três caracterizações descritas demonstram a peculiaridade dos movimentos sociais realizados no União da Vitória e seus conseqüentes desdobramentos no processo de politização da comunidade em geral. Contudo, é preciso, pois, reconhecer a existência de diferentes graus de conscientização dos direitos de cidadania, e isso se faz compreensível na medida em que, admiti-se que nem todos os moradores entrevistados vivenciaram as mesmas experiências, sobretudo quando analisado o grau de envolvimento em cada etapa histórica do bairro. Uns ficaram somente no nível de participação esporádica, por lutas pontuais, outros aperfeiçoaram as formas de articulação e representação dos interesses da comunidade, ao ocuparem as associações do bairro, outros tiveram experiências partidárias e alguns ocuparam cargos públicos. Há ainda que se levar em conta que o amadurecimento político e o desenvolvimento da noção de participação embora estabelecidos socialmente, dependem em grande parte das atitudes individuais com seus vícios e virtudes.

Todavia, é imprescindível salientarmos que a noção do direito a ter direitos é um processo em aberto, principalmente se levarmos em consideração o histórico autoritário e excludente da cultura política brasileira. Nesse sentido, os indícios observados ao longo da pesquisa deixam transparecer a permanente possibilidade da construção da educação para a cidadania enquanto afirmação de direitos. E isto configura um desafio que precisa ser superado para ampliar cada vez mais o envolvimento dos sujeitos coletivos nas arenas políticas da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão norteadora do trabalho foi verificar se um bairro com características tão marcantes em termos de organização popular, e com conquistas significativas, teria alcançado a conscientização do direito a ter direitos, ou seja, se os moradores do lugar teriam apreendido o sentido da política.

O que se pode afirmar em resposta é que os moradores do União aprenderam a lutar lutando, até porque a luta se constitui, em suas vidas, no principal instrumento capaz de transformá-la, transformando, ao mesmo tempo, sua compreensão sobre os espaços públicos e as relações estabelecidas com a cidade. Isso deu novo sentido e significado às suas práticas, como pode ser confirmado em vários depoimentos destacados no trabalho.

Sob o signo da contestação e da pressão política, o jardim União da Vitória conseguiu sair da condição de “favela” para a de bairro, marcando o cenário urbano londrinense e tornando-se referência para outros. As mobilizações populares conduzidas pelos moradores, especialmente àquelas que buscavam acabar com a discriminação e melhorar a qualidade do serviço de transporte coletivo, constituíram-se em exemplos de luta pelo direito a ter direitos. Destacadamente, nesses episódios, o que se teve foi à luta dos moradores da periferia pelo direito de terem sua “identidade” respeitada, sua liberdade de ir e vir assegurada, a fim de que pudessem integrar-se à cidade, reduzindo as barreiras que os mantém as margens dos bens e serviços de consumo coletivo inerentes a uma verdadeira condição de cidadania.

Entretanto, as mobilizações dos moradores, através de campanhas pela paz, de promoções festivas e a audiência pública, por mais que tenham efetivamente contribuído para amenizar a imagem “negativa” do bairro, não conseguiram destruir totalmente o preconceito imposto pela representação social do lugar de moradia que reforça a estigmatização das comunidades onde se concentram os segmentos mais fragilizados economicamente.

Sem refutar a idéia de que a periferia é lugar por excelência de práticas clientelistas, visto que estas práticas ainda estão presentes no interior das associações e nas relações cotidianas, buscou-se verificar em que medida essas mesmas práticas são negadas no bairro, e constatou-se que existe uma forte consciência de que o governo e os políticos não lhes

garantem, sem pressão, o atendimento de suas necessidades em termos de políticas públicas básicas.

Assim, pode-se afirmar que as conquistas decorrentes da mobilização dos moradores pela garantia dos seus direitos foram bastante significativas para a comunidade como um todo, e também para as pessoas que participaram efetivamente do processo, em especial as lideranças, que tiveram a oportunidade de ampliar seus horizontes intelectuais e políticos.

Embora muitas das lutas dos moradores tenham se apresentado pontuais e fragmentárias num primeiro momento estas acabaram ganhando, ao longo do processo, uma nova dimensão política, à medida que os vários movimentos do bairro foram se articulando e ocupando os espaços públicos como os conselhos, o orçamento participativo e as conferências, suas ações passaram a ser mais propositivas do que reivindicativas.

Essas mudanças refletem uma certa alteração nos antigos moldes da atuação da comunidade, antes caracterizada por laços de proximidade e confiança com as lideranças, através de constantes consultas e reuniões para as mais diversas deliberações, que passa a ser agora, basicamente exercida nos conselhos e conferências. Por outro lado, esse novo modelo de representação, marcado pelos pressupostos da participação serve para publicizar ainda mais os conflitos e as demandas, bem como para ampliar os papéis consultivos e deliberativos enquanto meio de enriquecer a participação dos cidadãos nos negócios públicos.

O aprendizado sobre as múltiplas formas de participação continua em curso e a presença do Conselho de Entidades, constitui-se em um importante espaço público no bairro, ainda que permeado por contradições e ambigüidades, mas que tem seguramente condições de contribuir para a construção de uma comunidade mais ativa e propositiva.

Por fim, admitindo-se a coexistência de múltiplas práticas políticas, numa sociedade que se quer plural e democrática, é possível concluir que o Jardim União da Vitória é palco profícuo desse jogo que permeia e movimenta a vida em sociedade. Ali se exercita a democracia, na luta cotidiana por dignidade, pela participação no “mapa” da cidade e da cidadania.

REFERÊNCIAS

ACAMPADOS saem à força. *Folha de Londrina*, Londrina, 29 ago. 1985, p. 1.

ADIADA decisão sobre despejo das famílias acampadas em área da Cohab. *Folha de Londrina*, Londrina, 24 ago. 1985, p. 4.

AGORA sem-teto querem casa. *Folha de Londrina*, Londrina, 18 fev. 1989, p. 5.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. [s. l.]: Práxis, 1996.

ANTUNES, Ricardo (Org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 1997.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

ARENDT, Hannah. *O que é Política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

AVRITZER, Leonardo. O orçamento participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARONI, Célia. Mecânico cadastra famílias para ocupar terreno. *Folha de Londrina*, Londrina, 12 abr. 1996, p. 5.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. *O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política em construção*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BELINATI acusado de entregar títulos sem valor. *Folha de Londrina*, Londrina, 5 dez. 1990, p. 6.

BELINATI entrega 1.800 títulos de propriedade. *Folha de Londrina*, Londrina, 30 set. 1990, p.15.

BENEVIDES, Maria Vitória. *A cidadania ativa*. São Paulo: Ática, 1991.

BOFF, Leonardo. *A teologia da libertação*. São Paulo: Ática, 1996.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação liberdade/FAPESP, 1998. 129

CALDEIRA, Teresa. P. R. *Cidade de muros: crimes, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed.34/Edusp, 2000.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; LANIADO, Ruthy Nadia. *A sociedade dos fatos consumados: ação direta, movimentos sociais e cidadania*. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; BARREIRA, Irllys Alencar F. (Orgs.). *Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAUI, Marilena. Prefácio. In: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CHEIDA afirma: participação popular deve ser mantida. *Jornal de Londrina*, Londrina, 30 jun. 1996, p. 3A.

CHEIDA anuncia a licitação de linhas. *Jornal de Londrina*, Londrina, 17 nov.1995, p. 4.

COHAB decide hoje sorte das 15 famílias acampadas. *Folha de Londrina*, Londrina, 23 ago. 1985, p. 4.

COHAB e acampados ainda não chegaram a um acordo. *Folha de Londrina*, Londrina, 27 ago. 1985, p. 4.

COHAB garante que favelados não permanecerão na área invadida. *Folha de Londrina*, Londrina, 20 ago. 1985, p. 4. 130

COHAB pode usar força policial para retirar favelados. Folha de Londrina, Londrina, 21 ago. 1985, p. 1; p. 4.

COM a terra preparada, os favelados só esperam chuva. Folha de Londrina, Londrina, 18 out. 1985, p. 4.

COUTO, Berenice R. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

CUNHA, Fábio C. A. Produção do espaço urbano - zona sul de Londrina. Monografia, Dep. de Geociências, Universidade Estadual de Londrina, 1991.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.). Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAMATTA, Roberto. A casa & a rua. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DESPEJO de favelados deve ser executado hoje. Folha de Londrina, Londrina, 28 ago. 1985, p. 4.

EMPREGADORES rejeitam pessoas da periferia. Jornal de Londrina, Londrina, 19 mar, 2000.

ESPECULAÇÃO chega ao União. Jornal de Londrina, Londrina, 14 mar. 1990, p. 5.

ESTÁ cada vez mais difícil alugar imóvel em Londrina. Folha de Londrina, Londrina, 24 fev. 1998, p. 5.

ESTATUTO Social: Associação de Mulheres União Faz a Força. Lei no.5.766, de 24 de maio de 1994. Londrina, 1994. Material impresso. 131

ESTATUTO Social: Conselho de Entidades e Serviços do Jardim União da Vitória. 1993.(s/registro). Material impresso.

FALTA lei para doações no União da Vitória. Jornal de Londrina, Londrina, 25 ago. 1989, p. 5.

FALTAM 40 mil casas em Londrina. Folha de Londrina, Londrina, 27 jan. 1989, p. 4.

FAMÍLIAS despejadas passam fome. Folha de Londrina, Londrina, 25 set. 1988, p. 6.

FAMÍLIAS expulsas pela Cohab acampam perto da prefeitura. Folha de Londrina, Londrina, 30 ago. 1985, p. 4.

FAVELADOS ASSINAM contrato e já podem plantar no terreno da Cohab. Folha de Londrina, Londrina, 4 out. 1985, p. 5.

FAVELADOS invadem prefeitura em protesto contra despejo. Folha de Londrina, Londrina, 24 set. 1988, p. 5.

FAVELADOS ocupam terreno cedido pela prefeitura. Folha de Londrina, Londrina, 19 out. 1988, p. 4.

FAVELADOS podem ser despejados novamente. Folha de Londrina, Londrina, 5 out. 1985, p. 4.

GALÃO, Fábio. Mulheres do União da Vitória ganham prêmio nacional. Folha de Londrina, Londrina, 18 jul. 2003, p. 4.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e luta pela moradia. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. Revista Mediações, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan/jun., 2000a. 132

_____. Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade brasileira na era da globalização. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000b.

_____. Movimentos sociais no início do século XXI. Petrópolis: Vozes, 2003.

GRACINO, Paulo. Favelados continuam a plantar, mas os problemas não terminaram. Folha de Londrina, Londrina, 25 nov. 1985, p. 4.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000.

JUIZ concede liminar à Cohab mas favelados não abandonam o terreno. Folha de Londrina, Londrina, 22 ago. 1985, p. 4

JUIZ determina despejo dos sem terra. Folha de Londrina, Londrina, 28 ago. 1985, p. 5.

KOGA, Dirce. Cidades entre territórios de vida e territórios vividos. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v. 23, n. 72, p.23-52, nov. 2002.

KOWARICK, Lúcio. Cidade e cidadania. São Paulo em Perspectiva, v. 5, n. 2, p. 2-8, abr/jun. 1991.

_____. Escritos urbanos. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LARA, Maria P. La libertad como horizonte normativo de la modernidad. In: QUESADA, Fernando. Ideas políticas y movimientos sociales. Madrid: Editorial Trotta, 1997. (Filosofia Política I - Enciclopédia Ibero-americana de Filosofia) 133

LIMA, Maria Giselda. Movimento União Geral dos Moradores e a importância da participação direta e do crescimento político dos ex-militantes. TCC (Bacharelado em Serviço Social), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1995.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2003.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. (Orgs). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, Rio Janeiro: Vozes, 2000.

_____. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARINHO, Francisco Chagas. Favelado: desafio ao mercado imobiliário. Folha de Londrina, Londrina, 19 mar. 1989, p. 8.

MAZZINI, Fernanda; GAZETA DO POVO. Idosos já somam mais de 9% em Londrina. Jornal de Londrina, Londrina, 26 jul 2002, p. 9A.

MEIRA, Ruth. Cidade ganha um novo bairro. Folha de Londrina, Londrina, 12 jul. 1989, p. 5.

MORADORES querem fim da discriminação. Jornal de Londrina, Londrina, 18 mar. 1994, p. 9.

MORADORES querem legalização dos lotes do União da Vitória. Jornal de Londrina, Londrina, 28 ago. 2002, p. 4.

MORADORES têm projeto para creches. Folha de Londrina, Londrina, 4 mar. 2000, p. 3.

MORAIS, Paulo. Moradores do conjunto querem título de posse. Jornal de Londrina, Londrina, 3 fev. 1995, p. 5. 134

MORO NO UNIÃO é a senha para não obter emprego. Jornal de Londrina, Londrina, 2 fev. 1994, p. 4.

NA mais nova favela londrinense, a luta contra a miséria e a doença. Folha de Londrina, Londrina, 6 jun. 1986, p. 4.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. A lógica perversa da crise: o caso dos movimentos sociais urbanos no Brasil. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; BARREIRA, Irllys Alencar F. (Org.). Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

NO SOS, almoço e queixas contra a PM. Folha de Londrina, Londrina, 29 ago, 1985, p. 5.

NOVA ocupação do terreno da Cohab tem desfecho tranquilo. Folha de Londrina, Londrina, 3 jun. 1987, p. 4.

OBRAS liberadas depois de protesto. Jornal de Londrina, Londrina, 2 fev. 1994, p. 4.

ORÇAMENTO participativo vai virar lei municipal. Jornal de Londrina, Londrina, 22 mai. 1996, p. 3A.

ORGANIZAÇÃO comunitária combate preconceito. Jornal de Londrina, Londrina, 19 mar. 2000, p. 5A.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela (Org.). Movimentos sociais e democracia no Brasil: “sem a gente não tem jeito”. [s. l.]: Marco Zero, [1995].

_____; TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais, conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVARES, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.). Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. 135

PAIVA, Maria A.P. Espaço público e representação política, Niterói:Ed.UFF,2000.

PARRA, Rodrigo. Comunidade volta a participar do orçamento. Jornal de Londrina, Londrina, p. 3A.

PEIXOTO, Valéria Maria Ribeiro. “Transporte coletivo urbano e qualidade de vida em Goiânia”. In. CAVALCANTI, Lana de Souza (Org.). Geografia da cidade: a produção do espaço urbano em Goiânia, Goiânia: Alternativa, 2001.

PELEGRINO, Érika. Posto vai atender 20 mil pessoas. Folha de Londrina, Londrina, 7 abr. 1995, p. 5.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Ciladas da diferença. São.Paulo: Ed. 34, 1999.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

POLÍCIA retira, à força, os acampados do terreno da Cohab. Folha de Londrina, Londrina, 29 ago. 1985, p. 4.

PRAZERES, Diego; OLIVEIRA, Simone. Empregadores rejeitam pessoas da periferia. Jornal de Londrina, Londrina, 19 mar. 2000, p. 5A.

PREFEITO pode permitir a volta dos favelados ao terreno da Cohab. Folha de Londrina, Londrina, 5 set. 1985, p. 4.

PREFEITO visita acampamento dos sem-terra e promete ajuda. Folha de Londrina, Londrina, 21 fev. 1989, p. 5.

PREFEITURA do Município de Londrina-Secretaria de Planejamento. Perfil de Londrina 2003, Londrina, 2003.

_____. Prefeitura Municipal de Londrina, em um boletim informativo de 2003, 136

PREFEITURA vai destinar área para os favelados. Folha de Londrina, Londrina, 27 set. 1988, p.4.

PROJETO uni vai mexer com a saúde na Zona Sul. Jornal de Londrina, Londrina, 30 nov., 1992, p.5

PROSSEGUE impasse e os favelados não abandonam o terreno. Folha de Londrina, Londrina, 24 ago. 1985, p. 1.

REIS, Elisa. Cidadania: história, teoria e utopia. In: PANDOLFI, Dulce. C. E alli (Orgs.). Cidadania, justiça e violência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

REPETE-SE a novela: sem-terra vão à prefeitura pedir comida. Folha de Londrina, Londrina 14 fev. 1989, p. 4.

REVISTA 30 ANOS DA COHAB, 1995.

RIGI, Camila. Bolsa-Idoso vai beneficiar carentes. Folha de Londrina, Londrina, 23 set. 2003, p.2.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 9, n. 25, p. 26-37, 1994.

SÁNCHEZ, Félix Ruiz. Orçamento participativo: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo. J. Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Rede de movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 1993. 137

SEM-TERRA acampados voltam à prefeitura e cobram promessa. Folha de Londrina, Londrina, 27 jan. 1989, p. 4.

SEM-TERRA distribuem panfletos no centro. Folha de Londrina, Londrina, 17 fev. 1989, p. 5.

SEM-TERRA voltam à prefeitura e pedem rapidez no assentamento. Folha de Londrina, Londrina, 14 jan. 1989, p. 5.

SEM-TETO retornam à prefeitura. Folha de Londrina, Londrina, 23 fev. 1989, p. 4.

SILVA, Rogério Renato. O Projeto UNI e os Movimentos Populares de Saúde na Região Sul de Londrina. Dissertação, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SILVA, Silvia Helena da. A trajetória do Conselho de Entidades do Jardim União da Vitória em Londrina: uma experiência de participação popular. TCC (Bacharelado em Serviço Social), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2002.

SILVEIRA, Ricardo de Jesus. As associações de moradores e a construção do espaço público: um exercício de cidadania (estudo sobre o movimento de associações de moradores de Londrina). Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

_____. O legado dos movimentos sociais dos anos 70-80. Revista Mediações, Londrina, v. 5, n. 1, p. 79-94, jan/jun. 2000.

SOUZA, Duílio Duka de. Combate ao racismo: compromissos e ações propositivas. In: PINSKI, Jaime. Práticas de cidadania. São Paulo: Contexto, 2004.

SOUZA, Marcelo. O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 138

SOUZA, Regina C. “Reciclagem de entulho e habitação em Londrina”. IN: BONDUKI, Nabil. Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

TASCHNER, Suzana Pasternak. Favelas: fatos e políticas. Espaço e Debates, v. 2, n. 18, p. 79, 1986.

_____. Mudanças no padrão de urbanização: novas abordagens para a década de 90. Espaço e Debates, v. 12, n. 36, p.77-78, 1992.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. A atuação das organizações não-governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, Evelina (Org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TEIXEIRA, Francisco J. S. (Org.). Neoliberalismo e reestruturação produtiva. São Paulo: Cortez, 1996.

TELLES, Vera da Silva. Espaço público e privado na construção do social: nota sobre o pensamento de Hannah Arendt. Tempo Social - Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 23-48, jan/jun. 1990.

_____. Pobreza e cidadania. São Paulo: Ed. 34, 2001.

TERRENO da Cohab ocupado novamente por favelados. Folha de Londrina, Londrina, 6 jul. 1986, p. 4.

TERRENOS vão ser regularizados. Folha de Londrina, 19 mar. 1996, p. 3A. 139

THEODORO, Apolo. A periferia vai à luta. Folha de Londrina, Londrina, 3 mar. 1988, p. 24.

UNIÃO da Vitória faz campanha para combater violência. Folha de Londrina, Londrina, 5 jun. 1995, p. 5.

VALE, Rosângela. Da favela para a passarela. Folha de Londrina, Londrina, 17 mar. 2000. Folha da Sexta, p. 16.

VALLADARES, Lícia do Prado. A propósito da urbanização de favelas. Espaço e Debates, n. 2., pg. 15, maio 1981.

WEFFORT, Francisco. Novas democracias. Que democracias? Lua Nova, n. 44, 1992.

ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). Um século de favela. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ZANCHIN, Maria Estela. Sem alimentos, favelados plantam e esperam chuvas. Folha de Londrina, Londrina, 18 out. 1985, p. 4.

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1- Questões referentes ao processo de ocupação:

- 1- Como se formou o grupo que participou da primeira ocupação?
- 2- Quem fez parte desse grupo?
- 3- Quem continua morando no bairro?
- 4- O que o Sr. (a) acha da ocupação de terras para moradia?
- 5- Como se sentia participando dessa ocupação?
- 6- O que significou lutar pela casa própria?
- 7- Como eram as ações? Como eram decididas? Havia alguém que se destacava como liderança no grupo?
- 8- Onde os moradores se encontravam para discutir os problemas e definir as ações? Existia algum local definido?
- 9- Quais foram os problemas enfrentados durante o período de invasão até a permissão para ficar nas terras?
- 10- Receberam algum tipo de ajuda? De quem?
- 11- Quem era o prefeito na época da ocupação?
- 12- Como ele reagiu diante da ocupação?

2- Questões referentes ao processo de urbanização e regularização fundiária

- 1- Como conseguiram infra-estrutura básica: água, luz?
- 2- E depois como foram buscando as demais melhorias para o bairro?
- 3- Quais órgãos, entidades, pessoas foram procurados para reivindicar o que estava faltando?
- 4- Como os moradores eram recebidos?
- 5- Quando a Cohab começou a atuar no bairro?
- 6- Quais foram as primeiras ações da Cohab no bairro?
- 7- Como se deu a urbanização do bairro? (se foram removidos, asfalto, rede de esgoto, etc).
- 8- Quem era o prefeito na época que começou a urbanização do bairro?
- 9- Como foi feito o processo de regularização fundiária?
- 10- Após a conquista do terreno, como os moradores foram resolvendo os problemas comunitários?
- 11- Quais foram os acontecimentos mais marcantes em termos de conquista para o bairro?
- 12- O que melhorou no bairro desde a ocupação?
- 13- O que falta ainda no bairro em termos de estrutura?
- 14- De que modo pode-se conseguir o que está faltando?
- 15- Como o sr(a) vê o seu bairro?
- 16- Como o sr(a) acha que a cidade vê o Jardim União da Vitória?

3- Questões referentes as Associações e ao Conselho de Entidades

- 1- Quando surgiu a primeira Associação de Moradores?
- 2- Como foi o processo do seu surgimento?
- 3- Quem foi o primeiro presidente?
- 4- Como ele (a) foi escolhido(a) ?
- 5- Como era a participação dos moradores?
- 6- O sr. (a) participava da associação? Se sim, de que forma?
- 7- O sr (a) poderia falar sobre a história da Associação dos moradores? (quais foram os presentes, as conquistas, como eram as discussões, participação, recursos, etc).
- 8- Quais são as associações existentes no bairro?
- 9- Como elas foram surgindo?
- 10- O sr. (a) participa de alguma delas? Se sim, de qual ou quais? E de que maneira atua?
- 11- Nas reuniões todos têm espaço para falar? E as opiniões são sempre respeitadas?
- 12- Na sua opinião é importante que a comunidade se organize?
- 13- O sr(a) vê o Jardim União da Vitória como um bairro organizado?
- 14- Na sua opinião, qual é a importância dessas associações?
- 15- Hoje, quais são as lideranças do bairro? Como chegaram lá?
- 16- Estas lideranças têm legitimidade junto à população?
- 17- Existe ligação dos líderes da comunidade com partidos políticos?
- 18- É comum a presença de políticos no bairro?
- 19- Em quais ocasiões eles mais aparecem?
- 20- Quais foram os acontecimentos que mais demonstraram a união dos moradores?
- 21- O sr. (a) é filiado a algum partido político?